

Desafios pastorais atuais



03 Nossa pastoral diante
do novo “ícone pop” da
economia, Thomas Piketty
Nicolau João Bakker

25 Antropologia da formação
presbiteral inicial
José Lisboa Moreira de Oliveira

13 Paróquia e iniciação cristã
catecumenal: A interdependência
entre renovação paroquial e
mistagogia catecumenal
João Fernandes Reinert

31 A consciência e o discernimento
sociopolítico no Catecismo da
Igreja Católica
Pe. Ademir Nunes Farias

39 Roteiros homiléticos
Celso Loraschi

Conheça os Cursos da **FAPCOM**

Inscrições abertas
VESTIBULAR
fapcom.edu.br/vestibular

**VOCÊ
PODE
FAZER
PARTE
DESSA
HISTÓRIA**

Jornalismo



Rádio, TV e Internet



Relações Públicas



Publicidade e Propaganda



Filosofia | Licenciatura
Bacharelado



Fotografia



Multimídia



Audiovisual



A missão da **FAPCOM** é promover o ser humano por meio de uma formação integrada às áreas de Comunicação, Filosofia e Tecnologia, com sólidos conhecimentos teóricos e práticos, para atuar no mundo do trabalho com profissionalismo, ética e responsabilidade social.

Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação

Rua Major Maragliano, 191 | São Paulo | SP | 04017-030

www.fapcom.edu.br | 0800 709 8707



FAPCOM

Caros leitores e leitoras,

Graça e Paz!

A vocação da comunidade cristã é testemunhar a alegria de pertencer a Jesus Cristo. Não temos motivos para viver mergulhados na tristeza. Desde o dia de nosso batismo, fomos destinados à felicidade. Problema algum pode nos tirar o espírito de ânimo e entusiasmo. Apesar de nossas fraquezas humanas e das adversidades inerentes à nossa travessia neste mundo, em nós habita Deus. E Deus basta! Como nos assegura Jesus, em palavras dirigidas ao apóstolo Paulo, “para você, é suficiente a minha graça, pois a força se cumpre na fraqueza” (2Cor 12,9).

É a graça de Deus, oferecida a nós por meio de Jesus, que nos sustenta no caminho da vida. Não são nossas próprias forças. E nossa missão só se realiza, de fato, mediante essa convicção.

Por isso, a comunidade só é viva e atraente se tem consciência dessa pertença. De outra forma, ela correria o risco de se considerar autossuficiente e cair na tentação do amor ao poder. Quem pertence a Jesus é guiado pelo poder do amor. Esse é o poder que conta.

Disso decorre que o agente da pastoral é Jesus mesmo. Não somos nós. Quando achamos que somos donos da missão, corremos sério risco e, por que não dizer, praticamos grave pecado: a vanglória! O papa Francisco tem nos chamado bastante a atenção para não tornarmos a Igreja uma organização não governamental. A Igreja não é uma ONG. A Igreja é amor.

E o amor tem implicações, põe-nos no mesmo caminho de Jesus. O caminho da bondade, da compaixão, da ternura, da misericórdia, da entrega total ao projeto do Pai. Esse mesmo amor nos ensina que a Igreja não é uma ideologia, um partido, um escritório de burocracia fria. A Igreja é o corpo místico de Cristo, nasceu do coração do Pai, que se der-

rama de amor, independentemente de nossa condição falível. Deus é maior do que qualquer pecado. Estamos, pois, envolvidos nessa história de amor e nada nem ninguém podem nos separar desse amor (Rm 8,35-39).

Assim, cada discípulo e discípula são qual uma carta que leva em si o anúncio da boa notícia. Não uma carta qualquer, mas “uma carta de Jesus Cristo, escrita não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo. Escrita não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, nos corações” (2Cor 3,3).

Por isso a necessidade de estarmos em sintonia constante com o Mestre. Ele é o homem da misericórdia, do perdão. Nele se encontra e ele mesmo é a razão de nossa vida e missão. Logo, os seus seguidores e seguidoras devem ter as mesmas atitudes do Mestre. Isso só pode ocorrer se houver um encontro pessoal com ele.

Esta edição de *Vida Pastoral* quer ser uma colaboração a todos nós que somos Igreja e enfrentamos desafios na missão. Não estamos a serviço de um sistema político ou econômico: “A proposta de Jesus é muito mais radical do que a proposta de qualquer esquerda política imaginável. Por mais radical que uma sociedade seja, ela não calará a prece do povo: ‘Que venha a nós o vosso Reino!’” Por isso é sempre atual, urgente e necessária a catequese que “valorize todas as dimensões da vida humana, evitando a fragmentação ou o descuido de uma delas”. Assim estaremos comprometidos e empenhados, como cristãos, “na vida social e política da comunidade humana, em vista de um envolvimento sempre mais comprometido com as realidades sensíveis da sociedade”.

Pe. Antonio Iraildo Alves de Brito
Editor

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
Diretor Pe. Claudiano Avelino dos Santos
Editor Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito
MTB 11096/MG
Conselho editorial Pe. Claudiano Avelino dos Santos,
Pe. Paulo Bazaglia, Pe. Darci Marin
Ilustrações internas Luís Henrique Alves Pinto
Editoração Fernando Tangi

Revisão Iranildo Bezerra Lopes, Alexandre Santana,
Tiago José Risi Leme
Assinaturas assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789-4000 • FAX: 3789-4011
Rua Francisco Cruz, 229
Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP
Redação © PAULUS – São Paulo (Brasil) • ISSN 0507-7184
vidapastoral@paulus.com.br
paulus.com.br / paulinos.org.br
vidapastoral.com.br

Vida Pastoral – Assinaturas

A revista *Vida Pastoral* é distribuída gratuitamente pela Paulus.
A editora aceita contribuições espontâneas para as despesas
postais e de produção da revista.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livreria
Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser
efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante
(nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contri-
buição espontânea para a manutenção da revista. Para os que
já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acres-
centar aos dados também o código de assinante.

Para contato:
E-mail: assinaturas@paulus.com.br
Tel.: (11) 3789-4000
Fax: (11) 3789-4004

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados e cópia de compro-
vante de depósito da contribuição para despesas postais para:
Revista *Vida Pastoral* – assinaturas
Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro
04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:
Banco do Brasil: agência 0646-7, conta 5555-7
Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP
Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE
Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA
Rua 28 de setembro, 61 –
Campina – (91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG
Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF
SCS – Q.1 – Bloco I – Edifício
Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS – SP
Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS
Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS
Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ – MT
Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR
Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC
Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE
Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO
Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB
Praça Dom Adauto, S/N
Junto à Cúria – Centro
(83) 3221-5108
joaopessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG
Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM
Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN
Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS
Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE
Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP
Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ
Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA
Rua Direita da Piedade, 20/22
Barris
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP
Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA
Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP
Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ
Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – RAPOSO TAVARES
Via Raposo Tavares, Km 18,5
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA
Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

VITÓRIA – ES
Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br



Nossa pastoral diante do novo “ícone pop” da economia, Thomas Piketty

Nicolau João Bakker, svd*

A Igreja, em princípio, não pode acolher nenhum tipo de capitalismo, por mais decente que seja. Como também não pode dar-se por satisfeita com nenhuma das experiências socialistas postas em prática até hoje. A proposta de Jesus é muito mais radical do que a proposta de qualquer esquerda política imaginável. Por mais radical que uma sociedade seja, ela não calará a prece do povo: Que venha a nós o “vosso” Reino!

* Missionário do Verbo Divino, sacerdote, formado em Filosofia, Teologia e Ciências Sociais (com pré-especialização em Economia dos Países em Desenvolvimento). Atuou sempre na pastoral prática, rural e urbana. Em São Paulo, foi educador popular no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP/CL) e professor de Teologia Pastoral no Instituto de Teologia (Itesp/SP). De 2000 a 2008, foi auxiliar na pastoral e vereador, pelo PT, no município de Holambra-SP. Representa a CRB no Conselho Estadual de Proteção a Testemunhas (Provita/SP). Atualmente atua na pastoral paroquial de Diadema-SP. Nos últimos anos publica regularmente na *Vida Pastoral*, *REB*, *Convergência* e *Grande Sinal*. E-mail: nijlbakker@hotmail.com

Neste artigo, gostaria de apresentar a todos os leitores da *Vida Pastoral* o surpreendente livro do economista francês Thomas Piketty, *O capital no século XXI*. O livro foi editado no Brasil pela Editora Intrínseca (Rio de Janeiro, 2014), tornando-se imediatamente um *best-seller* nas principais livrarias. Assim como Karl Marx (†1883), Piketty, novo “ícone pop” da economia, conforme *The Economist*, faz uma análise profunda do capitalismo, abrangendo, porém, um período histórico muito mais amplo. Com diversas equipes altamente especializadas, pesquisou durante



15 anos as fontes mundiais mais confiáveis, trazendo à luz, por meio de uma impressionante série de gráficos e tabelas, autêntica “tomografia computadorizada” do sistema capitalista.

Considero o livro de grande relevância pastoral, porque todos nós, ministros ordenados, religiosos/as, ou leigos/as atuantes na Igreja, estamos diante de uma sociedade cada vez mais complexa, com a incumbência de captar o que Deus tem a nos dizer mediante uma leitura atenta aos sinais do nosso tempo, como nos lembrou *Gaudium et Spes*, números 4 e 11. E é bom lembrar que o “eixo” que faz girar todas as engrenagens da sociedade é a economia. Quem não souber “ler” o sistema econômico que nos aprisiona dificilmente será uma “luz que brilha diante dos homens” (Mt 5,16). Quero apresentar neste artigo apenas uma espécie de “roteiro de leitura” para o livro de Piketty. Que ele fale por si mesmo. Como *Gaudium et Spes* nos pede que leiamos os sinais do tempo “à luz do Evangelho”, acrescentarei algumas observações nesse sentido após a “leitura” do texto.

“Todos nós, ministros ordenados, religiosos/as, ou leigos/as atuantes na Igreja, estamos diante de uma sociedade cada vez mais complexa, com a incumbência de captar o que Deus tem a nos dizer mediante uma leitura atenta aos sinais do nosso tempo.”

mente 21.000 euros de renda do trabalho (70%) e 9.000 euros de renda do capital (30%) (p. 58) [...] O caso mais importante [...] é sem dúvida o da alta da participação do capital durante as primeiras fases da Revolução Industrial (1800-1860). No Reino Unido, cujos dados são mais completos, os trabalhos históricos disponíveis [...] sugerem que a participação do capital se expandiu em dez pontos percentuais da renda nacional, passando de cerca de 35-40% ao fim do séc. XVIII e no início do séc. XIX para 45-50% em meados do séc. XIX, momento em que o Manifesto Comunista era redigido (p. 220).

O conceito de “renda nacional” é básico em análise de economia, pois permite indicar qual a parte que cabe ao trabalhador e qual ao capital. Os gráficos de Piketty mostram a famosa “curva em U”: o capital era forte no século XIX, decresceu na primeira metade do século XX (entre outros motivos, em razão das guerras, da desvalorização imobiliária e financeira, além de altos impostos sobre a renda) e voltou a crescer com força na segunda metade do século XX (especialmente com a onda neoliberal).

1. Roteiro de Leitura

Questão 1: Da “renda nacional”, qual a parte que cabe ao trabalhador?

Piketty diz: *Por definição, a renda nacional mede o conjunto das rendas de que dispõem os residentes de um país ao longo de um ano* (p. 49) [...] *Renda nacional = renda do capital + renda do trabalho* (p. 51) [...] *Em termos práticos, a renda nacional de uns 30.000 euros por habitante em vigor nos países ricos se decompunha em aproximada-*

Questão 2: Da “renda nacional”, qual a parte que cabe ao capital?

Piketty diz: *A relação capital/renda (nos países desenvolvidos) seguiu trajetórias muito semelhantes, apresentando uma relativa estabilidade nos séculos XVIII e XIX (o capital nacional valia de seis a sete anos de renda nacional em 1910), depois passando por um enorme choque no séc. XX (não valendo mais do que dois a três anos de renda nacional em 1950), para finalmente retomar, no início do séc. XXI, aos níveis próxi-*



mos dos observados, às vésperas das guerras do séc. XX (p. 118) [...] O capital mudou de natureza – ele era a terra e se tornou imobiliário, industrial e financeiro –, mas não perdeu nada de sua importância (p. 121) [...] O décimo superior da distribuição da riqueza, mais ainda do que o décimo superior da distribuição de salários, é por si só extremamente desigual. Quando esse décimo superior possui 60% do patrimônio total (em 1910 era 90%) – como é o caso de vários países europeus hoje em dia –, o centésimo superior possui cerca de 25% e os 9% seguintes possui cerca de 35% (p. 254).

Uma tese central no livro de Piketty é que a tendência atual é a de fortalecimento do capital. Se a taxa média anual de poupança de um país (pelos mais diferentes motivos) é de, p. ex., 12% da renda nacional, e a taxa de crescimento da renda nacional por habitante for de 2%, a longo prazo, “o país terá acumulado o equivalente a seis anos de renda nacional em capital” [...] “Um país que poupe muito e cresça lentamente acumula, a longo prazo, um enorme estoque de capital” [...] “É a queda do crescimento – sobretudo da expansão demográfica – que conduz ao retorno do capital” (p. 165) [...] “Resumindo: o crescimento moderno, fundado no crescimento da produtividade e na difusão do conhecimento, permitiu evitar o apocalipse marxista e equilibrar o processo de acumulação do capital. Mas ele não modificou as estruturas profundas do capital – ou, ao menos, não reduziu de verdade sua importância macroeconômica em relação ao trabalho” (p. 229).

Questão 3: O “mercado livre” é anjo ou demônio?

Piketty diz: *Essa desigualdade fundamental, que denotarei como $r > g$, em que r é a taxa de remuneração do capital (isto é, o que rende, em média, o capital durante um*

Igreja Comunhão viva

Paul Lakeland



Os recentes livros premiados de Paul Lakeland sobre o lugar dos leigos na Igreja Católica Romana contemporânea o prepararam muito bem para assumir esta “eclesiologia desde baixo”. Lakeland debruça-se sobre as “marcas clássicas da Igreja”, mas sua atenção volta-se de modo especial para o que podemos aprender sobre a natureza da Igreja como comunhão viva, a partir do exame dos valores e práticas das pessoas de fé comuns. Seguindo o conselho de Bernard Lonergan, Lakeland adota um enfoque decididamente indutivo à reflexão eclesial.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





ano, sob a forma de lucros, dividendos, juros, aluguéis e outras rendas do capital, em porcentagem de seu valor) e g representa a taxa de crescimento (isto é, o crescimento anual da renda e da produção), desempenhará um papel essencial nesse livro. De certa maneira, ela resume a lógica de minhas conclusões. [...]

É importante ressaltar que a desigualdade fundamental, $r > g$, a principal força de divergência no meu estudo, não tem relação alguma com qualquer imperfeição do mercado... É possível imaginar que instituições e políticas públicas possam contrabalançar os efeitos dessa lógica implacável: por exemplo, a adoção de um imposto progressivo sobre o capital pode atuar sobre a desigualdade $r > g$, alinhando a remuneração do capital e o crescimento econômico (p. 33-34).

Para Piketty, o mercado livre está mais para anjo. A falta de políticas públicas adequadas, contudo, transformam-no em demônio.

Questão 4: No sistema capitalista, os ricos ficam cada vez mais ricos?

Piketty diz: A principal força desestabilizadora está relacionada ao fato de que a taxa de rendimento privado do capital r pode ser forte e continuamente mais elevada do que a taxa de crescimento da renda e da produção g . A desigualdade $r > g$ faz com que os patrimônios originados no passado se recapitalizem mais rápido do que a progressão da produção e dos salários. Essa desigualdade exprime uma contradição lógica fundamental. O empresário tende inevitavelmente a se transformar em rentista e a dominar cada vez mais aqueles que só pos-

suem sua força de trabalho (p. 555). [...] O mais assombroso é que, em todas essas sociedades (Europa), a metade mais pobre da população não possui quase nada: os 50% mais pobres em patrimônio detêm sempre menos de 10% da riqueza nacional, e geralmente menos de 5% (p. 252).

"O mais assombroso é que, em todas essas sociedades (Europa), a metade mais pobre da população não possui quase nada: os 50% mais pobres em patrimônio detêm sempre menos de 10% da riqueza nacional, e geralmente menos de 5%."

Para Piketty, de fato, a "contradição central do capitalismo $r > g$ " faz com que os ricos tendam a ficar cada vez mais ricos, e, pelas numerosas tabelas e gráficos que apresenta, é essa, claramente, a tendência da atual fase neoliberal do capitalismo.

Questão 5: Qual a marca principal do capitalismo atual?

Piketty diz: Desde os anos 1970-1980, assiste-se a uma explosão sem precedentes da desigualdade da renda nos Estados Unidos. A parcela do décimo superior passou de 30-35% da renda nacional nos anos 1970 para cerca de 40-45% nos anos 2000-2010, uma alta de quase quinze pontos percentuais da renda nacional americana (p. 287). [...] Dos 15 pontos percentuais de renda nacional suplementar que foram absorvidos pelo décimo superior, em torno de 11 pontos – quase três quartos – foram arrebanhados pelo 1% (isto é, o grupo das rendas atuais superiores a 352.000 dólares em 2010), e a metade disso foi para o 0,1% (o grupo das rendas anuais acima de 1,5 milhão de dólares (p. 289). [...] A nova desigualdade americana tem relação estreita com o advento de uma sociedade de "superexecutivos" (p. 295) [...] A parcela do milésimo superior (0,1%) passou de 2% a quase 10% da renda nacional (p. 310). [...] As ordens de grandeza obtidas para a parcela do centésimo superior na renda nacional nas nações pobres ou



emergentes são, a princípio, extremamente próximas das observadas nos países ricos (p. 318) [...] A arrecadação fiscal hoje se tornou ou está a ponto de se tornar regressiva no topo da hierarquia das rendas na maioria dos países (p. 483).

Piketty atribui a decolagem dos “superexecutivos” ao surgimento das macroempresas modernas e ao “extremismo meritocrático”, sem nenhuma ligação lógica com aumento de produção, além da “enorme queda da taxa do imposto sobre a renda marginal superior nos países anglo-saxões a partir dos anos 1970-1980” (p. 327).

Questão 6: Podemos continuar falando “do” capitalismo?

Piketty diz: *Para um mesmo salário médio de 2.000 euros por mês, a distribuição escandinava, mais igualitária, corresponde a 4.000 euros por mês para os 10% mais bem remunerados (e 10.000 para o 1% com os maiores salários), 2.250 euros para os 40% do meio e 1.400 euros para os 50% com os menores salários. Enquanto isso, a distribuição americana, mais desigual, tem uma hierarquia claramente mais acentuada: 7.000 euros para os 10% do topo (e 24.000 euros para o 1%), 2.000 euros para os 40% do meio e apenas 1.000 euros por mês para os 50% da base da distribuição (p. 251) [...]. A história da desigualdade é moldada pela forma como os atores políticos, sociais e econômicos enxergam o que é justo e o que não é, assim como pela influência relativa de cada um desses atores e pelas escolhas coletivas que disso decorrem. Ou seja, ela é fruto da combinação, do jogo de forças, de todos os atores envolvidos (p. 27) [...]. Por volta de 1900-1910 [...] não havia classe média, uma vez que os 40% do meio eram quase tão pobres quanto os 50% mais pobres (o 1% mais abastado possuía sozinho mais de 50% do total da riqueza) (p. 255).*

O futuro da fé

Harvey Cox



Que configuração a fé cristã deverá assumir no século XXI? Em meio ao ritmo acelerado das mudanças globais e diante de um aparente ressurgimento do fundamentalismo, o Cristianismo ainda poderá sobreviver como uma fé viva e fecunda? Com seu estilo rico e acuidade acadêmica, Cox explora essas e outras questões, num livro que é, ao mesmo tempo, autobiográfico, comentário teológico e história da Igreja.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





Dependendo do foco, faz sentido falar “do” capitalismo, mas, em geral, é preciso deixar claro de qual capitalismo estamos falando. Dependendo do tempo e do lugar, as realidades são totalmente diferentes. Não faz sentido levantar as placas “condenado” ou “aprovado” sem entrar nos detalhes. As generalizações inúteis são muito comuns, também na Igreja.

Questão 7: Fazendo sua análise “do Capital”, Marx errou ou acertou?

Piketty diz: Marx rejeitou a hipótese de que o progresso tecnológico pudesse ser duradouro e de que a produtividade fosse capaz de crescer de modo contínuo – duas forças que poderiam, em alguma medida, se contrapor ao processo de acumulação e concentração do capital privado. Sem dúvida, faltavam-lhe dados estatísticos para refinar suas posições... O princípio de acumulação infinita proposto por ele contém uma noção fundamental, tão válida para a análise do séc. XXI como foi para a do séc. XIX (p. 17-18).

Assim como para o capitalismo, também não valem as placas de “aprovado” ou “desaprovado” para o marxismo. Tudo depende do foco em discussão. Marx foi o ícone do passado, Piketty é o ícone do presente.

Questão 8: Fazendo sua análise “do Capital”, Piketty traz algo novo?

Piketty diz: A lição geral de minha pesquisa é que a evolução dinâmica de uma economia de mercado e de propriedade privada, deixada à sua própria sorte, contém forças de convergência importantes, ligadas sobretudo à difusão do conhecimento e das qualificações, mas também forças de divergência vigo-

rosas e potencialmente ameaçadoras para nossas sociedades democráticas e para os valores de justiça social sobre os quais elas se fundam... A melhor solução é o imposto progressivo anual sobre o capital. Com ele, é possível evitar a espiral desigualadora sem fim e ao mesmo tempo preservar as forças de concorrência e os incentivos para que novas acumulações primitivas se produzam sem cessar (p. 555-556)... O imposto progressivo exprime, de certa forma, um compromisso ideal entre justiça social e liberdade individual (p. 492).

“A evolução dinâmica de uma economia de mercado e de propriedade privada, deixada à sua própria sorte, contém forças de convergência importantes, ligadas sobretudo à difusão do conhecimento e das qualificações.”

A proposta de um imposto progressivo sobre o capital, como complemento aos impostos sobre a renda e a herança, não elimina o sistema capitalista, mas inova no sentido de impedir a “acumulação infinita” que faz parte de seu DNA.

Questão 9: No sistema capitalista, os salários são sempre achatados?

Piketty diz: Na Europa Ocidental, na América do Norte e no Japão, a renda média passou de pouco mais de 100 euros por mês e por habitante em 1700 para mais de 2.500 euros por mês em 2012, multiplicando-se em mais de vinte vezes. Na realidade, a expansão da produtividade, ou seja, da produção por hora trabalhada, foi ainda mais elevada... O poder de compra médio em vigor no Velho Continente quase não mudou entre 1700 e 1820, depois mais do que dobrou entre 1820 e 1913 e, por fim, aumentou mais de seis vezes entre 1913 e 2012 (p. 90).

Cuidado com esse “médio” do poder de compra. As médias escondem grandes disparidades. Todos ganharam, mas alguns bem mais que os outros.



Questão 10: Com a queda do muro de Berlim, o capitalismo venceu?

Piketty diz: *Elaborada em 1955 (a “teoria de Simon Kuznets”), trata-se de uma teoria sobre os anos mágicos do período pós-guerra (quando as economias desenvolvidas cresciam a taxas de até 5% anuais), que na França ficaram conhecidos como os “Trinta Gloriosos”, o intervalo compreendido entre 1945 e 1975. Para Kuznets, bastava ter paciência e esperar que o crescimento comesse a beneficiar a todos. A filosofia da época podia ser resumida em apenas uma frase: “Growth is a rising tide that lifts all the boats” (“O crescimento é como a maré alta que levanta todos os barcos”). Otimismo semelhante foi proposto por Robert Solow em 1956 (com a teoria do “crescimento equilibrado” para todos os grupos sociais) (p. 18).*

A euforia capitalista dos “Trinta Gloriosos”, de fato, chegou ao auge (apesar da estagnação após 1975), com a queda do muro de Berlim (1989). A obra de Piketty, no entanto, traz um panorama histórico muito mais amplo, com gráficos e tabelas quase incontestáveis. Fato real é que surgiu, no pós-guerra da Europa, o que Piketty chama de “a classe média patrimonial”: boa parte da riqueza dos 10% mais ricos acabou indo para os 40% do meio. O que é importante observar, porém, é que os 50% de baixo ficaram quase na mesma. Piketty diz: “Que os leitores não se enganem: o desenvolvimento de uma verdadeira ‘classe média patrimonial’ constitui a principal transformação estrutural da distribuição da riqueza nos países desenvolvidos no séc. XX” (p. 255).

Questão 11: E a tal “meritocracia”, ela é mesmo a solução?

Piketty diz: *No futuro poderemos encontrar uma combinação de dois mundos: de um lado, o retorno das fortes desigualdades do capital herdado e, do outro,*

as desigualdades salariais exacerbadas e justificadas por mérito e produtividade (cujo fundamento factual se mostrou, como vimos, muito escasso). O extremismo meritocrático pode assim conduzir a uma disputa entre os superexecutivos e os rentistas, em detrimento de todos os que não são nem uma coisa nem outra (p. 407).

Piketty afirma que “a desigualdade não é necessariamente um mal em si: a questão central é decidir se ela se justifica e se há razões concretas para que ela exista” (p. 26). Mas diz também: “Quando a taxa de remuneração do capital ultrapassa a taxa de crescimento da produção e da renda, como ocorreu no séc. XIX e parece provável que volte a ocorrer no séc. XXI, o capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis, arbitrárias, que ameaçam de maneira radical os valores de meritocracia sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas” (p. 9). A meritocracia, para Piketty, admite a desigualdade, desde que “justa” (p. 37). “O capital é potencialmente útil para todos, e, se as sociedades forem organizadas o suficiente, todos poderão se beneficiar dele” (p. 166). O que fazer, porém, com os doentes e paralíticos à beira da estrada?

Questão 12: A economia manda na política, ou nem sempre?

Piketty diz: *A história da distribuição da riqueza jamais deixou de ser profundamente política (p. 27) [...]. Existem, contudo, meios pelos quais a democracia pode retomar o controle do capitalismo e assegurar que o interesse geral da população tenha precedência sobre os interesses privados, preservando o grau de abertura econômica e repelindo retrocessos protecionistas e nacionalistas. Ao longo do livro, tento fazer proposições neste sentido, e elas se apoiam nas lições tiradas dessas experiências históricas, cuja narrativa forma a trama principal deste tex-*



to (p. 9) [...]. O fracasso cada vez mais evidente dos modelos estatizantes soviético e chinês nos anos 1970 levou os dois gigantes comunistas a implantar, no início dos anos 1980, uma liberalização gradual de seus sistemas econômicos (p. 139). [...] A desigualdade aumentou desde os anos 1970-1980, com fortes variações entre países, o que sugere que as diferenças institucionais e políticas tenham exercido um papel central (p. 233).

Piketty crê firmemente que uma política de impostos progressivos, anuais e globais, sobre o capital é perfeitamente capaz de impor um eficaz controle sobre as “loucuras” (p. 462) da economia liberal. Formas estatizantes, no entanto, não fazem parte de sua proposta, embora esteja aberto a novas formas de propriedade coletiva e controle democrático do capital (p. 553-554).

Questão 13: O meio ambiente tem futuro dentro do sistema capitalista?

Piketty diz: *O Relatório Stern, publicado em 2006, dividiu a opinião pública. [...] Para Stern, a perda em matéria de bem-estar global para a humanidade é tal que justifica gastar a partir de agora o equivalente a pelo menos 5% do PIB mundial por ano para tentar limitar o aquecimento global futuro. [...] Esse é um dos principais debates para o futuro* (p. 551-552).

Jogando o problema do meio ambiente para o futuro, Piketty “sai de fininho”. O problema é fruto do sistema (econômico) e, acolhendo o sistema, é preciso dizer como o problema pode ser resolvido dentro dele.

Questão 14: Os “paraísos fiscais” constituem entraves à democracia real?

“Jogando o problema do meio ambiente para o futuro, Piketty “sai de fininho”. O problema é fruto do sistema (econômico) e, acolhendo o sistema, é preciso dizer como o problema pode ser resolvido dentro dele.”

Piketty diz: *O papel principal do imposto sobre o capital [...] é evitar uma espiral desigualmente sem fim e uma divergência ilimitada das desigualdades patrimoniais, além de possibilitar um controle eficaz das crises financeiras e bancárias. Contudo, antes de poder cumprir esse duplo papel, o imposto sobre o capital deve permitir que se atinja um objetivo de transparência democrática e financeira sobre os patrimônios e os ativos detidos pelos indivíduos em escala internacional* (p. 504). [...] *O imposto sobre o capital seria uma forma de cadastro financeiro mundial, algo que não existe hoje... Cada autoridade fiscal nacional deve receber todas as informações (internacionais) necessárias para lhe permitir calcular o patrimônio líquido de cada cidadão* (p. 506). [...] *A transparência financeira internacional é uma questão central para o Estado fiscal moderno* (p. 510).

Pesquisas feitas indicam que 10% do PIB mundial está escondido nos paraísos fiscais. Piketty admite que, sem os devidos controles bancários e sem uma transparência financeira internacional popularmente acessível, sua proposta de um imposto progressivo sobre o capital é pouco viável. A crescente concorrência entre os países é o grande entrave atual.

Questão 15: O imposto progressivo sobre o capital é a melhor solução?

Piketty diz: *A instituição ideal que seria capaz de evitar uma espiral infundável de aumento da desigualdade e retomar o controle da dinâmica em curso seria um imposto progressivo global sobre o capital* (p. 459). [...] *O imposto progressivo sobre o capital é um instrumento mais apropriado para responder aos desafios do séc. XXI do que o imposto progressivo sobre a renda inventada no séc. XX* (veremos, porém,



que esses dois instrumentos podem ter papéis úteis e complementares) (p. 461). [...] É necessário [...] retomar o controle de um capitalismo financeiro que enlouqueceu (p. 462). [...] A questão do desenvolvimento de um Estado fiscal e social no mundo emergente reveste-se de uma importância fundamental para o futuro do planeta (p. 479). [...] Se essa regressividade fiscal no topo da hierarquia social se confirmar e se amplificar no futuro, é provável que haja consequências importantes para a dinâmica da desigualdade patrimonial e para o possível retorno de uma enorme concentração do capital (p. 483). [...] As maiores fortunas mundiais (incluindo as herdadas) progrediram em média a taxas elevadíssimas ao longo das últimas décadas (da ordem de 6-7% ao ano) – rendimentos bem mais altos do que a progressão média dos patrimônios (p. 420). [...] Um imposto igual a 1% ou 2% do valor da fortuna é relativamente pequeno para um empreendedor que consegue obter um retorno de 10% ao ano sobre seu patrimônio (p. 513).

Piketty se diz “vacinado” contra ideias marxistas (p. 37). Não quer mudar o sistema econômico, muito menos o desmonte do Estado Social moderno. Sua proposta é: aperfeiçoamento. Sendo a renda média dos ricos mais alta do que a renda média dos pobres, propõe, além do imposto sobre a renda (cujo “nível ótimo... seria superior a 80%”! – p. 499) e a herança, um imposto direto e progressivo sobre o capital acumulado. “Mencionamos a possibilidade de uma tabela de cálculos de tributos com taxas limitadas a 0,1% ou 0,5% ao ano para patrimônios inferiores a 1 milhão de euros, 1% para aqueles entre 1 e 5 milhões de euros, 2% para os que estão entre os 5 e 10 milhões de euros, podendo subir até 5% ou 10% ao ano para os patrimônios de centenas de milhões ou bilhões de euros” (p. 556)... “Todavia, sua aplicação iria requerer um esforço brutal de coordenação internacional” (p. 34).

2. À Luz do Evangelho

A Bíblia não tem a intenção de oferecer análises científicas. Os autores sagrados falam do que o Espírito de Deus lhes inspirava, partindo de sua própria leitura do contexto social e cultural da época e levando em conta a riqueza espiritual já transmitida pelos antepassados. A Igreja, até hoje, percorre o mesmo caminho. Ainda recentemente, no Sínodo da Palavra de Deus (2007), o papa Bento XVI nos lembrava a importância da “leitura canônica”: a leitura do presente se ilumina com a leitura do passado (unindo a Palavra revelada com a Tradição vivenciada). Assim, diz *Dei Verbum*, n. 8, “a Igreja, no decurso dos séculos, caminha continuamente para a plenitude da verdade divina”.

Hoje, percebemos melhor que algo muito parecido acontece com todas as religiões: os povos deste mundo, na busca por uma vivência, convivência e sobrevivência feliz, debruçam-se sobre os desafios do presente, amparando-se nas riquezas culturais (“religiosas”) do passado. Nossa “teologia do pluralismo religioso”, atualmente, enriquece-se com uma antropologia – neste caso mais biológica que cultural – que vê o ser humano dotado de uma carga genética (Bento XVI falava de uma “gramática”, e Tomás de Aquino [†1274] de uma “lei natural”) na qual as sementes do bem e do mal (genes egoístas e altruístas) competem entre si, com a feliz tendência de as sementes do bem chegarem à vitória. Se, de alguma forma, o Espírito de Deus permeia toda a realidade, o *happy end* está garantido, não é mesmo? Aproxima-se o “banquete nupcial. Felizes os convidados!” (Ap 19,9). A utopia de um final feliz é uma utopia humana quase universal.

Lendo o livro de Piketty, veio-me à mente o tom às vezes bastante azedo das disputas polêmicas em torno da teologia da libertação latino-americana. E isto não apenas nos níveis mais altos da hierarquia eclesial, mas também no nível básico das lideranças leigas envolvidas com



as pastorais sociais. Com relação à sociedade, em qual proposta embarcar: marxismo, socialismo, capitalismo? Se não for nem socialismo, nem capitalismo, qual a alternativa? Um “outro mundo” é possível? Piketty, como já observamos, declara-se “vacinado” contra ideias marxistas. Opta pelo “mercado livre”. Mas o capitalismo que Piketty propõe é muito diferente do que temos visto até agora. Sua proposta de um imposto progressivo não apenas sobre as rendas mas também sobre o capital acumulado vem muito mais ao encontro do que a Igreja sempre defendeu: preservar a liberdade, mas prendê-la ao objetivo maior do bem comum. Desigualdade, diz Piketty, apenas quando útil ao bem comum. A proposta “laica” de Piketty, sem dúvida, aproxima-se bastante das simpatias de alas muito fortes da Igreja.

Mas não me parece ser essa a proposta de Jesus. Por mais que a teoria econômica de Piketty, caso posta em prática, possa provocar uma reversão radical nas “loucuras” do atual capitalismo neoliberal ou financeiro – e, pastoralmente, devemos apoiar qualquer ação concreta nessa direção –, a Igreja, em princípio, não pode acolher nenhum tipo de capitalismo, por mais decente que seja. Como também não pode dar-se por satisfeita com nenhuma das experiências socialistas postas em prática até hoje. A proposta de Jesus é muito mais radical do que a proposta de

qualquer esquerda política imaginável. Por mais radical que uma sociedade seja, ela não calará a prece do povo: “Que venha a nós o ‘vosso’ Reino”. A mensagem cristã aponta para algo que vai além do historicamente viável. O Reino de Deus já “está no meio de vós”, mas sua concretização final estará sempre no porvir (Mt 4,17).

A narração bíblica que mais belamente trata de tudo isso – resumindo a história de Israel e a

história da humanidade – é a que fala dos celeiros abarrotados e a dos lírios do campo (Mt 12,13-34). Na perspectiva do Reino, é inútil acumular bens sobre bens, consumir sempre mais e destruir celeiros para construir outros maiores. Se Deus veste tão bem o que é insignificante, para que se preocupar tanto? Muito mais do que uma “doutrina”, o cristianismo é uma espiritualidade, um “Caminho” a seguir. O que importa não é acumular, mas partilhar. Apenas quando Deus governa, o coração humano pode descansar. Ninguém, então, ficará à beira do caminho. A sociedade não será meritocrática, mas “gratuitocrática”, e até os coxos e paralíticos vão andar. A profunda crença humana na utopia da “Terra sem Males”, por alguns considerada pura alienação, na ver-

dade é a energia mais forte que habita o coração humano.

Isso não dispensa a Igreja de, também, fazer uma análise racional do “sistema econômico” e trabalhá-la pastoralmente, mas essa é outra questão. ●

“O capitalismo que Piketty propõe é muito diferente do que temos visto até agora. Sua proposta de um imposto progressivo não apenas sobre as rendas mas também sobre o capital acumulado vem muito mais ao encontro do que a Igreja sempre defendeu: preservar a liberdade.”



Para você, dizimista
Padre Tom Viana

PAULUS,
dá gosto de ler!

Esta obra é um presente para você, querido(a) dizimista. É um gesto concreto de agradecimento por sua presença no meio de nós. Por você ter compreendido que Dízimo é atitude, caridade e fraternidade. (48 págs.)

paulus.com.br
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br





Paróquia e iniciação cristã catecumenal:

A interdependência entre renovação paroquial e mistagogia catecumenal

João Fernandes Reinert*

Tudo indica que o presente e o futuro do catecumenato dependem de um novo rosto estrutural paroquial. Um novo perfil paroquial é condição necessária para que o projeto de iniciação catecumenal seja levado a cabo.

Neste artigo, pretendemos dialogar e refletir sobre duas instituições fundamentais da Igreja: a paróquia e a iniciação cristã catecumenal. Ambas representam os maiores desafios pastorais da atualidade: a transmissão da fé às novas e futuras gerações e as estruturas eclesiais nas quais essa fé é transmitida e vivenciada.

A Igreja vem se empenhando nos últimos anos para responder a tais desafios. Redescobriu na mistagogia catecumenal o privilegiado caminho pastoral para iniciar na fé, e, no tocante à renovação das estruturas eclesiais, ganhou destaque a preocupação com a paróquia. Renovação paroquial e consolidação da iniciação cristã catecumenal são realidades que não podem ou não deveriam ser vistas como questões isoladas uma da outra. Repensar os caminhos da iniciação cristã obriga-nos a rever simultaneamente as estruturas eclesiais nas quais

*Graduado em Filosofia, doutor em Teologia pela PUC-Rio, professor do Instituto Teológico Franciscano (Petrópolis-RJ), pároco da Paróquia Santa Clara de Assis (Duque de Caxias-RJ). E-mail: frreinert@yahoo.com.br



essa fé é vivida. Consolidação/implantação da prática catecumenal e novo rosto de paróquia não podem ser buscas e esforços paralelos, mas tarefas complementares de um único projeto evangelizador, pois eles dependem um do outro e se iluminam mutuamente. Há entre as duas instituições uma cumplicidade pastoral, uma responsabilidade mútua, uma interferência recíproca, em que a vitalidade de uma depende do fortalecimento da outra.

1. A redescoberta de um caminho privilegiado de iniciação à vida cristã e a busca de um novo rosto paroquial

Não constitui novidade a afirmação da crise da transmissão da fé em nossos dias. Estamos longe do tempo em que a fé era transmitida de geração em geração de forma natural, por meio dos pilares socioculturais. Diante dessa realidade, a Igreja tem se empenhado na busca de um novo paradigma de iniciação cristã. E é no catecumenato que melhor se pode visualizar o novo paradigma de iniciação cristã em andamento. Nascido nos primeiros séculos do cristianismo, o catecumenato foi uma das mais bem-sucedidas instituições de iniciação à vida cristã na história da Igreja e, hoje, resgatada pelo Concílio Vaticano II, é a grande aposta para responder, com as devidas adaptações, aos atuais desafios da iniciação à vida cristã. No diálogo com a modernidade, a Igreja dá-se conta do fim da cristandade, o que a faz repensar, entre muitas questões, os caminhos da transmissão da fé.

Por outro lado, se a iniciação cristã catecumenal é uma proposta pastoral mais do que atual, não podemos negar que, após quatro décadas de sua restauração, ela é, em não poucas

realidades eclesiais, desconhecida ou não assumida. Como entender tal fenômeno, se sua pertinência é inquestionável? São muitas as causas desse impasse: agentes de pastoral, padres ou bispos que desconhecem a metodologia catecumenal; execução parcial de sua metodologia; catequese de adultos confundida com catecu-

menato; estruturas eclesiais que nem sempre facilitam a execução da iniciação cristã catecumenal. Nessa perspectiva, entre as exigências que a restauração do catecumenato traz consigo, está a necessidade de estruturas eclesiais adultas, sem o que qualquer esforço de implantação do novo paradigma de iniciação na fé cai por terra. Referimo-nos, particularmente, à instituição paroquial, cuja estrutura tradicional dificulta pôr em movimento a novidade pastoral da iniciação catecumenal. Não é de hoje a afirmação da crise paroquial, como também não são recentes as tentativas de renovação.

É possível um cristianismo sem paróquia? Qual o futuro dessa instituição, ou qual a paróquia do futuro? Ainda há espaço para paróquias? Para além das opiniões

a favor ou contra, o que não é justo é a acusação da falta de esforços e tentativas de renovação da instituição paroquial ao longo da história, particularmente nas últimas décadas, ainda que as dificuldades de uma efetiva renovação sejam proporcionais ou superiores aos resultados alcançados. Apesar da aguda crise paroquial, tal instituição não pode, sem mais, ser descartada. Não se pode, sem mais, descartar uma instituição de dois milênios. A paróquia ocupa, pois, apesar da crise, um lugar real e significativo na vida da Igreja. É nela que melhor transparece a dimensão católico-universal da Igreja, cujas portas não se fecham a nenhuma classe social, econômica, política ou racial.

“Nascido nos primeiros séculos do cristianismo, o catecumenato foi uma das mais bem-sucedidas instituições de iniciação à vida cristã na história da Igreja e, hoje, resgatada pelo Concílio Vaticano II, é a grande aposta para responder, com as devidas adaptações, aos atuais desafios da iniciação à vida cristã.”

2. Renovação paroquial e consolidação da prática catecumenal: uma relação dialética

O esgotamento do modelo tradicional (tridentino) de paróquia coincide com o fim de um modelo de iniciação cristã doutrinal e conceitual, ainda que, em muitos ambientes, se insista em mantê-lo. Nesse particular, curioso ou evidente é o fato de o nascimento paroquial, no século IV, ser simultâneo à decadência catecumenal da Igreja primitiva. Dito de maneira diferente: o fim do catecumenato e o início do “catecumenato social” (cristandade) são contemporâneos ao surgimento da instituição paroquial, quando se deu também a expansão massiva do cristianismo com a liberdade religiosa e a oficialização do cristianismo. A iniciação cristã e o próprio cristianismo tornaram-se, então, uma realidade social, e a comunidade de fé já não era o fator decisivo para a iniciação cristã. Isso nos autoriza a questionar se tal modelo de paróquia é adequado para a transmissão-iniciação na fé e para sua vivência.

Tudo indica que o presente e o futuro do catecumenato dependem de um novo rosto estrutural paroquial. Um novo perfil paroquial é condição necessária para que o projeto de iniciação catecumenal seja levado a cabo. Onde estão, contudo, tais comunidades dinâmicas e renovadas? Não se pode cair no círculo vicioso. A inexistência de comunidades ideais não pode paralisar o esforço do projeto catecumenal, nem o contrário: ou seja, “porque não há comunidades, não há catecumenato, e porque não há catecumenato, não chegamos a comunidades” (BOROBIO, 2007, p. 549). Chegamos, assim, à fundamentação da dinâmica dialética entre catecumenato e paróquia. A “solução” não está nem em procurar comunidades paroquiais ideais para a implantação catecumenal, nem em implantar a iniciação catecumenal para daí esperar a conversão pastoral-estrutural da paróquia, mas em perceber a dialética do processo ao buscar, conjuntamen-

Discípulos e missionários na paróquia

Luiz Gonzaga da Rosa



Este é um livro com estilo simples e claro, fundamentado na Palavra de Deus, nos documentos da Igreja e, sobretudo, inspirado no Documento de Aparecida. De forma agradável, o autor mostra com objetividade que a fé cristã é compromisso de vida, com a vida e na vida. Recordando que o Batismo é um chamado amoroso de Deus para viver a dignidade de filhos e participar da Igreja, os capítulos apresentam aspectos da vida do discípulo missionário, propostos pelo ensinamento da Igreja. São seguidos por questionamentos e fatos do cotidiano, e concluídos com uma oração.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





te, novos perfis de iniciação cristã e renovada estrutura paroquial.

Trata-se de um círculo dialético em que o fortalecimento de um incide no outro e este, ao mesmo tempo, requer a vitalidade do primeiro. A iniciação à vida cristã catecumenal será efetiva à medida que houver uma reconfiguração eclesial adequada; do mesmo modo, uma iniciação catecumenal de qualidade, na riqueza de seus elementos pedagógicos, litúrgicos e pastorais, lançará luzes para repensar o institucional paroquial. O catecumenato implantado será promotor de mudanças estruturais na paróquia, assim como o catecumenato não é algo já dado ou consolidado, mas um projeto a ser conquistado.

Feitas estas observações, cabe sondar como se dá concretamente a relação entre consolidação da prática catecumenal e renovação paroquial. É o que faremos agora, com base nos quatro tempos do itinerário da iniciação cristã catecumenal, a saber: pré-catecumenato, catecumenato, eleição/purificação e mistagogia.

3. Interpelações mútuas entre pré-catecumenato e a missionariedade paroquial: do primeiro anúncio a uma estrutura paroquial missionária

O pré-catecumenato é o primeiro grau do itinerário da iniciação à vida cristã catecumenal, que em nenhuma hipótese deve ser omitido (RICA 9). Entre os objetivos centrais desta etapa, está o despertar da fé e do desejo de aderir e seguir a Cristo e à Igreja. “É o tempo da evangelização em que, com firmeza e confiança, se anuncia o Deus vivo e Jesus Cristo” (RICA 9). Por ser o tempo da *primeira evangelização* (RICA 7), o objetivo maior é ajudar o iniciante

em seu primeiro *sim*, no intuito de fazer a passagem dos germes da fé ao desejo de seguir mais intensamente o Deus de Jesus Cristo.

Pré-catecumenato e anúncio querigmático estão intrinsecamente interligados. A primeira etapa da iniciação é, por excelência, o tempo do primeiro anúncio e da “primeira evangelização”, quando “se anuncia aberta e resolutamente o Deus vivo e Jesus Cristo” (RICA 9). Proposta, portanto, mais do que atual, quando já não se pode dar por pressuposto o primeiro anúncio, anteriormente garantido pelo contexto cultural. O diferencial da metodologia catecumenal está em não desconsiderar a necessidade do primeiro anúncio (Querigma), o que era prescindível em tempos de cristandade. Aos já batizados, a *primeira evangelização* e o *anúncio querigmático* assumem as características de reaproximação, reencontamento, redescoberta de Jesus Cristo e da comunidade eclesial.

O pré-catecumenato remete à dimensão missionária da paróquia, em cujo diálogo, ambos, missionariedade paroquial e pré-catecumenato, se iluminarão reciprocamente. Como dar à paróquia um rosto mais missionário e menos institucional? E, ao mesmo tempo, como fazer da iniciação cristã catecumenal uma prática missionária real, que, mais do que conferir sacramentos, gere discípulos missionários?

3.1 O pré-catecumenato e a otimização do primeiro anúncio na paróquia

Dos quatro tempos do catecumenato é, sem dúvida, o primeiro o que mais interpela a paróquia, na atual mudança cultural. O primeiro anúncio não é função tão somente do pré-catecumenato. Se a linguagem metafórica ajuda a intuir melhor a inter-relação entre pré-catecumenato e missionariedade paroquial, então, pode-se afirmar que o catecumenato,

“O pré-catecumenato remete à dimensão missionária da paróquia, em cujo diálogo, ambos, missionariedade paroquial e pré-catecumenato, se iluminarão reciprocamente. Como dar à paróquia um rosto mais missionário e menos institucional?”



em sua etapa pré-catecumenal, é como um trem que puxa consigo muitos vagões, num movimento articulado e orgânico que caminha na mesma direção pastoral. Tão problemático quanto a não existência do catecumenato na atualidade é, nos lugares em que ele existe, considerar a transmissão da fé tão somente sob sua responsabilidade.

A pergunta fundamental, no processo de renovação paroquial à luz da pedagogia catecumenal, é sobre as chances e sobre a potencialidade que a paróquia dispõe para anunciar e reanunciar o mistério de Jesus Cristo. Otimizar as iniciativas já existentes de primeiro anúncio, de potencialidades missionárias e querigmáticas, é o ponto de partida de uma renovada caminhada paroquial à luz do processo catecumenal. A palavra-chave, assim, parece ser um “novo contato” por meio do qual podem nascer verdadeiros processos de iniciação cristã. A quais momentos e oportunidades nos referimos? Primeiramente àqueles querigmáticos já existentes, ainda que esporádicos; via de regra, momentos-chave na vida de alguém, seja nos pedidos de sacramentos, na celebração do batismo, da confissão, de bodas, exéquias e outros. De modo mais exato, os vários momentos, incluindo aqueles de “prestação de serviço” de que a paróquia dispõe, podem tornar-se momentos fortes de um anúncio e encontro mais contundente da proposta do Evangelho. Tentativas de aproximação das pessoas com frequência paroquial periódica não podem ser negligenciadas. Para muitos, a missa dominical ou a celebração da Palavra são a única oportunidade de que a paróquia dispõe para o novo anúncio ou para renovada reiniciação cristã e alimento na fé. Disso resulta que a liturgia, símbolos, homilia se apresentam na atualidade como potencialidades querigmáticas.

3.2 A (re)descoberta de novos espaços de anúncio

Potencializar os caminhos já existentes para o primeiro e o segundo anúncios é necessário,

mas não o suficiente, pois é fundamental investir no anúncio em novos areópagos, criar novos meios de anúncio que despertem e promovam o encantamento/reencantamento com a pessoa de Jesus Cristo. Otimizar as oportunidades já existentes diz respeito ao nível mais intraparoquial, cuja urgência é clara, haja vista o número de pessoas que “frequentam” a paróquia por ocasiões pontuais ou os vários “níveis” de pertença eclesial de que a paróquia é composta. Mas, com a mesma motivação querigmática, a paróquia é convocada a buscar caminhos para um movimento centrífugo, um anúncio extraparoquial, o que exigirá a descoberta e a criação de espaços alternativos, móveis e flexíveis, de presença da Igreja. Se, com razão, se fala de “rede de comunidades”, não deve ser estranho o termo “redes de anúncio do Evangelho”, isto é, o esforço ininterrupto para fazer-se presente em instâncias diversas da sociedade. Torna-se imperiosa uma presença pública nas artérias da sociedade, no mundo da saúde, da educação, da solidariedade social, das comunicações midiáticas, das famílias, dos jovens etc. Se, em tempos de divórcio entre fé e cultura, “cristãos não nascem, mas se tornam”, também é verdade que eles não se tornam automaticamente, mas à medida que a Igreja souber, com criatividade e zelo pastoral, aproximar-se dos mais diversos ambientes onde vivem os filhos e filhas de Deus. A lamentável realidade da “crise da chegada” ou do “sacramento do adeus” denuncia o vasto campo de atuação em que a pastoral paroquial é chamada a atuar, sem desconsiderar a dificuldade de chegar novamente a essas pessoas. Consequentemente, projetos pastorais que não se concentrem tão somente em torno dos ritos sacramentais, mas também ao redor da vida cotidiana, dos problemas reais e dos vários ambientes, são decisivos para o futuro da instituição paroquial.

Interagir com esses ambientes, reinventar a presença nesses lugares, é catecumenato em potencial ou, mais especificamente, pré-catecumenato em potencialidade. Esperar que se apresentem candidatos à iniciação cristã con-



tradiz o espírito do pré-catecumenato, que tem como princípio gerar filhos na fé, o que, por sua vez, depende de uma estrutura eclesial querigmática, missionária.

3.3 O acompanhamento pessoal do pré-catecumenato e a acolhida paroquial

No pré-catecumenato constata-se uma mudança de compreensão da acolhida. A dinâmica da acolhida permanente dá a tônica a toda esta primeira etapa, com destaque para os encontros informais, que são laboratório de partilha, escuta, discernimento, testemunho, hospitalidade. Primordialmente, quer ser tempo de abertura, de conhecimento mútuo, de escuta das predisposições e motivações mais profundas da pessoa, de suas experiências religiosas, da pergunta pelo sentido da vida.

A acolhida catecumenal pode ser bem assimilada no acompanhamento personalizado. São vários os momentos em que transpõe a atenção direcionada a cada indivíduo, com base em sua particularidade. Na etapa do pré-catecumenato, é o introdutor, por meio de seu ministério, que vem ao encontro dessa necessidade. “O candidato que solicita sua admissão entre os catecúmenos deve ser acompanhado por um introdutor, homem ou mulher, que o conhece, ajuda e é testemunha de seus costumes, fé e desejo” (RICA 42). São os introdutores que acompanham os candidatos, que os apresentam à comunidade e deles dão testemunho (cf. RICA 43; 104).

A atenção personalizada ou a acolhida personalizada está igualmente contemplada na processualidade da iniciação, isto é: os tempos do catecumenato levam em consideração a liberdade, o ritmo e o tempo de cada pessoa.

Para além da possível distância entre teoria e efetiva prática pré-catecumenal, por motivos já mencionados, não se pode subestimar a pertinência da proposta acolhedora, que, de modo imediato, nos faz questionar a burocracia e o peso da estrutura paroquial, com pesadas cargas de horários, expedientes, agendas. A pedagogia pré-catecumenal pode lançar luzes na busca de novas estruturas paroquiais de acolhida e de ações mais personalizadas. Diante de uma cultura que gera o anonimato e a solidão, o material pastoral de que dispõe o pré-catecumenato são a acolhida generosa, o estar junto, a escuta gratuita; é a partir desse material que são fornecidos os primeiros fundamentos da fé cristã. O simpatizante deve ser acolhido pelo introdutor a qualquer momento durante o ano, o que revela uma estrutura de acolhida contínua e permanente.

É lamentável o fato de o ministério do introdutor ser ainda pouco conhecido e valorizado, talvez por ser reflexo de uma herança eclesial que apresenta dificuldades no trabalho personalizado, no corpo a corpo, e cuja estrutura de massa acostumou a trabalhar com multidões.”

É lamentável o fato de o ministério do introdutor ser ainda pouco conhecido e valorizado, talvez por ser reflexo de uma herança eclesial que apresenta dificuldades no trabalho personalizado, no corpo a corpo, e cuja estrutura de massa acostumou a trabalhar com multidões.

Em certos lugares, o pré-catecumenato não é realizado; atropela-se essa fase e inicia-se já a etapa catecumenal; em outros lugares, é o próprio catequista que faz as vezes de introdutor. Propomos não somente investimento neste ministério de iniciação à vida cristã, mas também pensá-lo, com as devidas adaptações, para além do catecumenato, em vista de ações pastorais personalizadas e progressivas. A título de exemplo, podemos entrever o quanto a *pastoral da acolhida* pode ser incrementada com base na dinâmica pré-catecumenal ou o quanto as funções atribuídas ao introdutor podem beneficiar e inspirar o acompanhamento pastoral (por exemplo, noi-

“É lamentável o fato de o ministério do introdutor ser ainda pouco conhecido e valorizado, talvez por ser reflexo de uma herança eclesial que apresenta dificuldades no trabalho personalizado, no corpo a corpo, e cuja estrutura de massa acostumou a trabalhar com multidões.”

vos, pais e padrinhos, primeiros anos de matrimônio, da chegada do filho, famílias que chegam ou partem, novos moradores). Nessa perspectiva, acolhida já é, em si mesma, primeiro anúncio, e em todas estas ações estão os germes do pré-catecumenato.

4. O segundo momento do processo catecumenal e o “catecumenato permanente”: a formação permanente a serviço da renovação paroquial

Na continuidade do diálogo entre iniciação cristã catecumenal e instituição paroquial, entraremos, a seguir, no jogo dialético entre a segunda etapa do itinerário catecumenal, denominada catecumenato, e a formação permanente, por nós intitulada “catecumenato permanente”, isto é, a contínua formação dos já iniciados na fé. Se a paróquia precisa ser lugar da iniciação à vida cristã, necessita igualmente assumir o compromisso com o contínuo aprofundamento da fé dos já iniciados. Caso contrário, corre-se o risco de, conforme um ditado bastante brasileiro, “morrer na praia”. Formação inicial e formação permanente (iniciação cristã catecumenal e “catecumenato permanente”) são, portanto, momentos distintos de um único processo na construção de comunidades eclesiais adultas e de cristãos adultos.

Se a primeira etapa denominada pré-catecumenato prima pela pré-evangelização, pelos “rudimentos da vida espiritual”, pela acolhida, pelos encontros espontâneos, o segundo momento da caminhada enfatiza, além de outros aspectos, sólida formação. Uma paróquia que não investe no “catecumenato permanente”, na formação continuada de seus agentes e de todos os batizados não somente não conseguirá levar a sério a iniciação cristã catecumenal, como também comprometerá a maturidade humana e cristã da paróquia.

A deficiência na formação dos agentes de pastoral compromete a missão da Igreja e, particularmente, a iniciação cristã. Compromete

Dízimo

A experiência que faltava em sua vida

Pe. Jerônimo Gasques



72 págs.

O dízimo é uma herança do povo de Deus e uma promessa de prosperidade para aqueles que querem fazer uma experiência com Deus. Este livro fala do dízimo a partir da experiência da vida pastoral. O autor recorre à Palavra de Deus e à sua prática de vida eclesial, não tendo a pretensão de recorrer à teoria da prática dizimal.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





substancialmente o futuro missionário da paróquia, pois vale lembrar que os iniciantes de hoje serão os missionários de amanhã, e nada mais desgastante à missão do que agentes (iniciados) não preparados.

Se no item anterior batíamos na tecla da necessidade do primeiro anúncio para fora dos res-
tritos muros dos templos da paróquia, para fazer-se presente no vasto campo da sociedade, agora é preciso perguntar-se pela qualificação dos agentes. Se o leigo é convocado, pela graça do batismo, a atuar na realidade secular, “no vasto campo da política, da realidade social e da economia, como também da cultura, das ciências, das artes, da vida internacional, dos meios de comunicação e de outras realidades abertas à evangelização” (DAp 283), verifica-se então que a formação permanente não é privilégio, mas necessidade, pois o diálogo com esses novos areópagos exige devido preparo e qualificação.

Sob a iluminação da proposta do catecumenato, há que se ressaltar que tal formação precisa revestir-se de um novo paradigma. O tradicional paradigma nocional, de transposição de conhecimentos, já não pode mais ser denominado formativo, pois não se trata apenas de repassar conteúdos, mas de uma assimilação intelectual e celebrativa dos elementos da fé, isto é, de uma formação mistagógica.

4.1 Formar-se para formar: o desafio da formação inicial e permanente dos catequistas, dos agentes de pastoral e do clero

A restauração da iniciação catecumenal traz sérias exigências, entre as quais, e certamente a mais urgente, a da mudança de mentalidade de todos os agentes nela envolvidos. É

dos catequistas o compromisso maior de entrar na nova lógica da iniciação cristã, no acompanhamento catecumenal dos adultos.

O desafio, contudo, é o *como* desta formação, e aqui nos referimos a um renovado processo formativo à luz do processo formativo catecumenal e em coerência com ele. Optamos

pelo termo *formação inicial dos catequistas*. A expressão pode soar estranha. Por que formação inicial, quando se supõe que os catequistas já tenham sido iniciados? O resgate do catecumenato é recente, o que significa que muitos dos atuais catequistas não conhecem e não foram formados no novo paradigma de iniciação cristã catecumenal. Apesar de toda boa vontade e doação à Igreja, nossos catequistas não foram formados na mentalidade catecumenal.

Já expusemos a problemática da execução do catecumenato em determinados ambientes com mentalidade de catequese tradicional, nos quais ele, apesar de receber o nome de iniciação cristã catecumenal, consiste somente

em repasse de conteúdos. Mais do que falta de vontade dos catequistas, vale a pena enfatizar isto: a problemática parece estar na lacuna da formação catecumenal. Engana-se, contudo, quem pensa que basta o conhecimento teórico do *Ritual de Iniciação Cristã de Adultos* (RICA). Um dos desafios que o catecumenato enfrenta é formar catequistas, não somente *para a*, mas *na* proposta catecumenal. O catequista que durante vários anos exerceu o ministério nos moldes da catequese tradicional terá muitas dificuldades para entrar na nova proposta de iniciação cristã. Urge que o catequista experimente o processo catecumenal, percorrendo ele mesmo, na condição de catequista, a experiência catecumenal, saboreando os ritos e símbolos e trazendo para sua formação pessoal a in-

“O tradicional paradigma nocional, de transposição de conhecimentos, já não pode mais ser denominado formativo, pois não se trata apenas de repassar conteúdos, mas de uma assimilação intelectual e celebrativa dos elementos da fé, isto é, de uma formação mistagógica.”

..... 

teração conteúdo-liturgia, fé-vida. Com outras palavras, se os tradicionais “cursinhos” preparatórios aos sacramentos estão com os dias contados, a tradicional formação de catequistas também está convocada a assumir novo itinerário que integre conteúdo, mística, palavra, celebração, rito, experimento.

É no ministério sacerdotal que mais se evidencia a necessidade da formação permanente, entendida como processo de contínua conversão, de aprofundamento e atualização nas áreas do saber humano, teológico e bíblico, para dialogar de modo maduro com os diversos níveis de interlocutores e com as novas linguagens da sociedade plural.

Vale lembrar que a mudança de época atinge também o clero, provocando, muitas vezes, crise de identidade sacerdotal, o que pode facilmente conduzir aos tão comuns quadros de carreirismo institucional, entre outras deturpações, no exercício do ministério. O tornar-se adulto na fé, tão enfatizado ao longo do artigo, e o tornar-se adulto no ministério caminham juntos.

Outro aspecto nem sempre frisado com a devida necessidade diz respeito à formação dos seminaristas. Nas novas gerações dos presbíteros, verifica-se acentuada tendência ao clericalismo, quando não ao fundamentalismo, haja vista a preocupação com o rubricismo ou a ostentação de vestes.

Sem avançar para águas mais profundas em nossa reflexão, importa perceber que, dado que a estrutura formativa da iniciação à vida cristã está passando pelo processo de reestruturação sintetizado no catecumenato, também o modelo formativo dos candidatos ao sacerdócio parece urgir uma revisão. Lamentavelmente, muitos seminaristas assimilam já desde cedo que, no futuro ministério sacerdotal, serão responsáveis-proprietários de uma paróquia.

4.2 Da ministerialidade do catecumenato a uma paróquia toda ministerial

Abordada a relação entre iniciação cristã e formação permanente, pretendemos, agora, à luz da ministerialidade do catecumenato, refletir sobre os ministérios na paróquia.

Para levar a cabo o objetivo a que se propõe, o catecumenato dispõe de uma estrutura de ministérios e serviços, com base em um projeto articulado de acompanhamento pessoal e coletivo ao longo de todo o processo da iniciação à vida cristã. Entram em cena, no itinerário catecumenal, uma diversidade de ministérios, serviços e carismas, necessários à maturação da fé daqueles que estão no processo de tornar-se cristãos. Para a dinâmica catecumenal, nenhum serviço ou ministério é irrelevante ou se encontra em segundo plano. Para Borobio, o catecumenato leva a uma “potencialização dos ministérios da Igreja”, pois neles se encontram várias dimensões de sua missão (BOROBIO, 2007, p. 78).

Se, por um lado, é inquestionável a riqueza da variedade de serviços, carismas, ministérios catecumenais, necessários à tarefa da iniciação à vida cristã, por outro, a questão torna-se problemática quando confrontamos o quadro acima com a real situação ministerial paroquial em que o catecumenato é realizado. Para problematizar ainda mais a questão, algumas perguntas são necessárias: a comunidade paroquial, hoje, é madura o suficiente, ministerial e missionariamente, para acompanhar o candidato à vida cristã, como idealiza a metodologia catecumenal? O RICA supõe densa consciência ministerial e participativa da comunidade, o “ministério coletivo”, conforme já recordado, isto é, a participação de toda a comunidade de fé nos ritos, no parecer e na aprovação do iniciante, entre outras formas de atuação. Trata-se de uma realidade ou de uma meta a ser alcançada?

Importa a pergunta: o que a ministerialidade catecumenal diz ao processo de renovação paroquial, e esta àquela? Algumas afirmações, quase antecipadas tentativas de resposta a essas questões, serão norteadoras da reflexão que segue: 1) a rede de ministérios do catecumenato



e a consciência ministerial expressa na ativa participação da comunidade nos ritos e celebrações catecumenais constituem muito mais uma realidade a ser construída do que algo já existente na configuração paroquial. Portanto, aquilo que o RICA concebe como modelo de comunidade ministerial conscientiza, questiona, provoca e motiva a renovação ministerial paroquial; 2) neste processo dialético, ainda que a nova consciência ministerial não seja algo já dado, e sim realidade eclesial a ser conquistada, a comunidade, à medida que participa, mesmo que timidamente, da vida e do acompanhamento dos catecúmenos, desperta para a consciência missionária e ministerial; 3) ao perceber que a paróquia é ou está se tornando uma rede de ministérios, o catecúmeno estará mais disposto a assumir um serviço eclesial. O modelo de Igreja que ele encontra é o que ele vai assimilar em sua vivência cristã; 4) a qualidade da iniciação à vida cristã é condição para o futuro ministerial da paróquia. Assim, negativamente, quando as pessoas não são devidamente iniciadas na vida cristã ou quando são portadores de uma fé imatura, dificilmente assumem seu batismo ou exercem ministérios e serviços eclesiais.

Muito poderíamos refletir sobre a urgente conversão estrutural dos ministérios pastorais na Igreja. Em síntese, permanece sempre o desafio, tendo ciência dos avanços, de buscar a concretização de uma configuração ministerial que tem sido denominada “comunidade-ministérios” ou “comunidade-carismas e ministérios”. Não se trata apenas de mudança de nomenclatura, mas das relações estabelecidas a partir dela. No paradigma *comunidade-ministério*, o acento está na comunidade e na rede de

ministérios, carismas e serviços de que ela é portadora. O centro não são os ministérios ordenados, nem os não ordenados, mas o tecido comunitário, em que todos os ministérios e serviços têm sentido de ser.

“A riqueza catecumenal consiste em garantir forte densidade orante, mistagógica e experiencial da fé durante todo o processo formativo. Do início ao fim, o antes, o durante e o depois da recepção dos sacramentos visam imprimir o caráter mistagógico e orante da iniciação à vida cristã.”

5. As etapas da iluminação/purificação e mistagogia e a conversão mistagógica paroquial

Resta ainda apontar alguns elementos da paróquia à luz dos dois últimos tempos da caminhada catecumenal, a saber, iluminação/purificação e mistagogia. A riqueza catecumenal consiste em garantir forte densidade orante, mistagógica e experiencial da fé durante todo o processo formativo. Do início ao fim, o antes, o durante e o depois da recepção dos sacramentos visam imprimir o caráter mistagógico e orante da iniciação à vida cristã. Os últimos momentos do itinerário catecumenal, iluminação/purificação e mistagogia, remetem a essa dimensão mais orante e experiencial da fé, sem dicotomia ou exclusi-

vismo. Trata-se de acento, de ênfase cronológica, e não de exclusivismo.

Iluminação/purificação, tempo para maior interiorização e conversão no processo catecumenal, recorda à paróquia o imperativo da conversão pastoral e estrutural. Conversão pastoral em que ou para quê? À expressão conversão pastoral, podem atribuir-se inúmeros significados, todos legítimos e necessários. O caminho percorrido até o momento, na busca de novo perfil de paróquia, de certa forma contemplou várias dimensões relativas à expressão. Conversão para uma paróquia toda ministerial, conversão ao novo estilo formativo, para o impulso à missionariedade, à colegialidade, a nova men-

talidade pastoral que, mais do que sacramentalizar ou ensinar, proporcione processos pastorais que levem à descoberta e ao aprofundamento da fé etc. Como síntese de todas as conversões a que a paróquia é convocada, trazemos agora o termo “mistagogia”, em debate no último tempo do itinerário catecumenal. Dito de maneira diferente, enfatizaremos, aqui, como que a síntese de todos os aspectos já mencionados, a conversão pastoral à mistagogia. Percebe-se, portanto, que, com a expressão *conversão pastoral à mistagogia*, envolvemos as duas últimas etapas catecumenais: conversão (iluminação/purificação) e mistagogia.

A experiência ou mistagogia da fé é um direito não somente dos catecúmenos, mas de todas as pessoas, dos frequentadores assíduos, dos casuais, dos “clientes” ou dos afastados da paróquia. Contudo, bem sabemos que a dimensão experiencial da fé é, sem dúvida, a grande lacuna na paróquia, seja pelo excesso de atividades, refém de uma infinidade de tarefas, seja pela forte carga burocrática e institucional, sem proporcionar, na maioria das vezes, a experiência mistagógica. A afirmação já feita de que grande parte dos já batizados não é iniciada na fé pode ser retomada agora em perspectiva mistagógica: ou seja, considerável número de batizados carece de experiência de Deus, de uma religiosidade mais vivencial, cuja consequência é ou o cumprimento de preceito, ou a busca de serviço religioso, ou o afastamento definitivo da paróquia. Daí se entende com mais facilidade o porquê de muitos viverem, hoje, uma espiritualidade fora da instituição paroquial ou mesmo fora da religião.

Quando se alude à mistagogia no catecumenato, à experiência na paróquia ou nas pastorais e movimentos, independentemente do termo utilizado, trata-se, fundamentalmente, de condição para o futuro do cristianismo. Vale a pena enfatizar que todo o esforço da busca de renovação paroquial em andamento, à luz da pedagogia catecumenal, visa favorecer uma profunda experiência de Deus. Nova lingua-

Discípulos e missionários

Reflexões teológico-pastorais sobre a missão na cidade

Dom Benedito Beni dos Santos



96 págs.

A articulação entre discipulado e missão é a ideia central dessas páginas, cujo título reproduz o tema da 5ª Assembleia do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (Aparecida, maio de 2007). O ponto de partida e de referência de todas as reflexões é o projeto eclesiológico do Vaticano II, que é seguido pela exposição dos fundamentos teológicos da missão evangelizadora da Igreja e a análise de alguns aspectos práticos da missão.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





gem, símbolos, homilias, estrutura, pastorais, serviços e movimentos, enfim, qualquer realidade existente na paróquia não são fins em si mesmos, mas sua pertinência reside na capacidade de gerar experiência mistagógica. Com base na dialética proposta entre catecumenato e paróquia, com a mesma intensidade que se afirma o novo paradigma de iniciação à vida cristã voltado à experiência, a estrutura paroquial quer se reconfigurar, tendo como eixo norteador esta mesma experiência, a fim de se tornar casa da mistagogia, ou ainda, em tom mais enfático, em estado permanente de mistagogia. Trata-se do esforço ininterrupto para, em tudo o que a paróquia fizer, favorecer aos fiéis a mistagogia. Do contrário, o esforço de reorganização paroquial será paliativo, sem tocar as raízes do problema. Nessa perspectiva, vemos que o círculo dialético vai acontecendo. Do mesmo modo que mistagogia não é apenas o último tempo do processo da iniciação cristã, mas sua espinha dorsal, assim também todas as possíveis mudanças estruturais e pastorais na paróquia visam a uma maior experiência mistagógica de fé. Mistagogia não é algo que a paróquia oferece aos fiéis, mas é fundamentalmente aquilo no qual ela mesma é chamada a se converter, para, então, poder ser experimentada como *locus* da experiência de Deus. Só aí, então, ela será capaz de “oferecer a

todos os nossos fiéis um encontro pessoal com Jesus Cristo, uma experiência religiosa profunda e intensa” (DAp 226).

Conclusão

**“A implantação/
consolidação do
catecumenato é algo
em construção, assim
como a renovação
paroquial se encontra
nesse mesmo
processo. A paróquia
não será uma nova
estrutura eclesial de
um dia para o outro.”**

Sinteticamente, nosso trabalho esteve assim estruturado: à luz do pré-catecumenato, refletimos sobre as dimensões missionária e querigmática da paróquia; à luz do catecumenato, abordamos alguns elementos da formação e dos ministérios; à luz da iluminação/purificação e da mistagogia, apontamos para as dimensões orante, contemplativa, experiencial, mistagógica na instituição e nas pastorais paroquiais.

Afirmar que o catecumenato constitui uma pedagogia privilegiada para iniciar na fé não significa estar nele a solução para o desafio da transmissão da fé. A implantação/consolidação do catecumenato é algo em construção, assim como a renovação paroquial se encontra nesse mesmo processo. A paróquia não será uma nova estrutura eclesial de um dia para o outro. Da mesma forma que não é o decreto da restauração do catecumenato que o fará ser catecumenal, não será a declaração de uma nova paróquia que a fará ser nova. Trata-se de um processo lento, em que estão envolvidas diversas dimensões. ●

Bibliografia

- BOROBIO, D. *Catecumenato e iniciación cristiana: un desafío para la iglesia de hoy*. Barcelona: Centre de Pastoral Litúrgica, 2007.
- CNBB. *Ritual de iniciação cristã de adultos*. São Paulo: Paulus, 1980.
- _____. *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia*. São Paulo: Paulinas, 2013 (Documentos da CNBB, 100).



Antropologia da formação presbiteral inicial

José Lisboa Moreira de Oliveira*

Biblicamente, o ser humano não é só corpo ou só alma. Ele é totalmente corpo, totalmente alma, totalmente espírito e totalmente marcado pela fragilidade. Essa concepção bíblica possibilita uma pedagogia formativa que valorize todas as dimensões da vida humana, evitando a fragmentação ou o descuido de uma delas.

*Graduado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (1982), com mestrado em Teologia Sistemática pela Pontifícia Facoltà Teologica dell'Italia Meridionale – Sezione San Luigi (1989) e doutorado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (1991). Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília (2008). Professor titular de Ética e Antropologia da Religião na Universidade Católica de Brasília e, na mesma universidade, gestor do Centro de Reflexões sobre Ética e Antropologia da Religião (Crear). Professor convidado do Curso de Especialização *latu sensu* para Formadores de Seminários e da Vida Religiosa no Instituto Santo Tomás de Aquino (Ista) em Belo Horizonte. Tem diversas publicações na área da Teologia das Vocações e da Espiritualidade. O teólogo José Lisboa faleceu em 1º de março de 2015, e este artigo foi-nos encaminhado por ele alguns dias antes de sua partida. Nossa gratidão a Deus pelo dom da vida deste grande homem e por todo o bem que fez à Igreja.

Nos últimos anos, a Igreja Católica Romana se viu envolvida em uma série de escândalos, tendo padres como protagonistas. Esse fato afetou sensivelmente a missão evangelizadora. Conheço alguns padres que trabalham nos Estados Unidos da América e tive a oportunidade de ouvir deles relatos dramáticos de situações constrangedoras. Mesmo os padres honestos e equilibrados se viram de repente censurados e odiados pelo povo, a ponto de não poderem sair às ruas, pois corriam o risco de ser apedrejados.

Todos esses casos revelam a urgente necessidade de dar maior atenção à dimensão antropológica da formação presbiteral, particularmente no período inicial da caminhada. Infelizmente a experiência tem mostrado que, embora presente nos documentos oficiais, essa dimensão se encontra bastante esquecida, deixada de lado. Às vezes até se chega a fazer alguma coisa, mas de maneira muito superficial, não permitindo que os candidatos ao ministério presbiteral se encontrem consigo mesmos e enfrentem a si mesmos, trabalhando situações existenciais não totalmente resolvidas que podem depois atrapalhar seriamente o exercício dessa vocação específica.



Neste breve artigo, proponho *dez passos* que podem ajudar a retomar essa dimensão com maior seriedade, permitindo aos formadores e aos próprios vocacionados trabalhar em profundidade essa questão. São apenas rápidas pinceladas, que exigem um aprofundamento maior e um trabalho mais intenso de acompanhamento personalizado dos candidatos. Aliás, em alguns casos, faz-se necessário um acompanhamento com especialistas (psicólogo ou psiquiatra) para detectar problemas mais sérios e até situações existenciais que impedem a ordenação do jovem. No presente contexto, o trabalho vocacional consiste mais em convencer a pessoa a desistir da ideia de ser padre do que o contrário. Parece um paradoxo, mas é isso mesmo!

1. Elementos teóricos de fundamentação da formação inicial

Os primeiros três passos poderiam ser chamados de fundamentos teóricos da formação inicial. Trata-se de verificar quais concepções estão na cabeça dos formadores e dos formandos. O primeiro deles se refere à *visão de ser humano*. É de suma importância que os educadores vocacionais tenham clareza disso, pois, no mundo atual, fragmentado e confuso, podem aparecer visões e concepções totalmente distorcidas da pessoa. Muitas vezes, apesar de discursos bonitos, nossas ideias são o resultado de concepções reducionistas que limitam a visão de pessoa a um único aspecto. Por isso, é muito importante que os educadores vocacionais verifiquem como está isso neles mesmos e nos jovens vocacionados que chegam aos seminários.

"Muitas vezes, apesar de discursos bonitos, nossas ideias são o resultado de concepções reducionistas que limitam a visão de pessoa a um único aspecto. Por isso, é muito importante que os educadores vocacionais verifiquem como está isso neles mesmos e nos jovens vocacionados que chegam aos seminários."

A partir disso, faz-se indispensável resgatar a visão bíblica de ser humano, na qual há uma *integração plena* entre corpo (*soma*), alma (*psíquê*), espírito (*pneuma*) e fragilidade (*sárx*). Segundo a Bíblia, o ser humano não é só corpo, ou só alma, e assim por diante. Ele é totalmente corpo, totalmente alma, totalmente espírito e totalmente marcado pela fragilidade. Essa concepção bíblica possibilita uma pedagogia formativa que valorize todas as dimensões da vida humana, evitando a fragmentação ou o descuido de uma delas.

Por isso, o segundo passo é superar o *dualismo* filosófico e teológico que há séculos macula a vida da Igreja e, particularmente, a formação presbiteral. Por causa da ausência dessa visão bíblica de ser humano, temos criado verdadeiras dicotomias entre humano e divino, corpo e alma etc. Tal concepção vem desde a entrada do *maniqueísmo* no cristianismo dos primeiros séculos. Francisco García Bazán, no seu livro *Aspectos incommuns do sagrado* (Paulus, 2002), lembra que o maniqueísmo é "uma gnose intelectual heleenística baseada na concepção de

que o conhecimento é a causa determinante da salvação" (p. 179). Prega a existência de dois princípios ou naturezas, o bom e o mau, que são eternos, anteriores à criação do mundo, e estão em nítida oposição e separação entre si.

A tradução disso para a prática levou os maniqueístas a valorizar excessivamente a gnose, a alma, e a desprezar tudo aquilo que está revestido de humanidade. De fato, para a visão maniqueísta, a corporalidade, a dimensão humana da pessoa, é expressão ou resultado da queda do homem primordial. Logo, é preciso separar as coisas, pois o resgate só virá por meio da separação, que permitirá o triunfo do Bem.



E se olharmos para o cristianismo atual e para o processo formativo, perceberemos como estão infestados de maniqueísmo. A desconfiança para com os aspectos humanos da pessoa (corporalidade, sexualidade, liberdade, autonomia etc.) é visível. E tal desconfiança leva a não trabalhar isso na formação, empurrando muitas questões para “debaixo do tapete”. Mais tarde, pressionados por situações da vida concreta, o “lixo” sai de debaixo do tapete e suja completamente a “pureza virginal” da mãe Igreja! Como aconteceu de forma impressionante nos Estados Unidos e na Irlanda, embora no Brasil não faltem exemplos disso.

Por essa razão, é indispensável um terceiro passo: ter consciência de que a pessoa é *história encarnada*. Também os vocacionados que chegam ao seminário trazem consigo uma história, com suas marcas bem definidas. Hoje, na quase totalidade dos casos, os jovens chegam quebrados, fragilizados, destruídos. Não porque sejam ruins, mas porque são vítimas de tantos problemas e situações que os afetam. Por isso, torna-se quase impossível encontrar um jovem sem problemas mais sérios e complicados. No dizer de Zygmunt Bauman (*Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003), quase todos eles são “fugitivos” de si mesmos, dos outros, da realidade, contentando-se com uma maneira bastante “rebaixada” de viver. Assim sendo, a dimensão antropológica da formação precisa cuidar bem disso.

2. Elementos de pedagogia vocacional

Em virtude do que foi dito antes, além dos fundamentos teóricos, é preciso processos pedagógicos que, de fato, facilitem e possibilitem um trabalho sério de acompanhamento vocacional. Tais processos pedagógicos devem, sobretudo, permitir que os jovens vocacionados se deem conta do que se passa dentro deles e queiram assumir a própria história com coragem e determinação. Isso é muito importante,

pois, no momento atual, existe, tanto da parte dos educadores vocacionais, como dos próprios jovens, o medo de olhar para a própria realidade. Infelizmente, como diz Bauman, o que encontramos hoje são “comunidades de fugitivos”, de pessoas distanciadas de si mesmas. Nesse sentido, proponho mais quatro passos, os quais comporiam a pedagogia da formação inicial.

Em primeiro lugar, o *cuidado com o tempo justo*. A maturidade do ser humano tem o seu ritmo e nós não podemos forçá-lo, antecipando ou prolongando etapas. No atual esquema canônico, as etapas de formação costumam ter prazos nos quais todos os formandos são incluídos, sem nenhum respeito pela história e pelo ritmo de cada um. Todos começam e terminam as etapas no mesmo dia e horário. Assim, o processo formativo se torna verdadeiro “balaio de gatos”, no qual é possível encontrar pessoas diferentes, com histórias diferentes, situações diferentes, e para as quais são aplicados os mesmos métodos, conteúdos e dinâmicas. Isso quer dizer que a formação, no atual contexto, precisa ser *personalizada*. O acompanhamento não pode ser genérico, igual para todos. Quando isso acontece, há o risco de precipitações e de queimas de etapas. E “apressar” ou “congelar” o tempo ou o ritmo de cada pessoa pode ser extremamente problemático.

Por essa razão, o acompanhamento vocacional deverá ser revestido de outro elemento, que é o *discernimento* e o *cuidado* com cada vocacionado. Toda formação terá que ser essencialmente discernimento. Ela precisa ser educação (do verbo latino *educere*), entendendo isso como processo que faz a pessoa tirar de dentro de si mesma aquilo que ela já é ou possui. Todo o processo formativo deve levar ao discernimento (do latim *discernere* = separar, cortar ao meio), ou seja, àquela capacidade de ir separando e analisando criteriosamente, dentro de si, os diversos elementos existenciais para conhecê-los melhor e verificar se é possível, com tais condições existen-



ciais, assumir determinada vocação específica. Por essa razão, todo discernimento é doloroso e sofrido, mas precisa ser feito, pois, do contrário, não ajudará a formar pessoas sadias. Forjará apenas pessoas hipócritas e ambíguas. Tudo isso, porém, com muito *cuidado*, pois o ser humano é delicado, e certas dinâmicas e pedagogias podem aumentar ainda mais os problemas e transformar as pessoas em verdadeiros monstros.

Nesse sentido, um terceiro elemento pedagógico se faz necessário. O cuidado com a *dimensão ética* da formação. Trata-se de ver, em primeiro lugar, o que é melhor para aquela pessoa que está diante do educador vocacional. Sabemos, por experiência, que, infelizmente, na questão da formação presbiteral, costuma-se pôr, em primeiro lugar, os interesses da instituição. A falta de padre e o desespero diante da quantidade de “trabalho pastoral” a ser feito levam bispos, superiores e formadores a apressar as etapas, a formar de qualquer jeito, pouco importando a situação concreta dos sujeitos.

Há verdadeira falta de ética na maioria dos seminários. Pen-sa-se no número, na quantidade, nas demandas existentes, e não nas pessoas concretas. Dificilmente, na formação, faz-se a pergunta: “Onde está o teu irmão?” (Gn 4,9). Dito de outra forma: em que situação se encontra o irmão formando? Será que posso exigir dele tamanha responsabilidade? Será que o processo formativo o está preparando de verdade para exercer um ministério tão exigente? Toda formação séria deve ser “guarda” do irmão formando, e cada formador deve sempre se perguntar: o que fiz? De fato, diz-nos ainda Zygmunt Bauman, no seu livro *Ética pós-*

moderna (Paulus, 1997), eu sou “guarda de meu irmão”, independentemente do que ele faz, vê ou pensa. Do ponto de vista ético, a minha responsabilidade é sempre maior que a dos outros.

Com base nisso, surge um quarto elemento pedagógico para a formação: *avaliar* constantemente os *efeitos* do processo formativo. Infelizmente, boa parte dos bispos, su-

periores e formadores nunca pararam para fazer avaliação. Têm medo da avaliação. Tremem diante da possibilidade de uma verificação corajosa que aponte falhas no processo. Por essa razão, ficam repetindo o que todo o mundo já está cansado de perceber que não deu certo. Com isso, provocam verdadeiros desastres, pois fomentam um tipo de formação que prepara monstros, e não seres humanos simples e responsáveis. Aliás, de modo geral, é típico da formação presbiteral criar pessoas irresponsáveis, incapazes de assumir sua própria responsabilidade diante dos outros. Infelizmente, os seminaristas saem dos seminários como padres que aprenderam a mentir, a fingir, a enganar, a pôr a culpa nos outros.

Não aprenderam a assumir os próprios atos. Por isso, hoje, quase todos os padres ficam agarrando-se a normas firmes, a autoridades, à obediência cega, à infalibilidade. Porque, no fundo, como diz muito bem Bauman, na sua *Ética pós-moderna*, são *homens-camaleão*, que se escondem debaixo dos disfarces da lei para sufocar a própria insegurança e a própria incapacidade de assumir por si mesmos a própria responsabilidade. E nisso, ainda de acordo com Bauman, está a crise pós-moderna, pois a atitude de agarrar-se à segurança da lei transforma-se em insegurança dos su-

“Em que situação se encontra o irmão formando? Será que posso exigir dele tamanha responsabilidade? Será que o processo formativo o está preparando de verdade para exercer um ministério tão exigente? Toda formação séria deve ser “guarda” do irmão formando.



jeitos, pois nunca haverá para eles uma autoridade suficiente para lhes garantir que estão agindo certo. Por isso, facilmente acabam transgredindo todas as leis, agindo como se elas não existissem. Assim, os que parecem “conformistas”, por baixo dos panos e na calada da noite, fazem o que bem querem.

3. Dimensão “política” da formação inicial

Podemos, então, concluir que há uma dimensão “política” da formação, entendendo esse termo no sentido de *politichè*, ou seja, de cuidado com o bem público, com o que é de todos. Porque o ministério presbiteral não é algo destinado para a vantagem dos próprios sujeitos, mas para o bem da comunidade (At 20,22-35; 1Pd 5,1-4), torna-se necessário que todo padre chegue à ordenação revestido dessa consciência. É claro que o exercício do ministério, quando resultado de um chamado divino, traz realização para os ministros. Mas isso é apenas consequência, e não fim. Desse modo, mais dois elementos são importantes para o processo formativo.

Antes de tudo, verificar que tipo de formação está sendo realizado. De fato, dependendo dos métodos e pedagogias usadas, a formação poderá ser apenas refúgio para fugitivos, para “órfãos”. Quando a formação forma apenas fugitivos, no sentido mencionado anteriormente, ela se torna um desastre, uma tragédia para as comunidades que receberão os futuros padres. Isso porque, como observa Bauman, no seu já citado livro *Comunidade*, fugitivos costumam juntar-se a outros fugitivos e criar padrões rígidos e exigentes com a finalidade explícita de não permitir que “intrusos” se metam na vida deles.

A consequência disso é o distanciamento cada vez maior do povo e a ausência de compromissos sérios com a comunidade, uma vez que a fuga não permite nenhuma forma de comprometimento com um povo que é visto

Discípulos e missionários de Jesus Cristo

Ser cristão no mundo atual

Cardeal Dom Cláudio Hummes



Atualmente, cresce na Igreja a consciência da necessidade de sair em missão, em busca dos católicos afastados e de todos os que pouco ou nada conhecem de Jesus Cristo. Preocupado com a situação da nossa Igreja no Brasil e na América Latina, e estimulado pela preparação para a V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e Caribenho e pelo retiro espiritual que preguei aos bispos brasileiros reunidos na sua 44ª Assembléia Geral, em Itaici, redigi estas páginas que ora publico. Que o Espírito Santo, com seu vigor e unção, suscite muitos missionários entre nós!

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





como ameaça para a liberdade privatizada. Por isso, hoje está se tornando cada vez mais comum entre os padres, especialmente entre os midiáticos, a *agorafobia*, ou seja, o medo de lugares públicos, de multidões. Essas ameaçam sua fragilidade e sua superficialidade. Contatos mais intensos podem desmascarar o sujeito. Por isso ele prefere ficar em um palco muito alto e distante, onde não é possível enxergar as suas “rugas”.

Como consequência, um penúltimo passo se faz urgente: tomar consciência da *relação* entre a formação e a dimensão salvadora e libertadora da evangelização. Nos seminários, são formados os futuros guias do povo. Não temos o direito de brincar com algo tão sério e tão significativo para o amanhã da própria Igreja. É claro que Deus não vai ficar dependendo da figura de um padre para salvar a humanidade. Mas, mesmo assim, os presbíteros não deixam de ter importância decisiva para as comunidades católicas. E, nesse sentido, a salvação, pelo menos para os católicos, vai depender também deles, mesmo porque a própria hierarquia prega isso.

Conclusão: valorizar a dimensão antropológica da formação

Logo, como último passo desse itinerário, podemos afirmar que a *antropologia vocacional* não é algo irrelevante, mas essencial para a formação dos padres. Ela não pode ser, de forma alguma, descuidada, pois, se assim acontecesse, estaríamos pondo em sério risco o futuro de tantos presbíteros e de tantas comunidades. Não basta pensar na es-

piritualidade, na formação teológica, na pastoral e na vida comunitária. Se a formação não cuidar da dimensão antropológica, todas essas outras dimensões desaparecerão como fumaça. E os escândalos envolvendo padres estão mostrando que os seminários não estão cuidando dessa dimensão como deveriam.

“Podemos afirmar que a antropologia vocacional não é algo irrelevante, mas essencial para a formação dos padres. Ela não pode ser, de forma alguma, descuidada, pois, se assim acontecesse, estaríamos pondo em sério risco o futuro de tantos presbíteros e de tantas comunidades.

Querer ordenar alguém que não trabalhou suficientemente o seu humano é o mesmo que entregar uma taça de cristal para que uma criancinha brinque com ela. Logo a criança vai deixar a taça cair ou vai arremessá-la por terra. E o desastre será total. Enquanto sacramento do Cristo Pastor, o padre deverá ser alguém que vai viver em favor das pessoas, capaz de ser compreensivo, especialmente com os que erram e fraquejam (cf. Hb 5,1-4). Mas, para que o futuro padre seja alguém realmente comprometido com as causas da humanidade, vai precisar ter plena consciência de que também ele “é acometido de todos os lados pela fraqueza” (Hb 5,2).

E essa consciência só se adquire quando trabalhamos de modo suficiente a dimensão humana, antropológica, da nossa vocação. Quando chega ao ministério pela via da arrogância (Hb 5,4-5), e não pela vida da encarnação, da *kénosis* (Hb 5,7-10; Fl 2,4-11), dificilmente um padre poderá ser sinal sacramental de Cristo, “causa de salvação eterna” (Hb 5,9). Será, pelo contrário, sacramento do diabo, pois não terá ideias e projetos de discípulo de Jesus, mas intentos e atitudes próprios de Satanás (Mc 8,32-33). E como costumava repetir um místico do século passado, Justino Russolillo, Deus nos livre desse tipo de padre! ●



A consciência e o discernimento sociopolítico no Catecismo da Igreja Católica

Pe. Ademir Nunes Farias

Este artigo nos provoca a pensar sobre qual é o papel da consciência moral no que respeita ao empenho do cristão na vida social e política da comunidade humana, e também sobre qual a maneira mais eficaz para uma devida formação dessa mesma consciência em vista de um envolvimento sempre mais comprometido com as realidades sensíveis da sociedade.

1. O que nos ensina o Catecismo da Igreja Católica a respeito da Consciência Moral?

O *Catecismo da Igreja Católica*, no capítulo dedicado à reflexão sobre a dignidade da pessoa humana, nos números 1776-1802, trata do tema da consciência moral. O número 1776 define a consciência como “uma lei que o homem não se deu a si mesmo, mas à qual deve obedecer e cuja voz ressoa, quando necessário, aos ouvidos do seu coração, chamando-o sempre a amar e fazer o bem e a evitar o mal”, e essa lei é “uma lei escrita pelo próprio Deus”. E assim, citando a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano II, n. 16, o *Catecismo* afirma que “consciência é o núcleo mais secreto e o sacrário do homem, no qual ele se encontra a sós com Deus, cuja voz ressoa na intimidade do seu ser”. É por isso que, “quando presta atenção à consciência moral, o homem prudente pode ouvir Deus a falar-lhe” (n. 1777). E é também por isso que se exige a

*Sacerdote da Diocese de São José dos Campos-SP. Mestre em Teologia Moral pela Academia Alfonsiana – Roma.
E-mail: ademirfarias@terra.com.br



retidão da consciência moral, da qual depende a dignidade da pessoa humana (cf. n. 1780). Diz o número 1780:

A consciência moral compreende a percepção dos princípios da moralidade (“sindérese”), a sua aplicação em determinadas circunstâncias por meio de um discernimento prático das razões e dos bens e, por fim, o juízo emitido sobre os atos concretos a praticar ou já praticados. A verdade sobre o bem moral, declarada na lei da razão, é reconhecida prática e concretamente pelo *prudente juízo* da consciência. Classifica-se de prudente o homem que opta em conformidade com este juízo.

Também o Documento 50 da Conferência Nacional do Bispos do Brasil, fruto da 31ª Assembleia Geral, ocorrida em Itaici-SP, de 28 de abril a 7 de maio de 1993, em conformidade com o *Catecismo*, apresenta-nos uma definição de consciência e sua função:

A consciência se apresenta – na linguagem que tenta expressar simbolicamente a sua experiência – como uma “voz” ou uma “luz”. As religiões, também a cristã, dirão: a voz de Deus, a luz de Deus. Porque o imperativo moral manifesta-se à pessoa como algo que está no ser humano, mas que não é dele, não se reduz à sua vontade. O ser humano se descobre não como dono do mundo e dos outros, mas como responsável perante eles (responsável = chamado a dar uma resposta à voz ou ao apelo da consciência). O ser humano descobre o que revela a imensa dignidade de que é portador (CNBB, Doc. 50, n. 71).

Daí que é a consciência que permite assumir a *responsabilidade* dos atos praticados, de forma que, “se o homem comete o mal, o justo

juízo da consciência pode ser nele a testemunha da verdade universal do bem e, ao mesmo tempo, da maldade da sua opção concreta [...]. Atestando a falta cometida, lembra o perdão a pedir, o bem a praticar ainda e a virtude a cultivar incessantemente com a graça de Deus” (*Catecismo*, n. 1781).

Aqui, vê-se a necessidade da formação contínua da consciência moral, uma vez que “uma consciência bem formada é reta e verídica; formula os seus juízos segundo a razão, em

conformidade com o bem verdadeiro querido pela sabedoria do Criador. A formação da consciência é indispensável aos seres humanos, submetidos a influências negativas e tentados pelo pecado a preferir o seu juízo próprio e a recusar os ensinamentos autorizados” (n. 1783).

Esta formação da consciência é o dever ético mais fundamental e tarefa para toda a vida, desde os primeiros anos, quando a criança desperta para o conhecimento e para a prática da lei interior reconhecida pela consciência moral. Exige-se uma educação prudente, em que se destaque o ensino da

virtude (cf. n. 1784). E é certo também que, quanto mais pesadas as responsabilidades que vão sendo assumidas na sociedade, tanto maior deve ser a preocupação com apropriada formação da consciência moral. Essa formação garante a liberdade e gera a paz do coração. A liberdade, a responsabilidade e o bem moral estão estritamente ligados ao compromisso da constante formação da consciência. Aqui, terá um papel fundamental, como principal formadora da consciência, a Palavra de Deus, que ilumina o caminho do ser humano, de modo que “devemos assimilá-la na fé e na oração, e pô-la em prática. Devemos também examinar a nossa consciência, de olhos postos na cruz do Senhor. Somos assistidos pelos dons do Espíri-

“o imperativo moral manifesta-se à pessoa como algo que está no ser humano, mas que não é dele, não se reduz à sua vontade. O ser humano se descobre não como dono do mundo e dos outros, mas como responsável perante eles.”



to Santo, ajudados pelo testemunho e pelos conselhos dos outros e guiados pelo ensino autorizado da Igreja” (n. 1785).

Não se pode esquecer que a competência e a responsabilidade da família devem ser realçadas de maneira especial. Antes de tudo, em relação à formação básica. Também outros agentes da formação, a começar da escola, não podem renunciar às responsabilidades que lhes dizem respeito na formação da consciência moral. Este compromisso, por sua vez, não pode deixar de ser sentido, de uma maneira ainda mais decidida, pela comunidade cristã. A verdade do Evangelho, que lhe foi confiada, pede-lhe que se torne, como Paulo, “tudo para todos, a fim de, a todo custo, salvar alguns” (1Cor 9,22-23). A exigência do testemunho produz fruto que conduz ao caminho dos valores.

Por fim, o número 1789 do *Catecismo* nos apresenta algumas regras básicas e essenciais que favorecem a devida formação da consciência e possibilitam o discernimento moral, a saber: “nunca é permitido fazer mal para que daí resulte um bem; a ‘regra de ouro’ é: ‘Tudo quanto quiserdes que os homens vos façam, fazei-o, de igual modo, vós também’ (Mt 7,12); a caridade passa sempre pelo respeito do próximo e da sua consciência: ‘Ao pecardes assim contra os irmãos, ao ferir-lhes a consciência, é contra Cristo que pecais’ (1Cor 8,12). ‘O que é bom é não [...] [fazer] nada em que o teu irmão possa tropeçar, cair ou fraquejar’ (Rm 14,21)”. Assim, “a consciência boa e pura é iluminada pela fé verdadeira. Porque a caridade procede, ao mesmo tempo, ‘dum coração puro, de uma boa consciência e de uma fé sincera’ (1Tm 1,5)” (*Catecismo*, n. 1794).

2. As Virtudes: ponte necessária entre a consciência e o empenho sociopolítico

O Artigo 7, que segue ao que trata da consciência, fala das virtudes. As virtudes servem de ponte fundamental entre a cons-

ciência e o exercício do bem comum, a vida comunitária, enfim, o empenho sociopolítico. A carta de São Paulo aos Filipenses nos diz que: “Tudo o que é verdadeiro, nobre e justo, tudo o que é puro, amável e de boa reputação, tudo o que é virtude e digno de louvor, isto deveis ter no pensamento” (Fl 4,8). De forma que “a virtude é uma disposição habitual e firme para praticar o bem. Permite à pessoa não somente praticar atos bons, mas dar o melhor de si mesma. A pessoa virtuosa tende para o bem com todas as suas forças sensíveis e espirituais; procura o bem e opta por ele em atos concretos” (n. 1803).

Entre todas as virtudes, se destacam as teológicas, que “fundamentam, animam e caracterizam o agir moral do cristão. Informam e vivificam todas as virtudes morais. São infundidas por Deus na alma dos fiéis para torná-los capazes de proceder como filhos seus e assim merecer a vida eterna. São o penhor da presença e da ação do Espírito Santo nas faculdades do ser humano” (n. 1813). E, entre as virtudes teológicas, destaca-se, ainda, a caridade.

Aliás, o *Catecismo* nos diz que “o exercício de todas as virtudes é animado e inspirado pela caridade. Esta é o ‘vínculo da perfeição’ (Cl 3,14) e a *forma das virtudes*: articula-as e ordena-as entre si; é a fonte e o termo da sua prática cristã. A caridade assegura e purifica a nossa capacidade humana de amar e eleva-a à perfeição sobrenatural do amor divino” (n. 1827). Dessa forma, é impossível falar em realizar o bem de forma cristã prescindindo da prática das virtudes, sobretudo da caridade. É impossível ter uma consciência retamente formada se não se leva em conta a necessidade de crescer virtuosamente. E é impossível, ainda, um autêntico envolvimento cristão na vida social e política da comunidade sem a caridade. A primeira encíclica do papa Bento XVI tratou justamente do tema da caridade, apontando essa virtude como elemento essencial que firma a identidade do cristão, amado por Deus e chamado a ser sinal desse amor no meio da sociedade. Nos ensina o papa:



Deus amou-nos primeiro e esse amor de Deus apareceu no meio de nós, fez-se visível quando Ele “enviou o seu Filho unigênito ao mundo, para que, por Ele, vivamos” (1Jo 4,9). Deus fez-se visível: em Jesus, podemos ver o Pai (cf. Jo 14,9) [...] Na história de amor que a Bíblia nos narra, Ele vem ao nosso encontro, procura conquistar-nos [...] Também na sucessiva história da Igreja, o Senhor não esteve ausente: incessantemente vem ao nosso encontro, através de homens nos quais Ele se revela; através da sua Palavra, nos Sacramentos, especialmente na Eucaristia [...] Deus não nos ordena um sentimento que não possamos suscitar em nós próprios. Ele ama-nos, faz-nos ver e experimentar o seu amor, e desta “antecipação” de Deus pode, como resposta, despontar também em nós o amor (*Deus Caritas Est*, n. 17).

Assim, as virtudes teologais, sobretudo a caridade, dispõem-nos a viver uma relação com Deus e, ao mesmo tempo, animam-nos no nosso agir moral, uma vez que vivificam em nós todas as virtudes morais, tornando-nos capazes de agir como filhos de Deus em benefício do próximo. As virtudes educam a consciência e a fortalecem no discernimento que impulsiona ao envolvimento na vida concreta da comunidade humana.

3. O empenho sociopolítico no Catecismo da Igreja Católica

O segundo capítulo da primeira seção da terceira parte do *Catecismo da Igreja Católica* trata da comunidade humana, da vida em so-

riedade e da participação do cristão na vida política. A Igreja tem uma preocupação bastante grave quando se refere à vida social e política, pois é ali na vida concreta, na comunidade, nas relações humanas, no quotidiano da existência do ser humano que devem aparecer os frutos não menos concretos que emergem do imperativo cristão, da consciência cristã devidamente formada, que se torna experiência cristã aplicada. Nesse sentido é que o documento número 40 da Conferência Nacional

dos Bispos do Brasil, fruto da 26ª Assembleia Geral, ocorrida em Itaici-SP, de 13 a 22 de abril de 1988, lembra:

A consciência que tem a Igreja da sua missão evangelizadora a leva a: publicar documentos sobre a nossa situação política e suas exigências de justiça social e de consciência moral; criar organismos de solidariedade em favor dos oprimidos e valorizar as organizações populares e suas iniciativas de participação; denunciar as violações dos direitos humanos, alertando contra novos mecanismos discriminatórios e contra en-

tidades que se apresentam com falsa feição democrática; encorajar a opção evangélica pelos pobres e a suportar a perseguição e, às vezes, a morte, como testemunho de sua missão profética; contribuir para a educação política, a fim de que a pessoa humana seja sujeito de sua história e exerça com responsabilidade a sua cidadania política; acompanhar os cristãos engajados na política partidária (CNBB, Doc. 40, n. 214).

O *Catecismo* nos ensina, no número 1878 que “todos os homens são chamados ao mesmo fim, que é o próprio Deus”, e dessa forma “existe certa semelhança entre a unidade das pessoas divinas e a fraternidade que os homens devem instaurar entre si, na verdade e

“Na sucessiva história da Igreja, o Senhor não esteve ausente: incessantemente vem ao nosso encontro, através de homens nos quais Ele se revela; através da sua Palavra, nos Sacramentos, especialmente na Eucaristia.”



no amor”. Ou seja, Deus é Comunidade de pessoas que se amam mutuamente. É o que chamamos de *pericórese trinitária*, ou seja, “inter-relacionamento eterno que existe entre os *Divinos Três*. Cada Pessoa vive da outra, com a outra, pela outra e para a outra Pessoa. Elas estão desde sempre interlaçadas e interpenetradas, de sorte que não podemos pensar nem falar de uma pessoa, como, por exemplo, do Pai, sem ter que pensar e falar também do Filho e do Espírito Santo” (BOFF, 1999, p. 173). Assim, vemos que o amor ao próximo é inseparável do amor a Deus, e que o fato de amar a Deus, traz necessariamente a exigência do amor ao próximo, o que implica necessariamente o envolvimento na vida dos indivíduos e dos grupos.

Aqui, porém, não se pode perder de vista que os conceitos de caridade e de justiça caminham juntos, e não podem ser dissociados da dimensão política. Estas duas virtudes complementam uma à outra. Estão intimamente ligadas, de modo que a integração completa da justiça e da caridade ou amor é uma característica essencial da doutrina moral individual e social cristã. O amor ao próximo se revela ineficaz se não tivermos a intenção de modificar as causas das situações nas quais ele se encontra, sejam situações de ordem social, cultural, econômica ou política. Nessa perspectiva, diante de um pobre, não podemos nos contentar com o dar-lhe comida, mas devemos buscar as causas da sua pobreza e, uma vez encontradas, juntamente com ele, vencê-las para que ele se sinta verdadeiramente uma pessoa. Isso nos faz lembrar do bispo brasileiro dom Helder Câmara, que disse certa vez: “Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto por que os pobres não têm comida, me chamam de comunista”.

Somos, então, chamados pela Igreja a lutar contra toda espécie de inversão dos meios e dos fins. O ser humano não pode, em circunstância alguma, ser coisificado. A digni-

dade da pessoa deve ser sempre defendida e salvaguardada. E é por isso que o cristão deve ser e ter uma postura verdadeiramente cristã na sociedade, para lutar contra todas as estruturas de morte presentes. “A inversão dos meios e dos fins, que chega a dar valor de fim último ao que não passa de meio para a ele chegar ou a considerar as pessoas como puros meios com vista a um fim, gera estruturas injustas que ‘tornam árduo e praticamente impossível um procedimento cristão, conforme com os mandamentos do divino legislador’” (*Catecismo*, n. 1887).

É na participação ativa no meio da sociedade, no socorro dos irmãos, nas práticas concretas do bem, no envolvimento com os problemas e dificuldades dos outros, enfim, no bom desempenho das atividades sociais, que se vai, cada dia, tornando-se mais santo. Se o amor é a chave, a fonte, a porta, o meio e fim para a santidade, sem dúvida a caridade “constitui o maior mandamento social. Ela respeita o outro e os seus direitos, exige a prática da justiça, de que só ela nos torna capazes e inspira-nos uma vida de entrega: ‘Quem procurar preservar a vida, há de perdê-la; quem a perder, há de salvá-la’ (Lc 17,33)” (*Catecismo*, n. 1889). O cristão é, pois, chamado a agir nas instâncias públicas, a fim de favorecer o estabelecimento de situações legais, econômicas e políticas justas, nas quais os direitos da pessoa sejam respeitados, de forma que não haja nenhuma espécie de discriminação e as pessoas, por si próprias, tenham a possibilidade de vencer os limites da pobreza e da exclusão social. Nesta perspectiva, compreendemos o que nos ensina o papa Bento XVI, logo no início da sua terceira carta encíclica:

A caridade na verdade, que Jesus Cristo testemunhou com a sua vida terrena e sobretudo com a sua morte e ressurreição, é a força propulsora principal para o verdadeiro desenvolvimento de



cada pessoa e da humanidade inteira. O amor é uma força extraordinária, que impele as pessoas a comprometerem-se, com coragem e generosidade, no campo da justiça e da paz. É uma força que tem a sua origem em Deus, Amor eterno e Verdade absoluta. Cada um encontra o bem próprio, aderindo ao projeto que Deus tem para ele a fim de o realizar plenamente: com efeito, é em tal projeto que encontra a verdade sobre si mesmo e, aderindo a ela, torna-se livre (*Caritas in Veritate*, n. 1).

Toda ação deve ser para promover o bem comum, a partir da aplicação coerente da lei moral. Isso vale, sobretudo, para aqueles que desempenham a grave missão do exercício da autoridade em meio à sociedade.”

Toda ação deve ser para promover o bem comum, a partir da aplicação coerente da lei moral. Isso vale, sobretudo, para aqueles que desempenham a grave missão do exercício da autoridade em meio à sociedade. Tal autoridade “só é exercida legitimamente se procurar o bem comum do respectivo grupo e se, para o atingir, empregar meios moralmente lícitos. No caso de os dirigentes promulgarem leis injustas ou tomarem medidas contrárias à ordem moral, tais disposições não podem obrigar as consciências. “Neste caso, a própria autoridade deixa de existir e degenera em abuso do poder” (*Catecismo*, n. 1903).

Mas, afinal, que bem comum é esse? O que significa? No número 1906, o *Catecismo*, citando a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n. 26, explica que, por bem comum, deve entender-se “o conjunto das condições sociais que permitem, tanto aos grupos como a cada um dos seus membros, atingir a sua perfeição, do modo mais completo e adequado” e que “o bem comum interessa à vida de todos. Exige prudência da parte de cada um, sobretudo da parte de quem exerce a autoridade”. E inclui três elementos essenciais: o

“Toda ação deve ser para promover o bem comum, a partir da aplicação coerente da lei moral. Isso vale, sobretudo, para aqueles que desempenham a grave missão do exercício da autoridade em meio à sociedade.”

respeito da pessoa como tal, onde, em nome do bem comum, os poderes públicos são obrigados a respeitar os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana (cf. *Catecismo*, n. 1907), o *bem-estar social e o desenvolvimento* da própria sociedade, de forma que à autoridade compete arbitrar, em nome do bem comum, entre os diversos interesses particulares; mas deve tornar acessível a cada qual aquilo de que precisa para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, saúde, trabalho, educação e cultura, informação conveniente, direito de constituir família (cf. n. 1908), e, finalmente, o bem comum implica *a paz*, quer dizer, a permanência e segurança numa ordem justa, de maneira que a autoridade assegure, por meios honestos, a *segurança* da sociedade e dos seus membros (cf. n. 1909). É por isso também que “é necessário que todos tomem parte, cada qual segundo o lugar que ocupa e o papel que desempenha, na promoção do bem comum. Este é um dever inerente à dignidade da pessoa humana” (n. 1913).

Mas, na prática, como se pode realizar este imperativo? “A participação realiza-se, primeiro, ao encarregar-se alguém dos setores de que assume a *responsabilidade pessoal*: pelo cuidado que põe na educação da família, pela consciência com que realiza o seu trabalho, o homem participa no bem dos outros e da sociedade” (*Catecismo*, n. 1914). E ainda, “os cidadãos devem, tanto quanto possível, tomar parte ativa na *vida pública*. As modalidades desta participação podem variar de país para país ou de uma cultura para outra” (n. 1915).

O *Catecismo* fala também da necessidade de uma *conversão* incessantemente renovada dos parceiros sociais, em que seja combatida toda espécie de fraude e subterfúgios, usados



para se esquivar do dever social (cf. n. 1916). E aqui uma tarefa bastante grave, daqueles que exercem cargos de autoridade, de garantir, sobretudo por meio da educação e da cultura, os valores que motivam o serviço ao próximo (cf. n. 1917). Dessa forma, todos devemos zelar para que haja verdadeiro respeito para com a dignidade do ser humano respaldada nos seus direitos genuínos, que diferem de reivindicações abusivas e falsas. Este dever vale, sobretudo, para as autoridades (cf. n. 1930).

Mais uma vez, aparece em destaque a necessidade de promover sempre mais uma cultura da caridade. Não de um assistencialismo interesseiro, ou forma de desencargo de consciência, mas a prática de uma caridade genuinamente evangélica, a única capaz de fazer desaparecer os temores, os preconceitos, as atitudes de orgulho e egoísmo, que são obstáculo ao estabelecimento de sociedades verdadeiramente fraternas. Uma caridade verdadeira, que, antes de tudo, quer a justiça, base necessária da vida social. Uma caridade que não seja somente afetiva, mas efetiva e eficaz. Só por meio da caridade é que se pode reconhecer cada ser humano como um *próximo*, um irmão (cf. n. 1931). Nesse contexto, categoria muito importante usada pelo *Catecismo* é a da solidariedade, também enunciada sob o nome de *amizade* ou de *caridade social*, exigência direta da fraternidade humana e cristã (n. 1939). A solidariedade “manifesta-se, em primeiro lugar, na repartição dos bens e na remuneração do trabalho. Implica também o esforço por uma ordem social mais justa, em que as tensões possam ser resolvidas melhor e os conflitos encontrem mais facilmente uma saída negociada” (n. 1940).

É certo que a solidariedade vai além dos bens materiais e inclui também os bens espirituais da fé, que precede qualquer bem, mas, ao mesmo tempo, deve favorecer, por acréscimo, o desenvolvimento dos bens temporais, conforme diz a Palavra de Deus: “Procurai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça,

e tudo o mais vos será dado por acréscimo” (Mt 6,33) (cf. *Catecismo*, n. 1942).

De fato, o ser humano se realiza nas suas relações com os outros, na prática do bem, na participação da vida social, no cuidado para com seus semelhantes, na busca incessante de parceria no desenvolvimento de seu próprio ser sociocultural, na promoção da sua própria dignidade exercendo seus direitos e deveres, mas também na promoção da dignidade do outro, reconhecendo e favorecendo o exercício desses mesmos direitos. E a vida pública, a política, revela-se um meio privilegiado por meio do qual o ser humano pode dar a sua contribuição particular no propósito da construção de um mundo cada vez mais justo, de uma humanidade cada vez mais humana, de uma sociedade cada vez mais equilibrada, de uma caridade cada vez mais efetiva. Sem dúvida, o envolvimento na vida da sociedade, sobretudo na participação ativa na vida pública, caracteriza uma situação propícia para a realização do ser humano. O documento conclusivo de Puebla, no número 521, diz:

A política, em seu sentido mais amplo, que visa ao bem comum [...] corresponde-lhe precisar os valores fundamentais de toda comunidade – a concórdia interna e a segurança externa – conciliando a igualdade com a liberdade, a autoridade pública com a legítima autonomia e participação das pessoas e grupos, a soberania nacional com a convivência e solidariedade internacional. Define também os meios e a ética das relações sociais. Neste sentido amplo, a política interessa à Igreja e, portanto, a seus pastores, ministros da unidade. É uma forma de dar culto ao único Deus, consagrando o mundo a Ele (*Documento de Puebla*, n. 521).

É importante recordarmos as palavras do papa Pio XI, no seu discurso aos dirigentes da Fuci (Federação Universitária Católica Italia-



na), em que respondia à tentativa de certo número de católicos italianos de renunciar à ação política em uma sociedade que se inspirava em princípios diferentes destes. Ali se desenvolveu a ideia de “caridade política”, para qualificar o empenho dos cristãos na realização do bem comum. Pio XI afirmou que o domínio da política é o campo mais propício à caridade, de modo que a caridade política consiste em um compromisso ativo e operante, fruto do amor cristão aos outros homens, considerados como irmãos, em vista de um mundo mais justo e fraterno, com uma atenção particular às necessidades dos mais pobres:

Cumprem um dos maiores deveres cristãos, porque é mais vasto e importante o

“aprendemos que a pessoa humana é dotada de razão e consciência. É isto que lhe permite discernir o que é verdadeiramente bom e justo. A filosofia antiga e a tradição cristã ensinam que a consciência distingue o justo e o injusto e que a pessoa só se realiza na polis, na ordem social.”

campo em que se pode trabalhar, mais importante é a exigência. E tal é o campo da política que diz respeito aos interesses da sociedade e que, sob este perfil, é o maior campo da caridade, da caridade política, a qual se poderia dizer sem dúvida, fora da religião, ser superior (*L'Osservatore Romano*, 23 dez.1927, p. 3).

Por fim, aprendemos que a pessoa humana é dotada de razão e consciência. É isto que lhe permite discernir o que é verdadeiramente bom e justo. A filosofia antiga e a tradição cristã ensinam que a consciência distingue o justo e o injusto e que a pessoa só se realiza na *polis*, na ordem social (cf. CNBB, Doc. 50, n. 11). ●

Bibliografia

- BENTO XVI. *Deus Caritas Est* (25 dez. 2005): carta encíclica sobre o amor cristão. São Paulo: Paulinas, 2006 (Voz do Papa, 189).
- _____. *Caritas in Veritate* (29 jun. 2009): carta encíclica sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. São Paulo: Paulinas, 2009 (Voz do Papa, 193).
- BOFF, Leonardo. *A Santíssima Trindade é a melhor comunidade*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 3. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 1993.
- CELAM. *Documento de Puebla*: evangelização no presente e no futuro da América Latina. São Paulo: Paulinas, 1979.
- CNBB. *Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura*. São Paulo: Paulinas, 1988 (Documentos da CNBB, 40).
- _____. *Ética, pessoa e sociedade*. São Paulo: Paulinas, 1993 (Documentos da CNBB, 50).
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Gaudium et Spes* (7 dez. 1965): constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje. São Paulo: Paulinas, 1967 (Voz do Papa, 41).
- PIO XI. *Discurso agli universitari cattolici* (18 dez. 1927). *L'Osservatore Romano*, Roma, 23 dez. 1927, p. 3.

Também na internet:
vidapastoral.com.br



Celso Loraschi*

6º Domingo da Páscoa

1º de maio

A humanidade nova, morada de Deus

I. Introdução Geral

Quem ama Jesus ouve sua Palavra. Meditada e praticada em comunidade, a Palavra produz muitos e bons frutos. O Espírito Santo, dom de Deus, recorda aos discípulos tudo o que o Mestre ensinou. Uma comunidade que ama é, por excelência, o espaço sagrado, pois nela habita a Trindade. Onde mora Deus, há a verdadeira paz (Evangelho). O Espírito Santo também inspira e fortalece os discípulos de Jesus para continuarem sua missão. Como anunciadores da verdade do Evangelho, encontram oposições por parte dos que seguem as propostas do mundo. A paz de Deus é diferente da paz que o mundo dá. A paz de Deus não é ausência de conflitos. No dinamismo do Espírito Santo, os

* Mestre em Teologia Dogmática com Concentração em Estudos Bíblicos, professor de evangelhos sinóticos e Atos dos Apóstolos no Instituto Teológico de Santa Catarina (ITESC). E-mail: loraschi@itesc.org.br



seguidores de Jesus precisam encontrar-se, dialogar, discernir e decidir pelo melhor caminho (I leitura). As comunidades cristãs são convidadas a acolher a “nova Jerusalém”, a cidade da paz, que desce do céu, fruto da graça divina e da fidelidade dos que ouvem sua Palavra. É a nova humanidade, cujos alicerces se encontram no testemunho dos apóstolos, os quais viram, acolheram e transmitiram a Palavra da vida: Jesus Cristo morto e ressuscitado (II leitura). Iluminados e encorajados pelo mesmo Espírito Santo, continuamos a testemunhar a fé em Jesus, reunindo-nos para rezar, para comungar a “Palavra-eucaristia”, para dialogar, discernir e viver o amor, conscientes de que a Trindade fez sua morada no meio de nós.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Jo 14,23-29): Ser humano, morada de Deus

A redação do Evangelho de João se dá ao redor do ano 100. Constitui uma reflexão pós-pascal das comunidades joaninas. O texto deste domingo faz parte do discurso de despedida de Jesus aos seus discípulos. Percebe-se íntima relação entre Jesus e Moisés. Assim como Moisés fora enviado para guiar o seu povo rumo à terra prometida, Jesus foi enviado por Deus para dar a vida à humanidade. Assim como Deus se manifestou no Êxodo por meio de dez sinais, Jesus realiza sete sinais libertadores. Assim como Deus revelou, por meio de Moisés, os Mandamentos como estatutos para o povo de Israel, Jesus revela o Mandamento do Amor, estatuto do novo povo de Deus, conforme o texto do domingo passado.

Há, porém, uma novidade radical, sintetizada no texto da liturgia de hoje. É fruto da experiência de fé, ao longo da caminhada das comunidades joaninas, que iluminou a compreensão da pessoa e da proposta de Jesus: ele e o

Pai vivem intimamente unidos. O que Jesus diz e faz é a própria expressão de Deus Pai. Jesus e o Pai são UM. A intimidade amorosa entre ambos estende-se às pessoas que praticam o amor. Nelas Deus faz sua morada. O mesmo foi dito do Espírito Santo (v. 17). Então, a pessoa que crê torna-se morada da Trindade. Cumpre-se a antiga promessa da habitação de Javé no meio de seu povo: “Estabelecerei a minha habitação no meio de vós e não vos rejeitarei jamais. Estarei no meio de vós, serei o vosso Deus e vós sereis o meu povo” (Lv 26,11s). Em João, porém, é ainda mais profundo: a habitação divina não se dá apenas “no meio”, mas “dentro”. É uma experiência única e maravilhosa.

A comunidade cristã, portanto, é a expressão viva de Deus-Amor. As pessoas participantes ouvem a sua Palavra, que é o próprio Jesus feito carne, presente no meio delas. O Espírito Santo, dom do amor de Deus, recorda todos os ensinamentos de Jesus. Como ouvintes e praticantes da Palavra, unidas na fé e no amor, as comunidades cristãs transformam-se num espaço da paz e da alegria de Deus. O termo “paz”, na Bíblia, expressa a síntese dos bens necessários para uma vida plena, tanto temporais como espirituais.

2. I leitura (At 15,1-2.22-29): Conflitos fazem parte da caminhada

Após a primeira viagem missionária, Paulo e Barnabé permaneceram algum tempo na comunidade cristã de Antioquia da Síria. Ela se tornou importante centro irradiador da proposta cristã. A experiência que trouxeram da viagem foi partilhada e meditada na comunidade. O principal ponto polêmico levantado por Lucas, neste texto, é a questão da circuncisão. Trata-se de polêmica suscitada por judeu-cristãos que manifestam ainda muita dificuldade de desvincular-se da lei judaica como constitutiva da salvação. Alguns deles se deslocam de Jerusalém para Antioquia a fim de pregar a obrigatoriedade



da circuncisão como manifestação de fidelidade à Lei de Moisés. A seu ver, somente assim se poderia obter a salvação.

Paulo e Barnabé, missionários junto às nações, não concordam com essa obrigatoriedade, pois a verdadeira fonte de salvação é Jesus Cristo. Com tal convicção dirigem-se à Igreja-mãe, Jerusalém. O conflito é evidente. Para discernir qual o caminho a ser seguido, é convocada uma assembleia. Realizou-se, então, o que é normalmente conhecido por “Concílio de Jerusalém”. Estamos no ano 49.

O relato de Lucas tem a preocupação de mostrar a disposição dos participantes desse “concílio” para salvar a unidade da Igreja. Percebe-se isso, especialmente, pela acolhida mútua e carinhosa entre os representantes da Igreja de Antioquia e os de Jerusalém. A unidade vem junto com a preocupação de inclusão de toda a gente, pois a salvação que Jesus trouxe é para todos os povos. O decreto final determina a abstenção de algumas atitudes que feriam profundamente a fé judaica: das “carnes sacrificadas aos ídolos”, pois isso significaria participar dos cultos pagãos, o que seria um sacrilégio; do “sangue e das carnes sufocadas”, pois o sangue expressa a própria vida, que só a Deus pertence (por isso, ao ser sacrificado, o sangue do animal deveria ser totalmente derramado – cf. Lv 1,5); das “uniões ilegítimas” (cf. Lv 18). Transparece claramente, nas decisões da assembleia, uma estratégia pastoral com o objetivo mais alto: proporcionar a acolhida do Evangelho da salvação por todas as culturas.

3. II leitura (Ap 21,10-14.22-23): A nova humanidade

Os dois últimos capítulos do Apocalipse apontam para a nova criação, em que já não há lugar para a maldade. O texto da liturgia deste domingo relata essa visão utópica que se dá num alto monte. Na tradição judaica, a montanha carrega um significado simbólico de muita importância. Basta lembrar a concessão dos Mandamentos a Moisés e a morte

salvadora de Jesus. Também a Jerusalém histórica se situa no monte Sião.

O alto monte contrasta com o deserto para onde o visionário João havia sido levado anteriormente (cf. 17,3). Enquanto o deserto é, simbolicamente, a morada da meretriz, a montanha é o lar da Noiva de Cristo, a nova Jerusalém constituída pelo povo justo. A meretriz representa a “Babilônia”, nome simbólico de Roma, promotora da morte e da destruição. A nova Jerusalém é a cidade perfeita que desce do céu trazendo a própria glória de Deus. A muralha, grossa e alta, tendo os anjos como guardas, está totalmente protegida e segura.

O número doze é articulado no texto como expressão da nova realidade da qual participa o novo povo de Deus. É o número da perfeição teocrática que lembra as doze tribos de Israel, os doze apóstolos e, por extensão, o povo fiel a Jesus Cristo. Esse número cruza-se com o número três, referindo-se quatro vezes às portas abertas para os quatro cantos do mundo. É, portanto, a realidade-síntese de um mundo novo.

A cidade perfeita é dom de Deus. Nela já não há templo, pois toda ela é habitação divina. Essa perspectiva teológica do Apocalipse aponta para a realização plena do desígnio de Deus inaugurada com a vinda de Jesus, o Messias. Ele é o Cordeiro: a lâmpada que ilumina a cidade. A situação da humanidade transformou-se. Seu relacionamento com Deus se dá de forma íntima, perfeita e definitiva. A aliança é plenamente acolhida e vivida com fidelidade.

III. Pistas para reflexão

A utopia do “novo céu e da nova terra” exerceu um papel de resistência, de coragem e de perseverança nas comunidades cristãs do Apocalipse. As violentas perseguições pelas quais passaram as pessoas discípulas de Jesus, por causa do testemunho de fé em Jesus Cristo, desafiaram a sua fidelidade. Muitas foram mortas. O seu martírio, porém, é o



sinal por excelência que ilumina e confirma o caminho do seguimento de Jesus.

O testemunho dos primeiros cristãos nos interpela profundamente. A fidelidade aos valores evangélicos permanece como caminho para um mundo novo. É neste mundo onde vivemos que Deus deseja estabelecer sua morada. Tudo, então, torna-se sagrado. Quando nossas palavras e nossas ações respeitarem a presença de Deus em cada ser humano, na natureza e em toda a sociedade, o mundo será outro.

No Evangelho, Jesus anuncia e garante a presença de Deus Trindade nas pessoas que o amam e ouvem a sua Palavra. Dessa verdade decorre nosso compromisso de contemplar cada pessoa como morada de Deus e, portanto, respeitá-la em sua dignidade. Daí decorre também nosso compromisso de proteger e promover a vida em todas as suas dimensões.

Por isso, iluminados pelas atitudes dos primeiros discípulos e missionários, reunimo-nos em comunidade para celebrar, realizar encontros e assembleias para discernir e decidir o que fazer, tendo em vista a vida digna sem exclusão.

► Valorizar os diversos momentos de reuniões, encontros, celebrações, estudos e assembleias que se realizam na paróquia (e em outros espaços), bem como refletir sobre a importância da participação neles como Igreja viva que somos.

Ascensão do Senhor

(8 de maio)

Missão de Jesus: missão dos discípulos

I. Introdução geral

Os relatos da ascensão do Senhor não querem indicar o afastamento de Jesus deste mundo. Querem, sim, revelar plenamente

quem é Jesus, conforme já anunciado nas Sagradas Escrituras: o Messias sofredor que é glorificado. Revelam também que a missão de Jesus deve ser continuada pelos seus discípulos. Em nome dele, a boa notícia do perdão dos pecados, mediante o arrependimento, deverá ser proclamada a todas as nações. O Espírito Santo, promessa de Deus, é a força do alto que revestirá os discípulos missionários. Sem essa força, prevalecem os interesses próprios e as ambições de poder. Confessar a fé em Jesus, que morreu, ressuscitou e subiu ao céu, é voltar o olhar para a realidade deste mundo e comprometer-se com sua transformação (Evangelho e Atos). Sejam dadas honra e glória a Deus, pois nos ama de maneira humilde e criativa. Sua grandeza e seu amor revelam-se plenamente em Jesus Cristo. O seu Espírito abre a nossa mente para que possamos conhecê-lo verdadeiramente. E nos chama a participar do Corpo Místico, a Igreja, cuja cabeça é Cristo, o qual está acima de todo poder (II leitura). Esta unidade precisa ser conservada e cultivada em cada comunidade e também entre as Igrejas cristãs, pois as divisões entre os membros do mesmo corpo impedem a vida digna e saudável.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Lc 24,46-53): A bênção de Jesus

O Evangelho de Lucas e os Atos dos Apóstolos são dois volumes da mesma obra. Tanto no final do Evangelho como no começo do livro de Atos consta o relato da ascensão de Jesus, de formas diferentes. Originalmente, como muitos estudiosos defendem, não havia dois volumes, mas, sim, uma unidade, com apenas um relato da ascensão (o que se encontra em Atos). O que importa aqui, porém, é o sentido teológico dos dois relatos, assim como se encontram na Bíblia.



No Evangelho de Lucas, percebemos que todos os fatos acontecidos após a morte de Jesus se realizam no mesmo dia. Em Atos, Jesus ressuscitado permanece 40 dias entre seus discípulos, ensinando-lhes coisas referentes ao Reino de Deus. Teologicamente, o tempo de um dia ou de 40 dias tem o mesmo significado: é o tempo propício concedido aos discípulos para serem testemunhas qualificadas de Jesus Cristo ressuscitado. Esse testemunho inaugura um novo tempo e deverá ser irradiado para o mundo inteiro. Para essa missão, eles precisam ser preparados.

É por isso, então, que Lucas enfatiza a preocupação de Jesus em “abrir a mente” (v. 45) dos discípulos a fim de que entendam as Escrituras. Aprofunda a tarefa catequética de Jesus, já demonstrada no episódio dos dois discípulos a caminho de Emaús (24,13-35). Parece insistir na necessidade de uma retomada dos textos do Primeiro Testamento à luz do evento Jesus de Nazaré. Assim, tudo ficará esclarecido a respeito do Messias, o Salvador.

De fato, entre os apóstolos, bem como entre as comunidades cristãs, o processo de entendimento da pessoa de Jesus e de adesão profunda ao seu projeto não foi tão tranquilo como se pode pensar à primeira vista. É o que se percebe pelas reações dos discípulos diante das aparições de Jesus ressuscitado: os de Emaús caminham um longo trecho sem reconhecê-lo, pois eram “lentos de coração para crer no que os profetas anunciaram” (24,25); ao apresentar-se aos onze, desejando-lhes a paz, eles ficaram “tomados de espanto e temor, imaginando que fosse um espírito”, além de “perturbados e cheios de dúvidas em seus corações”, a ponto de Jesus insistir para que o apalpassem e entendessem (cf. 24,36-40).

Diante dessas dificuldades, Jesus lhes anuncia o que o Pai prometeu: a força do alto. Enquanto isso não acontece, pede-lhes que permaneçam em Jerusalém, que, para Lucas, tem uma importância teológica muito especial, pois aí se deu o acontecimento sal-

vador mediante a morte e ressurreição de Jesus. A partir desse espaço, a proclamação do arrependimento e da remissão dos pecados atingirá o mundo inteiro: é a boa notícia da salvação oferecida a toda a humanidade.

Lucas, porém, distingue a Jerusalém teológica da cidade em seu sentido político-econômico, com suas instituições opressoras. Não é por acaso que Jesus os tira dessa cidade e os leva a Betânia. Isso lembra o êxodo do povo de Israel, tirado da escravidão do Egito. É em Betânia que ele os abençoa enquanto se eleva ao céu. As pessoas aí abençoadas tornar-se-ão portadoras da bênção divina a todos os povos.

2. I leitura (At 1,1-11): A exaltação de Jesus

O prólogo de Atos dos Apóstolos faz ligação com o início do Evangelho de Lucas, esclarecendo que se trata da continuação da obra endereçada ao mesmo destinatário, Teófilo (etimologicamente “amigo de Deus”), o qual, no plano simbólico, pode representar a comunidade cristã. Enquanto o primeiro volume tratou da vida de Jesus Cristo, o segundo vai ocupar-se da vida da Igreja, guiada pelo Espírito Santo. Ela está intimamente ligada à vida e à missão de Jesus, bem como à história de Israel, representada pelo seu centro religioso, Jerusalém, e pelo cumprimento da promessa anunciada na Sagrada Escritura.

O cristianismo tem suas raízes no judaísmo. Não há ruptura entre Israel e a Igreja: há continuidade. O testemunho dos apóstolos deverá percorrer uma trajetória sempre mais ampla, partindo de Jerusalém até os confins do mundo (1,8). Para isso, deverão antes mergulhar na experiência do Espírito Santo, que descenderá sobre eles no dia de Pentecostes.

Para a narrativa da ascensão em Atos, Lucas inspira-se em passagens do Primeiro Testamento, como o arrebatamento de Elias aos céus (2Rs 2,1-18). Eliseu, discípulo de Elias, por testemunhar o arrebatamento do seu



mestre, recebe “dupla porção” do seu espírito e torna-se o continuador da missão profética; como testemunhas oculares da ascensão de Jesus, seus discípulos receberão o Espírito Santo para continuar a sua obra. Os dois homens vestidos de branco são os mesmos de Lc 24,4, que anunciam às mulheres a ressurreição de Jesus e as fazem recordar as palavras por ele ditas. Aqui, em Atos, eles recordam aos discípulos a verdade da ascensão.

Ressurreição e ascensão são dois momentos que exprimem o novo modo de ser de Jesus: aquele que foi obediente ao Pai até a morte é glorificado e exaltado, mas permanece na comunidade. O transcendente manifesta-se na história humana.

3. II leitura (Ef 1,17-23): Jesus, cabeça da Igreja

A carta aos Efésios, com muita probabilidade, é fruto da reflexão das comunidades fundadas por Paulo. Escrita ao redor do ano 90, enfatiza o projeto de salvação de Deus para todos os seres humanos. O texto de hoje, num estilo litúrgico, apresenta a figura de Jesus glorioso como aquele que tem a soberania sobre toda a criação, está acima de toda autoridade e de todo poder.

O conhecimento de Deus dá-se por sua graça. É ele que nos concede “o espírito de sabedoria e de revelação”; é ele que “ilumina os olhos do coração” para compreendermos “a extraordinária grandeza do seu poder para nós” manifestada em seu Filho, Jesus Cristo. A ressurreição e a ascensão de Jesus são aqui lembradas como sinais que revelam sua glória e soberania em tudo e em todos.

O discernimento da verdade a respeito de Jesus estende-se à verdade sobre a Igreja: formamos o Corpo Místico, cuja cabeça é Cristo. Ao mesmo tempo que está sujeita à autoridade de Jesus Cristo, a Igreja vive intimamente unida a ele. É uma união vital, pois, sem a cabeça, não existe corpo e não existe vida.

III. Pistas para reflexão

A ascensão de Jesus não significa que ele tenha ido embora para retornar no final dos tempos. Na verdade, ele é exaltado, mas permanece no meio de nós. Os olhos da fé o veem perfeitamente e o coração dos que acreditam o acolhe com amor e gratidão.

Jesus Cristo e a Igreja formam um corpo. Ter essa consciência implica cuidar uns dos outros com muito carinho e respeito. Significa responsabilizar-se pela promoção da vida, dando prioridade aos membros que sofrem. Significa acolher os que são diferentes, sem julgamentos superficiais, mas exercitando o diálogo e a mútua compreensão.

Nesta semana, situada entre as festas de Ascensão e Pentecostes, celebra-se no Brasil a “semana de oração pela unidade dos cristãos”. Participar desse grande mutirão em favor da unidade das Igrejas cristãs é expressão concreta de pertença ao Corpo de Jesus e de edificação do seu reino de fraternidade no mundo.

► É boa oportunidade de lembrar os nomes das Igrejas cristãs que possuem comunidades no espaço geográfico da paróquia ou da região. Durante a semana, pode-se celebrar um culto ecumênico e/ou outras iniciativas com as Igrejas que desejarem. Para informações sobre a semana de oração e ecumenismo: www.conic.org.br.

Pentecostes

15 de maio

Espírito Santo: dom de Deus para a vida do mundo

I. Introdução geral

A vinda do Espírito Santo sobre os discípulos é o cumprimento da promessa de Je-



sus: “Recebereis uma força, a do Espírito Santo, que descerá sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia e Samaria, e até os confins da terra” (At 1,8). É, portanto, em vista da irradiação universal do testemunho de Jesus Cristo que a graça do Espírito nos é dada. Todo discípulo é também missionário. A missão deve atingir todos os povos, pois a salvação oferecida gratuitamente por Deus é universal (I leitura). Jesus mesmo é o missionário do Pai e é quem envia os discípulos: “Como o Pai me enviou, também eu vos envio” (Jo 19,21). Soprando sobre eles, concede-lhes o dom do Espírito, juntamente com o poder de perdoar pecados. O Espírito, então, liberta-nos de tudo o que impede a graça de Deus de atuar em nós (Evangelho). É pelo Espírito Santo que reconhecemos a Jesus Cristo como Senhor e Salvador. É ele quem nos une num só corpo e distribui os dons diversos para a edificação da comunidade (II leitura). A graça divina nos é concedida em abundância. Somos convidados a acolhê-la e fazê-la frutificar.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (At 2,1-11): O Espírito Santo, dom de Deus

Originalmente, entre os israelitas, Pentecostes era a festa da colheita (cf. Ex 34,22). Era celebrada num clima de muita alegria e de ação de graças. Posteriormente, passou a ser a comemoração do aniversário da promulgação da Lei de Deus no monte Sinai. Lucas, ao descrever o Pentecostes cristão, reinterpreta essa festa como o momento propício não mais da concessão da Lei, mas da graça do Espírito Santo. Os símbolos do furacão e do fogo lembram a teofania no Sinai. Numa casa, em Jerusalém, estão reunidos em oração os apóstolos, “algumas mulheres, entre as

quais Maria, a mãe de Jesus, e os seus irmãos” (At 1,14). O tempo da espera se completou e a promessa de Jesus se cumpre.

Os judeus da diáspora acorrem a Jerusalém, “vindos de todas as nações que há debaixo do céu”. Estão aí para celebrar a festa, fiéis à sua tradição religiosa. Tornam-se testemunhas da efusão do Espírito Santo sobre a comunidade dos discípulos e discípulas de Jesus. O acontecimento de Pentecostes quer mostrar a continuidade com a história de Israel. O Deus que se revelou aos antepassados é o mesmo que se revela em Jesus Cristo e se dá a conhecer ao mundo inteiro.

Lucas enumera ainda a presença de vários povos, do Oriente e do Ocidente, representantes de todas as nações. A Palavra do Evangelho deverá alcançar a todos. Em suas próprias línguas ouvirão o anúncio das maravilhas de Deus. Portanto, o dom do Espírito tem, essencialmente, uma finalidade missionária. A comunidade de Jerusalém é o ponto de partida para a difusão da fé cristã; é a mãe de todas as comunidades cristãs. Por isso, vai ser caracterizada como a comunidade ideal (cf. 4,32-35). Com base nesse modelo, em círculos sempre mais amplos, a Palavra será disseminada universalmente.

O Espírito Santo é o principal protagonista da evangelização. É quem garante a unidade da fé em Jesus Cristo na diversidade de línguas e culturas. Como podemos constatar no conjunto do livro de Atos dos Apóstolos, os discípulos, após a experiência transformadora do Espírito, enchem-se de ousadia e coragem e lançam-se nessa tarefa profética de testemunhar a fé no Salvador, Jesus Cristo (em muitos casos, chegando até o martírio).

2. Evangelho (Jo 20,19-23): A paz, dom do Ressuscitado

O texto se inicia indicando o dia em que Jesus ressuscitado se manifestou aos discípulos. O primeiro dia da semana tem ligação



com o primeiro dia da criação. Portanto, a ressurreição de Jesus marca uma nova criação. A situação em que se encontram os discípulos, trancados e com medo, será transformada com a presença de Jesus no meio deles. A alusão à hora do dia (ao anoitecer) guarda relação com o momento em que os discípulos enfrentam forte tempestade na travessia do mar. Jesus vem ao seu encontro, caminhando sobre as águas, e manifesta seu poder de salvação (cf. 6,16-20). Percebe-se que João retrata a situação em que se encontram as comunidades cristãs ao redor do ano 100: atemorizadas e escondidas devido à hostilidade e perseguição tanto da parte do império romano como de grupos judaicos.

Jesus jamais abandona os seus, como havia prometido: “Não vos deixarei órfãos” (14,18). Ele se põe no meio deles como o doador da paz. A fé em Jesus, presente no meio da comunidade, garante a superação do medo e da insegurança que estagnam. Ele é o centro ao redor do qual se forma a comunidade. Ele é o fator de união e de garantia da paz. Já havia anunciado em seu discurso de despedida, antes de sua morte: “Eu vos disse essas coisas para terdes paz em mim. No mundo tereis muitas tribulações, mas tende coragem: eu venci o mundo” (16,33).

Ao mostrar-lhes as mãos e o lado, Jesus lhes revela os sinais de seu amor vitorioso. Nenhuma força será capaz de destruir a vida, pois a morte foi vencida definitivamente. Ao verem o Senhor, os discípulos enchem-se de alegria e recobram o ânimo.

A paz, a alegria e a coragem deverão acompanhar os apóstolos na missão que recebem do Senhor Jesus. Deverão seguir o exemplo do Mestre, que cumpriu fielmente a missão recebida do Pai. A fidelidade à missão, porém, não se deve à boa vontade dos enviados. Deve-se, sim, à ação do Espírito Santo. O sopro de Jesus sobre os discípulos lembra o sopro de Deus nas narinas do pri-

meiro ser humano, infundindo-lhe a vida. O Espírito cria uma nova condição: a vida divina nos discípulos lhes garante a capacidade de amar como Jesus amou. É um amor que liberta o mundo de todo o pecado, o qual, para João, representa a ordem social baseada na opressão e na injustiça. O Espírito Santo, que age por meio dos seguidores de Jesus, oferece todas as condições para o estabelecimento da paz, da justiça e da fraternidade no mundo.

3. II leitura (1Cor 12,3b-7.12-13): Diversos serviços, um só Espírito

Paulo, ao escrever à comunidade cristã de Corinto, intenta orientá-la nas questões ainda não bem esclarecidas que estão causando conflitos no meio dela. Uma dessas questões refere-se aos dons do Espírito Santo. Para tratar disso, o apóstolo dedica os capítulos 12 a 14. O texto da liturgia de hoje enfatiza que a diversidade de dons, ministérios e modos de ação provém da Trindade santa: do mesmo Espírito, do mesmo Senhor e do mesmo Deus que realiza tudo em todos. De Deus provém somente o que é bom para os seus filhos e filhas. A diversidade revela a magnanimidade e a criatividade divinas.

A graça de Deus não pode ser acolhida de forma egoísta. Por isso, todo dom ou carisma desdobra-se em serviços concretos em favor do bem comum. Não importa o tipo de ministério, pois, sendo graça divina, todos têm a mesma importância. Daí decorre a atitude de serviço humilde e solidário. Cada ação deve estar ligada ao conjunto das demais. O que deve projetar-se não é a figura da pessoa que serve. Isso seria utilizar os dons de Deus, que é Amor, em proveito próprio. O que deve brilhar é o projeto comum, que, no caso de uma comunidade cristã, é o mesmo projeto de Jesus. No Espírito reconhecemos que ele é nosso Senhor e com ele formamos um só corpo.



III. Pistas para reflexão

A festa de Pentecostes nos oferece a oportunidade de reconhecer o dom do Espírito Santo em cada pessoa e na comunidade. Quem o acolhe tem todas as condições de vencer a timidez, o medo, a tristeza, o desânimo e a solidão. Em cada um de nós, a partir do batismo, existe essa força do alto que nos enche de autoestima e nos impulsiona a fazer o bem, do mesmo modo como Jesus fez. O Espírito Santo nos impulsiona a participar ativamente da comunidade, leva-nos ao engajamento em serviços diferentes e ao compromisso de transformar as realidades de pecado e de morte. Ele nos dá a capacidade de diálogo entre nós, com as diversas Igrejas e as diversas culturas. É para a vida em abundância que Deus nos chamou. Nós respondemos afirmativamente, pois acreditamos no mesmo sonho de Jesus.

Ao redor de Jesus ressuscitado se organiza a comunidade cristã. Sua presença é garantia de união, de paz, de alegria e de segurança. Como seus discípulos missionários, vivemos e anunciamos seu amor e seu perdão. A realidade de egoísmo, de opressão e de todas as formas de injustiça será transformada se nos amarmos como Jesus nos amou.

Portanto, o empenho pela promoção da unidade no mesmo projeto de vida digna para todas as pessoas é sinal concreto de adesão a Jesus. A acolhida e a contemplação das diversas expressões religiosas e culturais colaboram para um mundo de paz, dom de Jesus ressuscitado. A valorização dos diferentes ministérios, exercidos com amor, é expressão de louvor e gratidão a Deus, fonte de todas as graças.

► A celebração da festa de Pentecostes pode ser bom momento de valorização dos diversos ministérios exercidos na comunidade. É oportuno para a renovação deles, junta-

mente com a bênção da comunidade sobre os ministros e ministras.

Santíssima Trindade

22 de maio

A comunidade divina: modelo para a comunidade humana

I. Introdução geral

A fé em Deus Trindade nos leva a reconhecer a beleza e a profundidade da realidade humana. Deus é UM em três pessoas, mistério de amor e comunhão, perfeita unidade na diversidade. A comunidade humana encontrará a sua verdadeira realização se buscar conviver numa relação de igualdade entre todos os seus membros, respeitando as diferenças. Pela fé, tivemos acesso a essa revelação. Pela fé, conhecemos a Deus e entramos na sua intimidade. O caminho que nos conserva na comunhão com Deus e com os irmãos é o da sabedoria. Ela é a primeira de todas as obras divinas, a que orienta o destino de tudo e de todos (I leitura). Dessa relação íntima com Deus e com o próximo provêm a paz, a perseverança nas tribulações e a firmeza no amor, derramado em nossos corações pelo Espírito Santo (II leitura). Ele nos dá a conhecer toda a verdade revelada em Jesus Cristo (Evangelho). Essa certeza nos faz assumir com convicção e destemor a missão de testemunhar, no meio deste mundo, o amor que torna possível a inclusão de todos os seres numa sociedade justa e fraterna, imagem e semelhança da Trindade santa.



II. Comentário dos textos bíblicos

1. II leitura (Rm 5,1-5): A esperança não decepciona

Um dos temas prioritários que Paulo se dedica a aprofundar, especialmente na carta aos Romanos, é o da justificação pela fé. Para ele, não é o cumprimento das leis nem qualquer obra humana que nos tornam justos diante de Deus. Se assim fosse, a justificação teria por base os méritos pessoais. Paulo parte da premissa de que todos somos radicalmente pecadores e, portanto, necessitados da intervenção gratuita de Deus. Ela se deu em Jesus Cristo, o libertador de todos os pecados. Por meio dele, Deus realizou sua ação misericordiosa de salvação para todo o gênero humano.

Percebe-se que Paulo indica um processo de amadurecimento no caminho da fé, até que, de livre vontade e com consciência lúcida, aceitemos a Jesus como nosso Salvador e vivamos, como ele nos ensinou, na vontade divina. Pelo seu sangue, ele nos reconciliou com Deus e nos concede a paz em plenitude. A paz de que o texto nos fala carrega o sentido do termo hebraico *shalom*, o qual indica o estado de perfeita intimidade e harmonia entre os seres humanos, com a natureza e com Deus. Dele provêm todas as bênçãos que garantem uma vida de dignidade, de bem-estar e de profunda alegria.

A fé, portanto, não se reduz ao assentimento racional a um sistema doutrinário. Também não consiste apenas em momentos de oração. A fé é a atitude de entrega total e confiante a Deus, que nos salva mediante seu Filho, Jesus Cristo. Por meio dele, pela fé, temos acesso à graça da salvação, mantemo-nos e nos alegramos nela.

Tudo isso nos motiva a gloriar-nos em Deus mesmo nas tribulações, pois “a tribulação produz a perseverança, a perseverança produz a fidelidade comprovada e a fidelida-

de comprovada produz a esperança”. Trata-se da esperança militante, manifestada por meio do empenho cotidiano em acolher e fazer frutificar o amor de Deus derramado pelo Espírito Santo em nossos corações. Essa esperança “não engana”.

2. Evangelho (Jo 16,12-15): O Espírito da verdade

O texto faz parte do “livro da comunidade”, também conhecido como o “livro da glorificação” (Jo 13-17). Após o gesto do lava-pés, Jesus faz um longo discurso de despedida. De modo afetoso, anuncia aos discípulos a sua partida iminente. É um discurso que possui caráter de testamento. De coração aberto, Jesus revela tudo o que recebera de seu Pai e demonstra a íntima relação entre ambos. Os discípulos, porém, demonstram incompreensão diante das palavras de Jesus. Apesar de conviverem com Jesus por um bom tempo, permanecem num estágio de imaturidade espiritual. São incapazes de apreender o sentido verdadeiro do testamento de Jesus. Necessitam de ajuda.

O texto faz, então, referência ao Espírito Santo, que dará prosseguimento à missão de Jesus. Ele instruirá os discípulos e os libertará das amarras que impedem o reconhecimento do Salvador. É o Espírito que conduz à verdade plena que é o próprio Jesus Cristo, Deus encarnado, conforme já havia anteriormente se revelado: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida” (Jo 14,6). A verdade é, pois, a própria realidade divina manifestada no amor de Jesus, que entrega sua própria vida em resgate da vida de todos. Jesus reza para que os discípulos sejam santificados na verdade (17,17.19) e possam viver na perfeita unidade, assim como ele e o Pai são UM (17,21-23).

A comunidade de João demonstra a sua caminhada de amadurecimento na fé em Jesus Cristo. As novas circunstâncias que emergem do contexto ao redor do final do século I exi-



gem novas reflexões e novas posturas. Cresce a compreensão a respeito de Jesus, de sua íntima relação com o Pai e de sua missão de amor neste mundo. Ilumina-se, com maior profundidade, o sentido da morte e ressurreição de Jesus. Ele veio “para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (10,10).

Os discípulos e discípulas são convidados a abrir-se às novas interpretações e exigências suscitadas pelo Espírito Santo no contexto histórico em que vivem. Prestar atenção no Espírito é assumir os desafios da história e viver, com novas expressões e novo ardor, o mesmo amor revelado em Jesus.

As três pessoas divinas são manifestamente citadas no texto. Entre elas há perfeita comunicação e perfeito entendimento. Essa realidade divina, em toda a sua beleza e profundidade, é comunicada por Jesus aos seus discípulos. O Pai deu tudo ao Filho; assim também o Filho dá a conhecer tudo o que recebeu do Pai aos seus filhos e filhas. Podemos aqui trazer presente o que são Paulo escreve:

Todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. E vocês não receberam um espírito de escravos para recair no medo, mas receberam um Espírito de filhos adotivos, por meio do qual clamamos: Abba! Pai! O próprio Espírito assegura ao nosso espírito que somos filhos e filhas de Deus. E, se somos filhos, somos também herdeiros: herdeiros de Deus, herdeiros junto com Cristo (Rm 8,16-17).

3. I leitura (Pr 8,22-31): A exaltação da Sabedoria

O livro dos Provérbios apresenta a Sabedoria como uma personagem. Ela já estava com Deus mesmo antes da criação do mundo. Ou melhor: ela é a primeira obra da criação e toma parte ativa em todas as outras coisas criadas por Deus, como se fosse mestre de obras ou arquiteto. Deus e a Sabedoria, portanto, estão em íntima comunhão; Deus é a própria Sabedoria personificada.

O texto quer ressaltar que todas as coisas têm sua fonte em Deus; cada ato criador é manifestação de sua sabedoria eterna e soberana; cada criatura é comunicação de seu próprio ser infinito. O livro da Sabedoria diz que ela “tudo atravessa e penetra”, é o próprio “hálito do poder de Deus e a pura emanção da glória do Onipotente” (Sb 7,24-25).

O último versículo desta 1ª leitura revela a imensa satisfação que a Sabedoria encontra na superfície da terra e o seu prazer de estar entre os seres humanos. A terra e seus habitantes são obras divinas. A relação íntima da Sabedoria com o Criador, desde toda a eternidade, ocorre agora com as criaturas. Da mesma maneira que esteve presente nos atos da criação de Deus, está presente para governar o universo, conservar a ordem e dirigir a vida dos habitantes da terra. Vemos que a Sabedoria guarda uma ligação muito estreita com a missão do Espírito Santo, conforme vai ser concebida no Segundo Testamento.

III. Pistas para reflexão

A festa da Santíssima Trindade é momento especial para refletir sobre nossa própria identidade e missão no mundo. Somos a família humana, formada por povos diversos e de culturas diferentes. Somos homens e mulheres chamados a nos acolher no respeito mútuo e na igualdade de direitos. Somos diferentes uns dos outros: na diferença nos completamos. Somos diversos: na diversidade nos unimos.

No texto da carta aos Romanos, ouvimos que o amor de Deus se revela com total benevolência e gratuidade. De nossa parte, resta-nos acolhê-lo com gratidão e perseverar na fidelidade a esse amor sem limites. A justificação pela fé não legitima atitudes de egoísmo e acomodação, mas nos incentiva a viver segundo o modo de Deus agir em nós: na doação plena e gratuita. É um caminhar



na esperança militante que nos faz viver, aqui e agora, a vida plena que nos será dada por Deus, sabendo que a “esperança não decepciona”.

O livro dos Provérbios fala da Sabedoria que convive intimamente com Deus. Tudo o que ele faz é expressão de seu próprio ser; portanto, o universo, com tudo o que nele existe, é penetrado pelo Espírito da Sabedoria divina. Todas as coisas são revestidas de dignidade e devem ser respeitadas, conforme nos orienta a verdadeira Sabedoria. De acordo com o modo pelo qual nos relacionamos entre nós e com todas as coisas criadas, colhemos frutos de bênção ou de maldição, de vida ou de morte.

No Evangelho, Jesus nos promete o Espírito Santo para nos ajudar a viver conforme o modelo da Trindade santa, a perfeita comunidade. “O mistério da Trindade é a fonte, o modelo e a meta do mistério da Igreja. Uma autêntica proposta de encontro com Jesus Cristo deve estabelecer-se sobre o sólido fundamento da Trindade-Amor. A experiência de um Deus uno e trino, que é unidade e comunhão inseparável, permite-nos superar o egoísmo para nos encontrarmos plenamente no serviço para com o outro”. Nesse sentido, as comunidades eclesiais de base caracterizam-se como “casas e escolas de comunhão” (Dap 155, 170 e 240).

► A celebração da festa da Santíssima Trindade é boa oportunidade de valorizar as diferentes manifestações do amor de Deus na comunidade e no mundo: os serviços e ministérios, as etnias, as denominações e tradições religiosas, os movimentos e organizações sociais, as iniciativas diversas em favor da vida, da ecologia etc.

O roteiro de CORPUS CHRISTI (26 de maio), pode ser acessado no site da *Vida Pastoral*: www.vidapastoral.com.br.

9º domingo do tempo comum

29 de maio

Deus se revela a todos os povos

I. Introdução geral

As leituras deste domingo nos proporcionam a oportunidade de refletir quem é Deus, onde ele mora e qual o seu plano para a humanidade. O rei Salomão constrói um grandioso templo em Jerusalém como habitação para Deus. Nesse lugar, pelo que se percebe na oração de Salomão, todos os povos teriam oportunidade de conhecer o nome de Deus conforme revelado ao povo de Israel (I leitura). A abertura a todos os povos completa-se com a vinda de Jesus. Ele (e não mais o templo) é a fonte e o caminho de salvação universal. Jesus é “Deus-conosco”, independente do templo. Ele revela o verdadeiro nome de Deus, que não se circunscreve num recinto sagrado, mas comunica-se no lugar social das pessoas necessitadas, libertando-as (Evangelho). Deus não faz acepção de pessoas, ultrapassa barreiras culturais e manifesta-se a todos os povos, oferecendo-lhes gratuitamente a salvação em Jesus Cristo. Esse é o Evangelho assumido e pregado pelo apóstolo Paulo. Na defesa dessa boa notícia da salvação gratuita, Paulo enfrenta toda espécie de conflitos (II leitura). Para nós, hoje, como discípulos missionários de Jesus, é importante compreender, acolher e anunciar com ousadia o Evangelho da vida plena para todos, sem exclusão.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (1Rs 8,41-43): A grandeza do nome de Deus

Esta pequena oração de Salomão situa-se no contexto da festa da Dedicção do Templo



de Jerusalém. Lendo todo o capítulo 8 de 1 Reis, percebe-se que a Arca da Aliança, que acompanhou o povo de Israel desde a sua saída da escravidão no Egito, é agora transportada para dentro do templo num cerimonial de grande pompa. Salomão, além de rei, exerce a função de sacerdote. Declara que edificou uma casa para residência eterna de Deus (8,13), cumprindo-se assim a promessa feita ao seu pai Davi. Em sua oração, o rei Salomão exalta o templo como o centro gravitacional de todos os povos. Apesar de confessar que nem “os céus dos céus podem conter Deus” (8,27), é para o templo de Jerusalém que os estrangeiros poderão acorrer para reconhecer “a grandeza do vosso nome, a força de vossa mão e o poder do vosso braço”, conforme expressa o texto deste domingo. Ainda mais, é a partir desse lugar que “todos os povos da terra conhecerão o vosso nome, vos temerão como o vosso povo de Israel e saberão que o vosso nome é invocado sobre esta casa que edifiquei”.

Sabe-se que a construção do templo e a centralização do culto em Jerusalém tiveram por objetivo legitimar o poder monárquico e, mais tarde, o sistema sacerdotal de pureza que excluiu a maioria das pessoas da pertença ao povo eleito. No entanto, a teologia do texto indica uma abertura universal. A experiência religiosa de Israel não pode ser exclusivista. Deve ser irradiada a todos os povos. O Deus da vida pode ser conhecido e invocado por judeus e estrangeiros. Afinal, todos são seus filhos e filhas.

2. Evangelho (Lc 7,1-10): Jesus e a fé de um estrangeiro

Deus encarnou-se em Jesus de Nazaré. Fez sua morada no meio da humanidade. Solidarizou-se com as vítimas do sistema religioso de pureza organizado pela casta sacerdotal do templo de Jerusalém. Em vez de promover a abertura universalista segundo a vocação que Deus dera a Israel, a elite religiosa fechou-

-se em suas concepções de pureza e impureza, mantendo o povo sob o jugo de um emaranhado de leis.

A prática de Jesus, porém, não corresponde à doutrina disseminada pelos doutores da lei. Enquanto estes consideram os pobres e estrangeiros como impuros e excluídos do povo santo de Deus, Jesus promove a vida sem exclusão, como se constata no relato evangélico deste domingo. Um centurião romano dirige-se a Jesus, cheio de confiança, para fazer-lhe um pedido a favor de um servo. Os centuriões normalmente não eram bem-vistos pelos judeus. Representavam a opressão que o império romano exercia sobre o povo. Aquele centurião, porém, sabia manter boas relações com a população de Cafarnaum e manifestava simpatia pela própria religião judaica. Não só construiu uma sinagoga, mas interessou-se pelo que diziam de Jesus.

Este centurião, segundo o Evangelho de Lucas, não vai pessoalmente ao encontro de Jesus. Envia anciãos judeus para fazer-lhe um pedido. Na versão de Marcos (8,5-13), é o próprio centurião que se dirige a Jesus. Temos a impressão de que Lucas enfatiza a consciência de “indignidade” manifestada pelo centurião diante da grandeza do nome de Jesus que ele ouvira falar.

O centurião representa aqui o povo gentio. A mediação dos anciãos judeus resgata a vocação de Israel de promover a inclusão também dos estrangeiros na graça libertadora de Deus. A missão de Jesus não se restringe ao povo de Israel. Ele veio para todos. Tem o coração aberto para acolher e valorizar o testemunho de amor, de humildade, de respeito e de fé dado por um estrangeiro. Testemunho de amor porque o centurião manifesta cuidado pela vida de um servo; de humildade porque se sente indigno de chegar-se a Jesus; de respeito porque sabe que um judeu ficaria impuro se entrasse na casa de um pagão; e finalmente o testemunho de



fé porque, a partir de sua própria experiência de obedecer e de dar ordens, reconhece o poder das palavras. Pelo que ele ouviu falar de Jesus, tem certeza da eficácia de suas palavras. Jesus impressiona-se com a atitude daquele centurião. Volta-se para o povo e declara: “Em verdade vos digo: nem mesmo em Israel encontrei tamanha fé”.

O texto enfatiza a importância da Palavra de Jesus. As comunidades cristãs, organizadas após a morte e a ressurreição de Jesus, alimentam-se essencialmente da Palavra. “Dize somente uma palavra e meu servo será curado”. As comunidades de fé e de amor são o novo templo, o lugar da presença libertadora de Jesus. Nelas não pode haver discriminação de pessoas. Judeus e estrangeiros são igualmente portadores da boa notícia da vida em plenitude. É missão dos cristãos difundir o Evangelho pelo mundo afora. Lucas vai dedicar-se, no livro de Atos dos Apóstolos, a mostrar a trajetória da Palavra “de Jerusalém aos confins do mundo” (At 1,8). A Palavra que liberta não tem fronteiras. Não é um sistema religioso nem os laços de sangue que determinam a pertença ao Reino de Deus, e sim a prática da justiça, como vai expressar o apóstolo Pedro na casa de outro centurião, chamado Cornélio: “De fato, estou compreendendo que Deus não faz discriminação entre as pessoas. Pelo contrário, ele aceita quem o teme e pratica a justiça, qualquer que seja a nação a que pertença” (At 10,34-35).

3. II leitura (Gl 1,1-2.6-10): Não há dois Evangelhos

Paulo, após seu encontro com Jesus ressuscitado, entregou-se por inteiro à missão de evangelizar os povos. Entre os diversos problemas pelos quais ele passou, está o conflito com os chamados “judaizantes”, que pregavam a necessidade da circuncisão e do cumprimento de outras leis judaicas aos cristãos provindos do paganismo. Mui-

tos se deixavam influenciar por esses judaizantes. A autoridade de Paulo, como apóstolo e fundador daquelas comunidades cristãs, estava sendo desprestigiada. Ao ser informado dessas coisas, Paulo fica muito indignado. A indignação é manifestada até mesmo no modo como escreve a carta: não começa com a costumeira ação de graças nem termina com a bênção. Ele escreve num tom de muita firmeza, gravidade e convicção. Já de início esclarece que seu apostolado não é por uma decisão humana, mas “por Jesus Cristo e por Deus Pai que o ressuscitou dos mortos”. Portanto, a carta aos Gálatas se reveste de uma profunda seriedade. Caracteriza-se como forte advertência com a intenção de fazer que aquelas comunidades cristãs retomem o caminho do único Evangelho.

A que Evangelho Paulo se refere? No conjunto da carta, constata-se que se refere ao “Evangelho da liberdade”, que se baseia na certeza de que a salvação é obra gratuita de Deus por Jesus Cristo. Já não tem sentido a obrigatoriedade da circuncisão nem do legalismo. Já não têm sentido as barreiras entre povos. Agora todos fazem parte do corpo de Cristo: “Não há mais diferença entre judeu e grego, entre pessoa escrava e livre, entre homem e mulher, pois todos vocês são um só em Jesus Cristo” (3,28). Cristo uniu a todos numa única família e concedeu a todos a verdadeira liberdade: “É para sermos livres que Cristo nos libertou. Portanto, fiquem firmes e não se submetam de novo ao jugo da escravidão” (5,1).

Para Paulo, é fundamental compreender e assumir esse Evangelho, que torna as pessoas maduras, convictas, responsáveis e já não dependentes de normas externas. É uma vida pautada segundo o Espírito de Deus. Não há outro Evangelho. Caso contrário, coloca-se a perder o significado da vida, da morte e da ressurreição de Jesus Cristo.



III. Pistas para reflexão

Deus revelou-se na história do povo de Israel como aquele que liberta os oprimidos de todo tipo de escravidão. A aliança que fez com o seu povo visou abranger toda a humanidade. A vocação de Israel é irradiar o nome do Deus da vida e da libertação para todos os povos. Apesar das tentativas de centralização e de exclusividade da eleição do povo de Israel, Deus sempre manifestou, por meio dos movimentos proféticos e sapienciais, o seu plano de salvação universal. Enviou o seu Filho, Jesus Cristo, cuja proposta de Reino de Deus visa à inclusão de todos na vida em plenitude. O episódio do Evangelho deste domingo – Jesus e o centurião romano – caracteriza-se como um apelo a todos os discípulos de Jesus, no sentido de abrir-se ao “outro”, acolhendo e valorizando sua fé. Outro dado importante é a autoridade da Palavra de Jesus: o que ele diz acontece. A Palavra de Deus é viva e eficaz! Jesus rompe com as barreiras impostas pelo sistema do templo, supera o legalismo, ensina com autoridade e oferece seu amor e salvação a todos.

A salvação gratuita de Deus a todos os povos – ofertada por meio da vida, morte e ressurreição de Jesus – foi assumida pelo apóstolo Paulo como “único Evangelho”. O seu testemunho de total entrega por essa causa de inclusão de todos os povos no plano de salvação de Deus ilumina e fortalece a nossa missão hoje como discípulos missionários de Jesus.

► Pode-se ligar a Palavra de Deus da liturgia deste domingo com a Exortação Apostólica do papa Francisco *Evangelii Gaudium*, especialmente o n. 20, no qual o papa se refere à Igreja em constante estado de “saída”. Jesus envia seus discípulos e discípulas em missão, a se fazerem presentes em cenários e desafios sempre novos.

10º Domingo do tempo comum

5 de junho

Palavras e gestos que ressuscitam

I. Introdução geral

Deus se dá a conhecer como aquele que caminha com seu povo e o liberta de toda opressão. Demonstra sua ternura e misericórdia especialmente às pessoas que se encontram em situação de sofrimento. Escolhe e envia os profetas, que, inseridos no lugar social dos excluídos, abrem caminhos novos, suscitando-lhes esperança e vida. O profeta é o portador da Palavra de Deus, capaz de transformar radicalmente a realidade pessoal e social (I leitura). Deus envia o seu próprio Filho, que, junto às pessoas marginalizadas e exauridas, lhes devolve a vida e a garantia de um futuro feliz. Sua prática revela o caminho alternativo para uma sociedade justa (Evangelho). Jesus escolhe e envia discípulos missionários, como Paulo, para anunciar a todos os povos a Palavra que liberta e salva. É a proposta de vida plena, revelada por Jesus (II leitura). Os discípulos e discípulas de Jesus, hoje, estão convidados a acolher a Palavra de Deus como boa notícia e torná-la boa realidade por meio de gestos concretos de compaixão e solidariedade.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (1Rs 17,17-24): A profecia vence a morte

A missão profética de Elias revela-se como fundamento de todo o movimento profético ao longo da Bíblia. Ele é considerado o pai dos profetas. Sua prática serve,



además, de inspiração para a prática libertadora de Jesus.

A atuação do profeta Elias se dá no Reino do Norte, durante o reinado de Acab e de Ocozias, entre os anos de 874 e 852 a.C. Elias demonstra profundo zelo pela vontade de Iahweh, de quem se põe totalmente a serviço, conforme ele mesmo declara no início de sua missão: “Pela vida de Iahweh, a quem sirvo...” (1Rs 17,1). Faz jus, assim, ao significado de seu nome: “Meu Deus é Iahweh”.

Suas ações, de forma predominante, são desdobramento do compromisso com a solução dos problemas que afetam o cotidiano das pessoas necessitadas. A necessidade é o critério-chave que faz o profeta aproximar-se e pôr-se a serviço de quem precisa de ajuda. Essas pessoas são vítimas de um sistema monárquico que produz alto índice de exclusão social. O desenvolvimento econômico se dá com a exploração do povo. O fortalecimento político do Estado privilegia um grupo que concentra poder e dinheiro. A expropriação dos bens (cf. 1Rs 21) e o abuso da mão de obra dos pequenos causam empobrecimento, miséria, fome e morte.

A viúva de Sarepta e seu filho sintetizam a situação da maioria do povo, cujo futuro permanece fechado. As viúvas, os órfãos e os estrangeiros (Sarepta não faz parte do território de Israel) representam, na Bíblia, as categorias de necessitados. Deus não os quer abandonados nem quer a morte de ninguém. Elias põe-se a serviço de Deus, acolhe o clamor das pessoas que sofrem, vai ao seu encontro para defender e promover o direito à vida digna.

O profeta se hospeda na casa da viúva pobre e estrangeira: a profecia é acolhida pelas pessoas empobrecidas e elas se tornam o lugar teológico-social onde são gestados novos caminhos. Essa gente marginalizada é capaz de solidariedade e partilha. A proximidade com as pessoas sofredoras, o anúncio da Palavra que liberta, a oração confiante ao Deus da vida, a insistência em passar a energia proféti-

ca ao que já se encontra em situação de morte são atitudes que revelam o método de restauração, transformação e ressurreição. Na verdade, a profecia é a manifestação da presença e da misericórdia de Deus, que age por meio do amor afetivo e efetivo. É boa notícia para os pobres. É o projeto de Deus sendo acolhido a partir da casa. Constitui fidelidade à aliança sagrada. Os protagonistas são as próprias pessoas excluídas do sistema oficial. Nelas reside a força e a criatividade divinas, capazes de mudanças radicais. A palavra profética infunde nelas essa consciência.

2. Evangelho (Lc 7,11-17): Jesus liberta das garras da morte

O relato do episódio da ressurreição do filho da viúva de Naim encontra-se somente no Evangelho de Lucas. Tem estreita ligação com o episódio de Elias: ambos tratam da morte do filho único, cuja mãe é viúva. Os filhos únicos representam a garantia de futuro para as famílias. A situação de morte não pode deixar acomodadas as pessoas que servem a Deus.

Nos Evangelhos, os sinais de cura e libertação, em sua maior parte, são realizados por Jesus em atendimento à súplica dos necessitados. No caso da viúva de Naim, porém, é Jesus mesmo que toma a iniciativa de ir ao seu encontro. “Seus discípulos e numerosa multidão caminhavam com ele.”

Naim é uma cidade amuralhada. Do seu interior para a porta vem uma procissão, acompanhando o enterro do filho único de uma viúva. “Grande multidão da cidade estava com ela.” Duas procissões em sentido contrário encontram-se na “porta da cidade”. Jesus vê a situação em que se encontra aquela mãe e fica comovido, isto é, “ele é movido em suas entranhas”, conforme o verbo grego (*splanchnizomai*). É o mesmo sentimento de amor e compaixão que leva o samaritano a socorrer a pessoa espancada e abandonada à beira do caminho (10,33); é também o mesmo sentimento que leva o pai do filho pródi-



go a ir correndo ao seu encontro, acolhê-lo nos braços e beijá-lo (15,20).

Jesus, movido pela compaixão, dirige-se à mulher com palavras de consolação e esperança: “Não chores”. Não são palavras de meras condolências. Ele se aproxima, toca no esquite e pede que o jovem se levante. Percebe-se, aqui também, como na narrativa de Elias, alguns verbos-chave reveladores da metodologia que proporciona a transformação de uma realidade de morte.

As pessoas que testemunham o fato glorificam a Deus, reconhecem Jesus como profeta e exclamam: “Deus visitou o seu povo”. É o eco do cântico de Zacarias, que bendiz a Deus “porque visitou e redimiu o seu povo e suscitou-nos uma força de salvação” (1,68s). Não é por acaso que Lucas situa o féretro vindo da cidade, lugar onde o poder se articula e se organiza. É como um seio que, ao invés de gerar a vida, provoca a morte. Jesus, força de salvação, vem com outro projeto que faz parar essa procissão de gente sem vitalidade. Junto com a vida, também restitui ao jovem a palavra. O povo, assim, é chamado a resgatar o direito à palavra e à vida e tornar-se protagonista de uma nova sociedade.

3. II leitura (Gl 1,11-19): A graça da conversão

Na carta aos Gálatas, Paulo aprofunda, especialmente, o Evangelho da liberdade: “Foi para sermos livres que Cristo nos libertou” (Gl 5,1). A primeira dimensão dessa liberdade se verifica na própria pessoa. Nesse sentido, Paulo dá o seu próprio testemunho. Quando arraigado no judaísmo, era ferrenho perseguidor das comunidades cristãs com o intuito de destruí-las. Como judeu, seguia zelosamente as tradições de Israel. Conhecia muito bem as leis e se esforçava para praticá-las, pois aprendera que a salvação de Deus seria concedida por meio da observância legalista.

Com a conversão, porém, muda radicalmente a sua visão teológica. Adquire a cons-

ciência de que Deus o escolheu desde o seio materno e o chamou por sua graça. Em seu itinerário pessoal, sempre com maior clareza e profundidade, percebe que a salvação oferecida por Deus se fundamenta na total gratuidade. A sua experiência pessoal o comprova: ele foi agraciado por Deus quando ainda era pecador e confiava nas seguranças humanas. Com essa nova compreensão, Paulo se desvencilha de seu apego à raça de Israel e lança-se ao anúncio do Evangelho da salvação a todos os povos. Encontra, nessa missão, forte oposição, especialmente da parte de alguns pregadores judeu-cristãos. É o que se depreende ao ler o texto imediatamente anterior ao da liturgia de hoje (cf. Gl 1,6-10).

Esses pregadores, também conhecidos como “judaizantes”, procuravam convencer os gentio-cristãos a aderir a certas normas judaicas, especialmente à circuncisão. Certamente diziam que o Evangelho pregado por Paulo não era verdadeiro. Vários cristãos deixam-se influenciar por tais pregadores. Paulo põe-se veementemente contra a doutrina desses missionários e alerta as comunidades da Galácia para não se deixarem enganar (cf. Gl 1,6-10).

Ao enfatizar o seu próprio testemunho de conversão, Paulo quer reafirmar a ação da graça de Deus, revelada em Jesus Cristo. A salvação por ele trazida estende-se a todos os povos sem discriminação. Este é o Evangelho da liberdade a que todos podem ter acesso pela fé. É dom de Deus!

III. Pistas para reflexão

Deus, desde a criação do mundo, estabeleceu um plano de amor e salvação para toda a humanidade. Firmou uma aliança com o seu povo, protegendo-o e amando-o com fidelidade. O egoísmo humano, porém, quebra a aliança sagrada e organiza sistemas que excluem e matam. Deus, no entanto, não abandona o seu povo. Chama pessoas, como o profeta Elias, capazes de ouvir o grito dos necessitados e com-



prometer-se com sua libertação. Deus envia o seu próprio Filho, Jesus, que assume o programa de anunciar a boa notícia aos pobres, proclamar a liberdade aos presos, recuperar a vista aos cegos e libertar as pessoas oprimidas (cf. Lc 4,18s). Tanto o profeta Elias como Jesus de Nazaré revelam o caminho que deve ser seguido por todas as pessoas que amam a Deus.

O desafio de uma sociedade justa e fraterna permanece atual. Os discípulos missionários do Senhor não podem acomodar-se. O testemunho de Paulo nos alerta para a necessidade do desapego das seguranças baseadas no poder, normalmente legitimado por sistemas religiosos. A liberdade em Cristo nos leva a acolher a graça da salvação que ele nos trouxe e, por isso mesmo, a amar gratuitamente os irmãos. “O povo pobre das periferias urbanas ou do campo necessita sentir a proximidade da Igreja, seja no socorro de suas necessidades mais urgentes, seja na defesa de seus direitos e na promoção comum de uma sociedade fundamentada na justiça e na paz. Os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho” (DAP 550).

► Pode-se fazer a memória dos profetas e profetisas de nossos tempos. Pode-se também levantar as situações de morte que nos desafiam hoje e valorizar as diversas ações que estão sendo desenvolvidas em favor da vida, estimulando a participação e a criatividade para novas iniciativas.

11º Domingo do tempo comum

12 de junho

0 Perdão dos pecados: vida nova

I. Introdução geral

Os textos deste domingo tratam do tema do perdão dos pecados. A compreensão a res-

peito desse assunto vai se aperfeiçoando ao longo da tradição judaico-cristã. Deus se revela como misericórdia. Ele perdoa ao pecador arrependido por maior que possa ser o pecado por este cometido. O reconhecimento da transgressão à lei divina e o arrependimento sincero demonstram a determinação de deixar-se conduzir pela vontade de Deus, manifestada nas palavras do profeta. É o que podemos constatar na atitude do rei Davi perante a denúncia do profeta Natã (I leitura). Jesus exerce o poder de perdoar pecados, mesmo contestado pelos adversários. Ele é o rosto misericordioso de Deus presente no meio da humanidade pecadora. O perdão de Jesus revela que sua prioridade é a pessoa humana, chamada a ser livre e íntegra (Evangelho). O perdão é a manifestação da justiça de Deus baseada não nos méritos humanos, mas na grandeza de seu amor. Todos somos pecadores e necessitados da intervenção divina para nos salvar. Jesus Cristo, pela sua morte, redimiu-nos dos pecados e nos resgatou para a vida. Pela fé acolhemos essa graça e nos deixamos moldar por Jesus Cristo (II leitura). O perdão que Deus nos concede gratuitamente nos torna capazes de amar como ele nos ama, superando todo egoísmo e construindo relações justas e fraternas.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (2Sm 12,7-10.13): Deus perdoa ao pecador arrependido

Davi foi ungido para governar o povo de Israel. Deus o abençoou e o defendeu das armadilhas dos inimigos. Como escolhido de Iahweh, deveria agir exemplarmente e seguir os mandamentos. No ápice de seu poder, porém, Davi esquece-se de servir a Deus e abnegar-se em favor do povo. Enquanto seus soldados estão em batalha, Davi permanece tranquilamente em seu palácio, usufruindo



de uma vida mansa e descomprometida. Deixa-se conduzir pela luxúria e comete a primeira violação grave: adultério com Betsabeia, a mulher de Urias, general de seu exército. Ao constatar que ela engravidara, o rei deixa-se conduzir pelo orgulho e comete a segunda violação grave: assassinato. Manda que posicionem Urias no lugar mais perigoso numa guerra contra os amonitas, a fim de que fosse ferido e morresse. O desrespeito a esses dois mandamentos da Lei de Deus lhe valeria a morte (cf. Lv 20,10 e 24,17).

Davi parece não dar-se conta da gravidade de seus pecados. O poder obscureceu a sua consciência. Deus, porém, que perscruta os corações, envia o profeta Natã, que, ao apresentar-se ao rei, lhe conta uma história de dois homens: um rico que retira de um pobre o único bem que este possuía (cf. 2Sm 12,1-4). Davi, na sua pretensão de justo, mostra-se indignado contra tal explorador. Natã, então, aponta o culpado: “Esse homem és tu!” Lembra-lhe toda a trajetória da sua vida e como Deus lhe manifestou o seu amor. Os pecados de Davi não consistiram numa traição somente a Urias, mas a todo o povo de Israel e ao próprio Deus.

A intervenção do profeta Natã acorda a consciência adormecida de Davi, que reconhece seu pecado e se arrepende com sinceridade. Deus lhe perdoa e o livra da morte. Porém não o livra das consequências provenientes de suas faltas. A responsabilidade dos atos deve ser assumida. O perdão, de todo modo, proporciona a nova oportunidade de entrar na dinâmica do amor de Deus. Davi pode voltar a governar com justiça, respeitando a Lei de Deus e o direito de todas as pessoas à vida digna. O perdão reconduz a pessoa arrependida ao caminho da vontade divina.

2. Evangelho (Lc 7,36-8,3): Jesus, o rosto misericordioso de Deus

O Evangelho de Lucas aprofunda, de maneira especial, o tema da misericórdia. É o

caminho que proporciona a inclusão de todas as pessoas na proposta de amor e salvação revelada em Jesus. A casa de Simão, o fariseu, serve de cenário para a mensagem a ser assimilada e jamais esquecida pelas comunidades cristãs. O fariseu convida Jesus para comer com ele, em sua casa. Casa e comida são dois elementos que apontam para o projeto de “comunhão de mesa”. As comunidades primitivas reuniam-se nas casas para atualizar a memória de Jesus, a oração, a partilha da comida e a ceia.

Sentar-se à mesma mesa representava a determinação de relacionar-se na igualdade e na fraternidade, sem discriminação de raça, sexo ou classe social, expressando as mesmas convicções religiosas. Esse projeto, porém, não foi tão tranquilo. A dificuldade maior se deu na relação entre cristãos de origem judaica e cristãos gentios. Além disso, na época da redação do Evangelho de Lucas, percebe-se forte tendência de discriminar as mulheres, abafando o seu protagonismo na animação das comunidades cristãs.

O fato de Jesus aceitar o convite do fariseu demonstra que o mestre não faz acepção de pessoas. Sente-se livre em qualquer ambiente. É portador do amor de Deus que se estende a todos, sem discriminação. Na mesa há outros convivas. Entre eles dificilmente estariam também mulheres. Decerto seriam os amigos de Simão, pertencentes ao mesmo partido farisaico. Estariam, quem sabe, também os apóstolos?

A narrativa apresenta uma mulher que aparece de repente e se coloca aos pés de Jesus. Ela é da cidade, sem nome e conhecida como pecadora. Trouxe um frasco de perfume precioso e, entre lágrimas, unge os pés de Jesus, beija-os e enxuga-os com os cabelos. Os detalhes da ação da mulher revelam profundo sentimento de amor e gratidão. Simão, diante do que está vendo, não ousa criticar abertamente a atitude de Jesus, mas, em seu coração, põe em dúvida a sua



qualidade de profeta, pois está acolhendo uma pecadora.

A parábola que Jesus conta tem por finalidade desmascarar a atitude de superioridade e arrogância da parte dos que se consideravam justos diante de Deus. Tem endereço certo. A concepção farisaica de justiça divina relacionava-se com o cumprimento das leis. O perdão dos pecados e a salvação estariam condicionados pela observância legalista. Essa segurança que o sistema religioso lhe dava impedia o fariseu de entender e acolher a gratuidade do perdão e da salvação. Somente quem deve muito, isto é, quem tem consciência profunda de seus pecados conseguirá fazer a experiência do amor sem limites de Deus.

A mulher pecadora irrompe, sem pedir permissão, naquele ambiente fechado e excludente. Sua atitude faz abrir os olhos para enxergar a presença de Jesus, o Filho de Deus, que vem trazer o perdão e a paz sem atrelamento ao sistema legalista do Templo. Na pessoa e na proposta de Jesus, a mulher se sente contemplada. É acolhida como sua discípula; pode comungar da mesma mesa da Palavra e do Pão; pode fazer parte da mesma Igreja, o Corpo de Jesus.

Não é difícil perceber que a narrativa tem uma função de denúncia da exclusão de mulheres que, com muita probabilidade, está em processo na época da redação do Evangelho, pelo final do primeiro século. O texto exerce também a função de atualização da proposta de Jesus, que inclui no seu seguimento tanto os homens – os Doze – como as mulheres: Maria Madalena, Joana, Susana e várias outras. Diz delas o que não diz dos Doze: serviam a Jesus com seus bens (cf. 8,1-3).

3. II leitura (Gl 2,16.19-21): A vida nova em Cristo

Paulo, com base em sua experiência pessoal, procura anunciar uma de suas descobertas mais profundas: a salvação não provém da observância da Lei, mas do amor gra-

tuito de Deus. Ele sabe o que diz: foi fariseu praticante e, agora, após ser encontrado por Jesus, percebe as coisas de forma totalmente diferente. A cruz de Jesus, para Paulo, é a chave por excelência que permite abrir a mente e o coração para a verdadeira compreensão do desígnio divino. Está plenamente convencido de que as obras humanas, a circuncisão e o cumprimento das leis não garantem a salvação. Se assim fosse, Jesus Cristo teria morrido inutilmente. Se ainda depositamos nossa confiança no poder dos ritos e normas como condicionantes de salvação, então não precisamos de Jesus Cristo.

Mas não! Jesus veio e nos amou de tal maneira que entregou sua vida por nós. Portanto, na cruz de Jesus, encontra-se o segredo da justificação. Somos todos pecadores! Na cruz de Jesus podemos morrer também nós para tudo o que impede o acolhimento da gratuidade do amor de Deus. Nessa entrega confiante pela fé reside a verdadeira justiça que nos faz viver como novas criaturas. A vida iluminada pela fé no Filho de Deus, que morreu por nós, torna-nos verdadeiramente livres.

III. Pistas para reflexão

O tempo em que vivemos prima pela superficialidade das relações entre nós e com Deus. Paramos e meditamos muito pouco. Damos pouca atenção à Palavra de Deus. Rezamos apressadamente. Priorizamos celebrações triunfalistas. Vivemos dispersos e não encontramos o essencial.

São Paulo descobriu que somente Deus nos realiza profundamente. Somente sua graça nos transforma. Ela nos foi dada plenamente na morte de Jesus. A cruz tornou-se a chave para entendermos o amor infinito de Deus. Nele podemos apostar com toda a confiança, entregando-lhe a nossa vida inteira. Jesus é nosso mestre. A seus pés nos lançamos com tudo o que somos e temos, como fez a mulher pecadora na casa do fariseu.



Como seus discípulos missionários, assumimos sua cruz como caminho de vida nova.

A misericórdia divina, se permitirmos, pode penetrar o mais profundo do nosso ser e nos transformar em criaturas novas. Se, no passado, cometemos muitas e graves faltas, podemos, no presente, acolher o perdão de Deus e entrar numa nova dinâmica de vida. O rei Davi é um exemplo nesse sentido. Necessitamos radicalmente do perdão que nos liberta e nos devolve a integridade. Uma pessoa reconciliada com Deus sente-se inteira e feliz. Sente-se fortalecida para irradiar esse amor, exercitando o perdão sincero e profundo a partir de si mesma e de sua casa.

► Pode-se incentivar os gestos de perdão e reconciliação na vida do casal, entre pais e filhos, vizinhos, Igrejas, religiões, povos. Pode-se também valorizar o sacramento da penitência e da reconciliação e oferecer momentos celebrativos especiais para a sua administração.

12º Domingo do tempo comum
19 de junho

Jesus: fé e seguimento

I. Introdução geral

O Filho de Deus se fez um de nós. Revelou o rosto misericordioso do Pai. Formou uma comunidade de discípulos. Ensinou-lhes o caminho do Reino de Deus. Junto às pessoas excluídas, manifestou-lhes o poder de Deus que liberta, cura, perdoa, sacia... Jesus conta com os seus seguidores. Envia-os em missão para continuarem a sua obra. A compreensão a respeito de Jesus dá-se, porém, gradativamente. Predomina nos discípulos a ideia triunfalista de Messias. Precisam ainda tomar consciência do verdadeiro signi-

ficado do seguimento de Jesus. Não basta crer que ele é o Messias. Jesus assume o caminho da cruz, e não a postura triunfalista; solidariza-se com a dor da humanidade que anseia por libertação (Evangelho). Na história de Israel, o sofrimento foi sendo entendido como processo de purificação do pecado e de encontro com o verdadeiro Deus que ouve a súplica do povo em crise (I leitura). Como filhos e filhas de Deus, somos chamados à autêntica liberdade, deixando-nos guiar pelo seu Espírito. Restabelece-se a dignidade e a igualdade entre todos, superando as barreiras de raça, gênero e classe social (II leitura). São importantes indicações para todas as pessoas de boa vontade que desejam viver uma vida nova, com renovado entusiasmo e realismo histórico.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (Zc 12,10-11; 13,1): Deus ouve a súplica do povo

Os estudiosos distinguem, no livro de Zacarias, dois blocos distintos: o primeiro (Zc 1-8) teria sido escrito ao redor do ano 520 a.C., duas décadas após o exílio da Babilônia. Nesse bloco, os autores apontam os pecados do povo como causadores do exílio. Deus, porém, concede o perdão e defende os interesses dos repatriados. Jerusalém e o Templo (que está sendo reconstruído) são projetados como fonte de bênçãos e de um futuro messiânico de paz e de alegria para o povo.

O segundo bloco (Zc 9-14), escrito em torno do final do século IV a.C. e, portanto, mais recente do que o primeiro, apresenta um conteúdo centrado no messianismo. Jerusalém – a casa de Davi – é considerada como centro do mundo; é o lugar onde Deus mostra sua ternura e proteção ao povo “transpassado” pelo sofrimento, causado especial-



mente pelas dominações externas e por seus tentáculos internos. Desde a invasão babilônica em 587 a.C., quando a cidade e o templo de Jerusalém foram arrasados, muita gente foi morta e muitos foram expatriados de sua terra. A idolatria é reconhecida como a causa desses acontecimentos lamentáveis.

Deus mostra-se extremamente solícito com o clamor do povo que chora e se lamenta, reconhecendo seus pecados. Deus mesmo vai purificá-lo, enviando-lhe um “espírito de graça e de súplica” para que todos voltem o olhar para ele. Espírito de graça porque Deus será reconhecido como aquele que ama na gratuidade, apesar das infidelidades do povo; espírito de súplica porque o povo, em situação de extrema necessidade, se volta para Deus com fé e confiança, invocando sua ajuda e proteção.

Jerusalém, com a vida nova adquirida por intervenção divina, transforma-se em fonte irradiadora de purificação e bênção. Podemos aqui lembrar a leitura que a comunidade joanina vai fazer a respeito de Jesus, morto em Jerusalém, o “transpassado” para o qual todos voltarão seus olhos (Jo 19,37). O Messias assassinado na cruz torna-se a fonte de todas as bênçãos para a humanidade.

2. Evangelho (Lc 9,18-24): que tipo de Messias é Jesus?

A compreensão do messianismo de Jesus por parte de seus discípulos foi acontecendo lentamente. Imersos na ideologia religiosa do Templo, esperavam um Messias com poder de monarca, da linhagem de Davi, capaz de libertar o povo da dominação romana.

Portanto, se essa era a mentalidade dominante a respeito do Messias, ela deveria causar grandes problemas para os políticos da época. De fato, vários líderes messiânicos foram simplesmente exterminados antes de Jesus. Nenhuma das respostas dadas a Jesus sobre o que as multidões diziam a seu respeito contempla a ideia de Messias. Lucas reser-

va essa concepção para Pedro, o representante dos discípulos: “Tu és o Messias de Deus”.

Imediatamente Jesus os proíbe severamente de espalhar essa afirmação para outras pessoas. Ele conhece os seus seguidores e sabe que estão ainda fanatizados pela ideologia dominante. Podem dar azo ao seu fanatismo e comprometer a missão de Jesus. Eles sabem que Jesus é o Messias, mas ainda não compreendem que tipo de Messias é Jesus.

Segundo Lucas, Jesus vai dedicar uma caminhada inteira (novo êxodo), da Galileia a Jerusalém, ao empenho especial de educar os discípulos na verdadeira compreensão do Messias. O início dessa caminhada se dá em 9,51, quando Jesus “toma a firme decisão de partir para Jerusalém”. Antes disso, ele faz dois anúncios de sua paixão e morte. No primeiro, logo após a declaração teórica, por parte dos discípulos, de que ele é o Messias: “É necessário que o Filho do homem sofra muito, seja rejeitado pelos anciãos, pelos chefes dos sacerdotes e escribas, seja morto e ressuscite ao terceiro dia” (9,22). No segundo anúncio (9,44-45), Jesus prepara os discípulos para o destino do Messias, alertando-os: “Abram bem os ouvidos... O Filho do homem será entregue às mãos dos homens”. O terceiro anúncio (18,31-34), Jesus o fará em plena caminhada, próximo a Jerusalém: “De fato, ele será entregue aos gentios, escarnecido, ultrajado, coberto de escarros, depois de açoitá-lo, eles o matarão...”. Apesar da tríplice insistência, os discípulos “não entenderam nada”.

A cruz e a morte estão intimamente ligadas ao messianismo de Jesus. A concepção triunfalista cai por terra: “Se alguém quer vir após mim, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz cada dia e siga-me”. A escolha de Jesus é o caminho do “servo sofredor”, inspirado no Segundo Isaías (Is 40-55). Decorre daí que o seguimento de Jesus se concretiza por meio de rupturas e opções: rupturas com toda for-



ma de egoísmo e poder, com toda preocupação de buscar o brilho próprio dos que dominam; opções pelo serviço humilde e abnegado em vista de uma sociedade de amor, de justiça e de paz. De fato, Jesus não anuncia a sua morte como fato definitivo. A ressurreição é o destino dos que dão a vida pelo Reino. O êxodo pelo qual Jesus tem de passar, incluindo a própria morte, vai possibilitar a entrada na terra da liberdade e da vida plena, onde já não haverá egoísmo nem dominação de nenhuma espécie.

3. II leitura (Gl 3,26-29): Revestidos de Cristo

Nesse texto, Paulo continua explicando às comunidades cristãs a importância da fé em Jesus Cristo como caminho de superação de todo legalismo. A Lei funcionou como “pedagogo” enquanto ainda estávamos num estágio imaturo. Com seus preceitos e proibições, foi útil para nos ajudar a descobrir o que pode nos levar à maldição e o que atrai a bênção. O problema é que a Lei nos tornou seus dependentes e até nos escravizou, a ponto de condicionar a salvação ao cumprimento de inúmeras normas.

Com o advento de Jesus, é-nos dado o tempo da maturidade. Então, podemos sair da dependência da Lei e abraçar a autêntica liberdade de filhos e filhas de Deus. Não se pode voltar atrás, sob o risco de anular a graça de Deus.

Pela fé em Jesus Cristo, tornamo-nos semelhantes a ele. Pelo batismo nos revestimos de Jesus, mergulhamos na sua própria vida. A Lei fazia distinção de pessoas e legitimava a exclusão de mulheres, pobres e estrangeiros. Agora nos tornamos uma unidade na diversidade. Portanto, “não há mais diferença entre judeu e grego, entre escravo e livre, entre homem e mulher”. Ficam assim eliminadas as barreiras que nos separavam, seja de raça, de gênero ou de classe social. Pertencendo, assim, a Cristo, somos herdeiros da promessa

que Deus fez a Abraão de uma descendência numerosa e feliz.

III. Pistas para reflexão

Temos a graça de conhecer a Jesus por meio do testemunho dos discípulos que o conheceram pessoalmente e também das comunidades cristãs primitivas. Constatamos que o seguimento de Jesus se dá num processo de compreensão gradativo. Assim como aconteceu com os seus discípulos, todos nós somos contaminados com falsas ideologias que vão introduzindo pseudovalores, segundo os interesses dos que dominam a sociedade.

Desde o âmbito familiar, os pais tendem a educar os filhos para serem os melhores, os mais fortes, os mais espertos. Ao entrar na escola, a maior preocupação é vencer na vida, entendendo isso como ter dinheiro, fama e poder. Num mundo competitivo como o nosso, há pouco lugar para o serviço humilde e para uma política que vise à inclusão de todas as pessoas nas condições de uma vida digna. É grande ainda a discriminação entre pessoas devido à sua condição social, à cor da pele ou ao sexo. Precisamos realizar um “novo êxodo” rumo a uma terra sem males, onde as diferenças sejam respeitadas e acolhidas; onde as relações se fundamentem na dignidade intrínseca de cada ser humano; onde a liberdade se concretize em ações a favor da vida sem exclusão.

Como filhos e filhas de Deus, podemos desenvolver sempre melhor a potencialidade divina que está em nós; como mulheres e homens, podemos exercitar cotidianamente o serviço mútuo, dando-nos as mãos para construir o Reino de Deus. Jesus nos ensinou o caminho da vida plena, caracterizado pelas rupturas com o poder que domina e pelas opções de profunda solidariedade com o povo transpassado pelo sofrimento. Somos convidados a seguir a Jesus, o Messias. Lembremos, porém, que, em seu messianismo,



ele não ambicionou fama e triunfalismo, mas escolheu livremente ser fiel ao Pai, sendo servo de todos até a morte.

► Podem-se levantar algumas situações evidentes de discriminação e de exclusão na família e na sociedade. Ressaltar as atitudes de serviço humilde e anônimo de muitas pessoas normalmente esquecidas e desvalorizadas. Esclarecer quais as rupturas e as opções a serem feitas pelos seguidores e seguidoras de Jesus.

13º Domingo do tempo comum

26 de junho

Vocação: liberdade e fidelidade

I. Introdução geral

A Bíblia relata muitos episódios de vocações: de Abraão, Moisés, Samuel, dos profetas e de muitos outros. Por meio dessas pessoas, Deus comunica seu plano de amor, estabelece aliança com seu povo e ensina o caminho da fidelidade. A vocação profética, de maneira especial, nasce de uma profunda experiência de Deus no meio da realidade de sofrimento em que o povo está imerso. Elias, considerado o pai dos movimentos proféticos, vive junto às vítimas do regime monárquico de Israel, solidarizando-se com elas. Anuncia a vontade de Deus, denuncia as falcatrias dos grandes e realiza sinais de libertação em meio aos pequeninos e pobres. O profeta é portador do projeto de Deus, o qual precisa ser continuado na história. A pessoa cumpre sua missão e passa, mas o projeto de Deus não pode passar. Eis, então, que surge a vocação do profeta Eliseu (I leitura). Jesus chama os discípulos para ficar com ele, ensina-lhes e revela-lhes a vontade do Pai, realiza diante deles sinais de libertação no meio do povo necessitado e envia-os para anunciar o Evangelho e libertar as pessoas de

toda espécie de mal. Em que pese a missão recebida de Jesus, os discípulos manifestam dificuldades para entendê-lo e aderir plenamente ao seu seguimento. O apego a seguranças pessoais impede a liberdade necessária para seguir verdadeiramente a Jesus (Evangelho). Dentro de nós carregamos a tendência para os instintos egoístas. Podemos vencê-los se nos deixamos guiar pelo Espírito Santo. Ele nos torna livres em Cristo para uma vida nova na graça de Deus (II leitura). A vocação, portanto, é convite de Deus para a plena realização humana, somente possível se nos desencilharmos de tudo o que impede a ação amorosa de Deus em cada um de nós e na humanidade inteira.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (1Rs 19,16b.19-21): A profecia precisa continuar

O profeta Elias dedicou sua vida à causa da justiça divina, em favor das pessoas desprotegidas. Seu nome significa “Javé é meu Deus”. É portador do projeto do Deus que libertou o povo da escravidão do Egito e lhe deu uma terra “onde corre leite e mel”. Nessa terra, o povo, organizado em tribos, procurou viver a proposta de um poder descentralizado e de uma economia baseada na partilha, segundo a necessidade das famílias. Tudo mudou com o regime monárquico. Elias, cuja atuação profética se dá ao redor do ano 860 a.C., especialmente durante o governo de Acab, levanta a bandeira da proposta javista como caminho de restauração do direito e da justiça. Tendo a Javé como o seu Deus, Israel poderia libertar-se da corrupção e mudar a sua história.

Elias, inspirado por Deus, preocupa-se com a continuação de sua missão profética. A pessoa tem seu tempo histórico. O projeto de Deus, porém, não pode parar. O movimento



profético vai continuar agora com Eliseu. A narrativa da sua vocação é reveladora. Transmite a intenção subjacente ao texto.

Eliseu é trabalhador da roça. Com 12 juntas de bois, cultiva a terra juntamente com outros trabalhadores. Ele conduz a última junta. A ligação simbólica com as 12 tribos é provável neste relato. Assim como Elias, também Eliseu é portador do ideal de uma sociedade governada segundo o projeto de Deus. Ao colocar sobre Eliseu o seu manto, Elias lhe transmite a autoridade profética. Imediatamente Eliseu deixa sua profissão e se despede de sua família. Sacrifica a junta de bois e partilha a carne com seus companheiros, aproveitando a madeira do arado para cozinhá-la. Depois, levanta-se e segue Elias. Está em plena liberdade para exercer a missão profética.

2. Evangelho (Lc 9,51-62): Ser livre para seguir a Jesus

O texto situa o exato momento em que Jesus toma a firme resolução de ir a Jerusalém. Inicia-se o “êxodo” de Jesus, cujo principal objetivo é educar seus discípulos, abrindo-lhes os olhos a respeito das condições e consequências do seu seguimento. No texto do domingo passado (9,18-24), os discípulos, por meio de Pedro, haviam declarado a Jesus que ele era o “Messias de Deus”. Não sabiam, porém, o verdadeiro significado dessas palavras. A concepção triunfalista de messianismo predominava em sua mente. Isso já ficou evidente pelo tipo de discussão que tiveram logo depois da confissão de Pedro: quem deles seria o maior? (cf. 9,46-48). Fica evidente também pela atitude de Tiago e João diante da hostilidade dos samaritanos. Estes são inimigos ferrenhos dos judeus. Certamente os dois mensageiros que Jesus havia enviado à sua frente deviam ter preparado os ânimos dos samaritanos. Mas parece que fracassaram. O que disseram e como fizeram? O fato é que sua missão não foi eficaz... Jesus repreende a Tiago e João e dirige-se para outro lugar (cf. Lc 9,51-56).

No caminho são descritas três espécies de vocações. Nelas os discípulos devem reconhecer-se. Em cada uma delas, Jesus define quais devem ser as verdadeiras atitudes dos seus seguidores e seguidoras. O texto é elaborado de tal modo que situa no centro um chamado feito diretamente por Jesus. A primeira e a terceira personagens desejam seguir a Jesus por iniciativa própria. As três são personagens sem nome e, portanto, representativas de todas as pessoas discípulas de Jesus. Lucas quer enfatizar as exigentes condições para o seguimento.

A primeira demonstra disposição incomum: “Eu te seguirei para onde quer que tu fores”. A expressão faz lembrar as palavras de Pedro um pouco antes de negar Jesus: “Senhor, estou pronto a ir contigo à prisão e à morte” (22,33). A resposta de Jesus à primeira personagem alerta para a necessidade de ruptura com as seguranças e confortos que impedem a prontidão permanente. As “tocas” e os “ninhos” estão ligados à acomodação do poder em suas instituições. Neste sentido, não é por acaso que Jesus vai chamar Herodes de “raposa” (13,32)...

A terceira personagem também se oferece espontaneamente para seguir a Jesus, com a condição de despedir-se primeiro do pessoal de sua casa. A expressão grega denota o sentido de desvencilhar-se de uma incumbência. A personagem demonstra indecisão, própria de quem tem dificuldades de desapegar-se dos seus negócios e de quem ainda está amarrado a laços afetivos prejudiciais à liberdade e à autonomia necessárias para responder ao chamado divino.

A personagem central é convidada por Jesus. Está, porém, ligada às tradições paternas. Jesus pede-lhe que deixe o passado para entrar na nova dinâmica do reino de Deus. Lembra a dificuldade manifestada pelos discípulos de desatrelar-se da ideologia judaica.

Os três tipos de vocações sintetizam as atitudes que devem caracterizar o verdadeiro discípulo. A liberdade deve ser radical para que a opção pelo Reino seja feita com inteireza.



3. II leitura (Gl 5,1.13-18): Chamados à liberdade

Um dos problemas sérios que Paulo enfrenta em sua missão é a influência dos pregadores judaizantes, que insistiam na necessidade de os cristãos cumprirem certas normas judaicas, querendo obrigá-los a circuncidar-se. Diante dessas pregações persistentes, alguns membros das comunidades ficaram um tanto abalados e cheios de dúvidas. Gervavam-se discussões e intrigas entre grupos com diferentes interpretações. Para Paulo, está totalmente superada a fase da Lei como condição para a salvação. O tempo da minoridade passou. Jesus Cristo nos libertou de todo tipo de escravidão, também a da Lei. Assim, todas as pessoas, independentemente da raça, recebem o privilégio de pertencer ao povo santo de Deus.

Há pessoas na comunidade, porém, que interpretam a liberdade como caminho de satisfação de interesses pessoais. Mas não! A liberdade em Jesus Cristo não é pretexto para satisfazer os instintos egoístas. Pelo contrário, é a qualidade que fundamenta o amor mútuo. A pessoa livre em Cristo põe-se inteiramente a serviço dos outros.

Paulo, então, contrapõe os instintos egoístas (ou os “desejos da carne”) às obras que provêm do Espírito Santo. São duas maneiras de viver. Os frutos são diferentes. A vida no Espírito é o jeito característico de quem foi libertado pela morte e ressurreição de Jesus. Assim como Jesus, conduzido pelo Espírito Santo, viveu a vontade do Pai, entregando-se por inteiro para a vida do mundo, também os cristãos recebem a graça de uma vida nova que se manifesta no amor-serviço.

III. Pistas para reflexão

Todos nós somos chamados por Deus à vida e à santidade. A cada um Deus se revela de maneira original e convoca a viver segundo

a sua vontade. Ele conta conosco para irradiar o seu plano de amor em atos e palavras. O profeta Elias é exemplo de disponibilidade e de dedicação ao projeto de Deus. Preocupa-se com a continuidade da missão profética e por isso, sob a inspiração de Deus, transmite o chamado a Eliseu. Como ele, podemos nos desapegar de todas as coisas que impedem a vivência plena da vocação que Deus nos dá.

Também o Evangelho de hoje nos alerta para a importância de cultivar as condições para seguir Jesus: não proteger-se em “tocas” nem acomodar-se nos “ninhos” dos interesses pessoais e das instituições de poder; libertar-se das amarras econômicas e afetivas para viver a necessária e saudável autonomia no compromisso vocacional; romper com as tradições passadas para abrir-se à novidade de Deus na história presente, novidade que se manifesta por meio de sinais que nos desafiam ao compromisso em torno de um mundo de fraternidade e paz.

Jesus deseja que sejamos pessoas prontas a superar o individualismo, a acomodação, a administração egoísta dos bens, a tendência a fazer somente o que nos agrada pessoalmente... São Paulo chama essas atitudes de “desejos da carne” ou de “instintos egoístas”. Sem perceber, podemos nos tornar escravos de coisas, de convenções, de aspirações que caracterizam o mundo pós-moderno... Corremos atrás do que a moda exige, mudamos constantemente de pensamento e de rumo, sob pretexto de realização pessoal... Há, porém, outro jeito de viver: sob a condução e a força do Espírito Santo. Ele nos torna livres para vivermos na simplicidade, na alegria de servir, na capacidade de amar como Jesus nos ensinou...

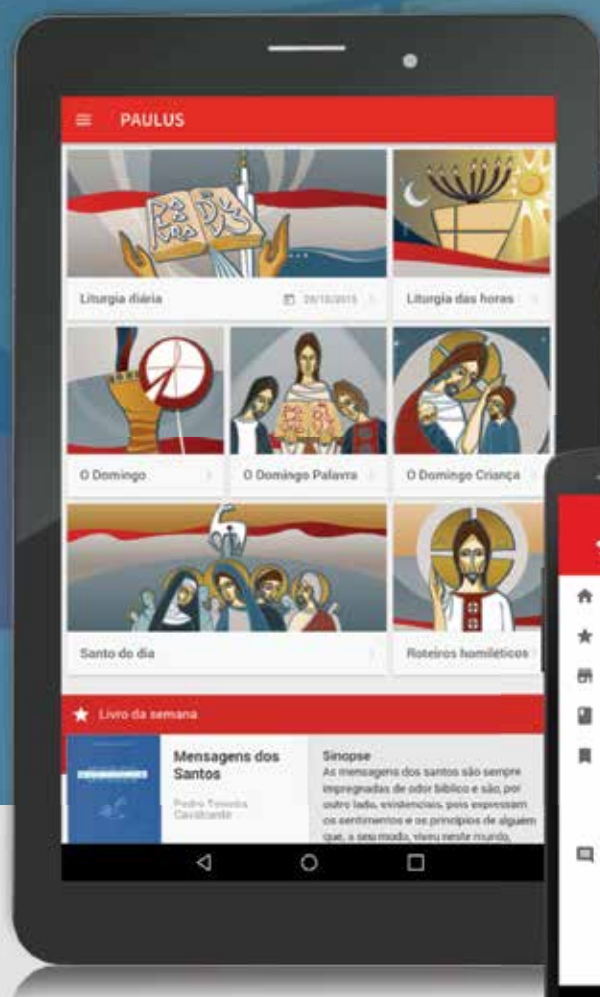
► Podem-se lembrar as diversas vocações existentes na comunidade (e no mundo), seus serviços específicos e os frutos decorrentes da doação de tantas pessoas que respondem com generosidade ao chamado de Deus...

App PAULUS Editora

Baixe o aplicativo e acesse o nosso conteúdo sempre que quiser!

- Projetos, valores, história e missão da PAULUS
- Encontre a PAULUS Livraria mais próxima de você
- Mensagem do dia: seu encontro diário com Deus
- Notícias
- Revistas
- Roteiros Homiléticos

E muito mais!



Disponível para download em:



COLEÇÃO ☉ PATRÍSTICA



Nunca é tarde ou fora de época para rever as fontes da fé cristã. Por isso a PAULUS apresenta a **coleção Patrística**, um resgate dos escritos e reflexões dos santos padres da Igreja, tais como Santo Agostinho, Irineu de Lião, Gregório de Nissa, São Jerônimo, Orígenes, entre outros. As obras desses grandes mestres são verdadeiras fontes de luz, alegria e edificação espiritual.

PAULUS,
dá gosto de ler!

paulus.com.br
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br

